

ATA N.º 8/2011

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2011

Aos dezassete dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, no Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria.

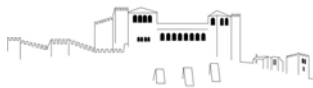
Dos sessenta e dois membros que a compõem, faltaram os seguintes deputados:

José Manuel Silva foi substituído por Micael Sousa; Vítor Lourenço foi substituído por Alda Pereira; Maria Paula Oliveira foi substituída por Fátima Sismeiro; Patrícia Ervilha foi substituída por Célia Gordo; Teófilo Santos foi substituído por Domingos Neves; Isabel Gonçalves foi substituída por António Fernandes, que por sua vez justificou a falta e foi substituído por Mário Canário; Susana Rodrigues foi substituída por João Curado e Silva; Presidente da Junta de Freguesia de Amor, Adelino Paulo Fernandes foi substituído por Daniel Jorge Almeida, tesoureiro da mesma junta; Presidente da Junta de Freguesia de Coimbra Ventura Tomás foi substituído por Lucília Letra; Presidente da Junta de Freguesia de Leiria Laura Esperança foi substituída por Pompeu Cainço, da mesma Junta de Freguesia.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes o senhor Presidente Raul Miguel de Castro e os senhores vereadores Maria de Lurdes Botelho Machado, Gonçalo Nuno Bértolo Gordalina Lopes, Lino Dias Pereira, Neusa Fernandina Sobrinho de Magalhães, Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos, Blandina da Conceição Rodrigues de Oliveira, José Manuel Seabra Benzinho da Silva e Carlos Manuel Frazão Vitorino.

A sessão foi presidida pelo senhor Carlos Manuel Bernardo Ascenso André, Presidente da Assembleia Municipal, e secretariada pelos senhores deputados José Alves e Maria Manuela Santos, respetivamente 1.º e 2.º secretários da Mesa.

Havendo "quórum", foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 09.47 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**



1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela n.º Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

2. AJUSTAMENTO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO) – Apreciação, discussão e votação;

3. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2012, OPÇÕES DO PLANO PARA 2012/2015 E MAPA DE PESSOAL PARA 2012 DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

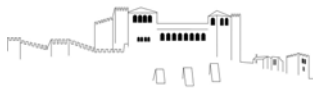
4. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2012, OPÇÕES DO PLANO PARA 2012/2015 E MAPA DE PESSOAL PARA 2012 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

5. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2012 DO TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA - Apreciação, discussão e votação;

6. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA 2012 - Apreciação, discussão e votação;

7. REVOGAÇÃO SUBSTITUTIVA DA MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO A OUTORGAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 31 DE MAIO DE 2011, COM EFEITOS RETROATIVOS – Apreciação e votação;

8. REVOGAÇÃO SUBSTITUTIVA DA MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO OUTORGADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A FREGUESIA DE CORTES, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 29/09/2009, COM EFEITOS RETROATIVOS – Apreciação e votação;



9. ALIENAÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE DA AMLEI – Apreciação, discussão e votação;

10. CONSTITUIÇÃO ONEROSA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA AMLEI – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LEIRIA (ENTFE. 2011/782) – Apreciação, discussão e votação;

11. REDE IBERO-AMERICANA DE CIDADES MÉDIAS – REDE RIACIM. PROPOSTA DE ADESÃO – Apreciação, discussão e votação;

12. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM JUNTAS DE FREGUESIA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E PRÉ-ESCOLAR – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012 – Apreciação, discussão e votação;

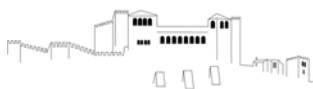
13. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ORTIGOSA PARA REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DE 2009. ALTERAÇÃO DO OBJETO (ENT. 2010/12982) – Apreciação, discussão e votação;

14. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE AMOR – Apreciação, discussão e votação;

15. ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA. REGULAMENTO DE HASTA PÚBLICA – Apreciação, discussão e votação;

16. PROCESSO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO N.º 80/11 - TUBOFURO - TUBOS DE P.V.C., LDA. – Apreciação e votação;

17. ENERGIA ELÉTRICA – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO – Apreciação e votação;



18. CONVITE COM VISTA À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS E A GRANEL, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO ANCP N.º 2.1., PELO PERÍODO DE 24 MESES. ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO – Apreciação e votação;

19. LEGALIZAÇÃO DE OFICINA PARA MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO AUTOMÓVEL. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL” – Apreciação, discussão e votação;

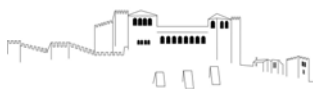
20. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E O GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL “UNIDOS” DE CASAL DOS CLAROS E COUCINHEIRA – Apreciação, discussão e votação;

21. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E O GRUPO DESPORTIVO DE MONTE REAL – Apreciação, discussão e votação;

22. REVISÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE MACEIRINHA EM 01.07.2009 – Apreciação, discussão e votação;

23. RESOLUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E CENTRO POPULAR E RECREATIVO DA POCARIÇA, APROVADO POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 2009.06.09, CONSEQUENTE DEVOLUÇÃO DE VERBAS JÁ PAGAS E RETENÇÃO DE CRÉDITOS. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO – Apreciação, discussão e votação;

24. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA INCUBADORA D. DINIS. AUMENTO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO – Apreciação, discussão e votação;



25. CONVERSÃO DA ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DA CIDADE DE LEIRIA EM ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA – Apreciação, discussão e votação;

26. DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA À CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

27. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA PARA CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS E ESPAÇOS VERDES – Apreciação, discussão e votação;



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

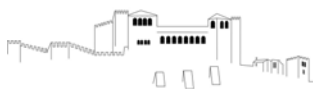
Bom dia senhoras deputadas e senhores deputados.

Agradeço o favor de tomarem os vossos lugares.

Peço o vosso silêncio, por favor. Vamos dar início aos nossos trabalhos. Temos quórum bastante para fazer funcionar a Assembleia e não há razão para não começarmos pois já estamos razoavelmente atrasados.

Saúdo o senhor Presidente da Câmara Municipal e as senhoras vereadoras e senhores vereadores, saúdo as senhoras deputadas e senhores deputados Municipais, saúdo também o público presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal.

Agradeço uma vez mais - já tive oportunidade de o fazer na última sessão - a compreensão por parte dos membros da Assembleia Municipal para o facto de ter feito esta convocatória para um sábado. Tal como tive oportunidade de informar na última sessão - onde esclareci que esta sessão se realizaria em um sábado - consultei (antes de ter tomado esta decisão) os dirigentes dos cinco grupos políticos representados na Assembleia Municipal. Obtive resposta favorável do PS,

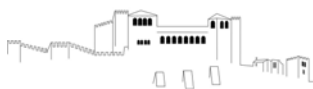


do PSD e do Bloco de Esquerda. Não obtive resposta do PC - presumi que concordava - e não obtive resposta do CDS, cujo líder de bancada não se encontra aqui agora, mas na última sessão disse não se lembrar de ter recebido essa pergunta. A verdade é que enviámos o e-mail e não recebemos nenhuma devolução pelo que, acredito, terá sido (eventualmente) uma distração.

Reconheço que não é normal, é algo insólito realizar uma reunião destas ao sábado. Mas entre realizá-la a um sábado ou correr o risco de perdermos três noites em plena época natalícia - como já aconteceu - preferi o sábado e, afinal de contas, obtive a concordância dos dirigentes das bancadas. Gostaria também de esclarecer, tal como já foram informados, que esta sessão durará o tempo que tiver de durar - como é óbvio - para cumprirmos uma agenda que é pesada. Presumo, embora seja uma presunção pessoal - que vale o que vale - que alguns pontos sejam de tratamento rápido. Em todo o caso, é uma agenda pesada.

Já foram informados de que o nosso tradicional bolo-rei da sessão de Dezembro será substituído por um almoço de convívio entre nós, ou seja, quando fizermos a pausa para almoçar, todas as deputadas e todos os deputados estão convidados para um almoço, que se realizará em local que depois indicarei. Daqui a uma hora, quando a sala estiver completamente composta, farei uma pausa de um minuto para confirmar de novo o número de pessoas que não vão ao almoço, para podermos dar indicação do número de participantes ao restaurante.

Dito isto, algumas informações sobre a sessão, em primeiro lugar no que diz respeito a substituições. Mais uma vez dispenso-me de dizer os títulos ou sequer mencionar a palavra deputada ou deputado, porque é a deputadas ou deputados municipais que nos referimos. Assim, Patrícia Ervilha justificou a falta e será substituída por Célia Gordo; José Manuel Silva será substituído por Micael Sousa; Isabel Gonçalves será substituída por António Fernandes, que por sua vez justificou a falta e será substituído por Mário Canário; Vítor Lourenço será substituído por Alda Pereira; Maria Paula Oliveira será substituída por Fátima Sismeiro; Teófilo Santos será substituído por Domingos Neves; Susana Rodrigues será substituída por João Curado e Silva; Presidente da Junta de Freguesia de Amor, Adelino Paulo Fernandes será substituído por Daniel Jorge Almeida, tesoureiro da mesma junta; Presidente da Junta de Freguesia de Coimbra Ventura Tomás será substituído por Lucília Letra; Presidente da Junta de Freguesia de Leiria Laura Esperança será substituída por Pompeu Cainço, também da mesma Junta de Freguesia.



Tenho a indicação de um ou outro deputado que precisa de se ausentar a meio da tarde, obviamente que isso é do foro pessoal e cada deputado ausenta-se quando entende que o deve fazer e a sessão termina quando não houver quórum. É das regras que assim seja.

Tenho ainda uma justificação de falta de um deputado que, dado ter justificado por motivo de doença à última hora e não foi possível substituir. Trata-se do senhor deputado Leonel Costa.

Informo ainda que o ponto vinte e seis da Ordem de Trabalhos é retirado. Quem solicitou o agendamento do ponto foi a Câmara Municipal, que solicita agora seja retirado. Trata-se da “DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO DESTINADA À CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE PARA A CONSTRUÇÃO DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE LEIRIA.” Este ponto é retirado, desde logo por questões de natureza jurídica, porque trata-se de uma questão que deve ser sujeita primeiro a audição pública e só depois poderá vir à Assembleia Municipal. Por isso o ponto não pode ser apreciado na sessão de hoje.

Tenho duas intervenções do público que foram previamente agendadas e solicitadas com a antecedência necessária. Trata-se de duas intervenções de cidadãos do concelho e a primeira será a do senhor Donaldo Pereira Fernandes, a quem vou dar a palavra. Informei que a intervenção não deverá exceder o período entre cinco a sete minutos e peço-lhe que não o exceda.

Faça favor.

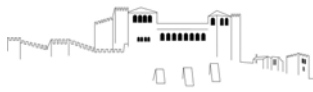
MUNÍCIPE DONALDO PEREIRA FERNANDES

Donaldo Fernandes, Praia do Pedrógão, Freguesia do Coimbrão.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, senhores secretários da Mesa da Assembleia, senhores vereadores, senhores deputados, estimado público e imprensa presente.

Bom dia.

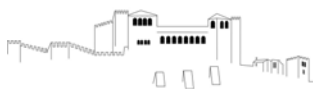
Na sequência de uma reunião da população, comerciantes e amigos da Praia do Pedrógão no passado dia dezanove de Novembro, estou hoje perante vós a representar a população e comerciantes da Praia do Pedrógão, Freguesia do Coimbrão, com o intuito de manifestar algumas das preocupações que nos assolam. Como creio ser do conhecimento geral, no passado dia vinte e oito de Outubro foi encerrada, por despacho do Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do



Território, a Ponte das Tercenas, na Praia da Vieira. Compreendemos que esta ação teve em conta a segurança de pessoas e bens no sentido em que a ponte está, segundo o relatório do LNEC, bastante debilitada. Contudo, não teve em consideração os interesses e necessidades das populações circundantes, como é o caso da população do Pedrógão e restante freguesia do Coimbrão. Sentimos que houve alguma negligência e irresponsabilidade pelo facto de não ter existido um aviso prévio às populações relativamente ao encerramento da ponte, não terem sido acauteladas todas as medidas necessárias de informação rodoviária - como é o caso da sinalética - e ainda não terem sido criadas alternativas dignas que resolvam o problema até à abertura definitiva desta ou de outra ponte no mesmo local.

Ainda hoje, quem não conhecer a Vieira e queira seguir para a Praia do Pedrógão, tem sérias dificuldades em chegar ao seu destino tal não é a incongruência da sinalética existente. O corte da ponte está a trazer prejuízos graves e danos irreversíveis ao turismo, comércio e população da Praia do Pedrógão... que assim se encontra quase numa situação de enclave. Queremos que saibam que a nível do comércio local regista-se já uma quebra na ordem dos cinquenta por cento comparativamente ao período homólogo em dois mil e dez, sendo que já existem alguns comerciantes que ponderam a possibilidade de encerrar os seus estabelecimentos, único meio de subsistência, pois não conseguem fazer face às despesas decorrentes do seu negócio. Não só os comerciantes são afetados, também a população que tem necessidade de se deslocar para sul - concelho de Leiria, Marinha Grande e Nazaré, entre outros - a trabalho, saúde, ou qualquer outro motivo, sente de forma muito intensa este corte da ponte, pois as alternativas existentes não correspondem às necessidades e a distância a percorrer aumentou significativamente, com os consequentes prejuízos que daí advêm. Podemos afirmar que, em termos de mobilidade dos cidadãos de e para a Praia do Pedrógão, houve um retrocesso de cinquenta anos tais são os condicionalismos existentes e com os quais nos deparamos diariamente.

Sentimo-nos no direito de questionar porque é que um investimento numa via como é a Estrada Atlântica, potenciado por vários municípios, que obteve apoios comunitários e foi pago com os impostos de todos nós, foi simplesmente desativada?



Queremos com isto dizer que com o encerramento da Ponte das Tercenas, a Estrada Atlântica, um investimento de milhões de euros, reivindicado pelas populações e pelas autarquias, reconhecido pelo governo português como de interesse público, está neste momento sem visar o seu objetivo principal, ou seja, o de ligar várias localidades de vários municípios ao longo da costa, permitindo o desenvolvimento da economia e turismo locais, diminuindo desta forma as assimetrias geográficas e económicas existentes.

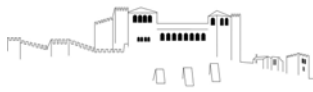
Por tudo isto questionamos para quando a resolução definitiva desta situação?

O que está a ser feito para a construção da nova ponte?

Exigimos que sejam criadas alternativas condignas e que tenham condições exigidas para a circulação de pessoas e veículos em segurança para a travessia do rio, enquanto não são tomadas medidas de reparação ou construção de uma nova ponte.

Queremos aproveitar esta oportunidade para abordar outro tema não menos importante que nos afeta e que nos preocupa assustadoramente: A erosão que afeta a nossa Praia. É sobejamente conhecido este fenómeno que diariamente e a cada ano que passa vai desfigurando a nossa belíssima praia, recomendada por muitos pela sua beleza natural e pelas suas qualidades terapêuticas. Temos noção que contra a natureza nada podemos fazer. Contudo, é possível fazer algo para contrariar a ação humana. Fala-se da influência negativa da construção e aumento do molhe do porto da Figueira da Foz, mas ações não se vêm e a sul as praias vão minguando. Acreditamos que é possível minimizar os efeitos da erosão dunar com o prolongamento do promontório natural existente na nossa praia. Mas palavras não bastam! É preciso agir rapidamente, antes que seja tarde demais! Enquanto falamos perante vós são mais alguns centímetros de dunas que se perdem para o mar, são mais uns centímetros que aproximam o mar da ETAR da Praia do Pedrógão, e são mais uns centímetros que nos aproximam de uma situação gravosa para a saúde pública, caso não seja protegido o emissário principal da ETAR.

Preocupa-nos ver, diariamente, o mar a destruir o pequeno muro de proteção construído na zona sul do Pedrógão - conhecida como praia dos campistas - e verificar que o mar ganha terreno e aproxima-se perigosamente do mencionado emissário, que, caso seja destruído resultará não só em prejuízo gravoso para o meio ambiente como para a população residente e para quem nos visita. Também resulta em prejuízo para o município, com os custos financeiros a suportar com a



reposição do estado de funcionamento deste equipamento. Mas estas são preocupações de quem acompanha impotentemente a situação, a degradar-se diariamente e não vislumbra uma solução responsável que evite o colapso desta estrutura e da própria praia em si.

Para quando uma solução que minimize o estado de erosão na Praia do Pedrógão e salvaguarda dos bens públicos? Por falar em bens públicos, já há alguns anos que ouvimos falar da requalificação da marginal da Praia do Pedrógão. Os anos vão passando e a requalificação vai sendo adiada... é este outono... é no próximo ano, mas o próximo outono e o próximo ano teimam em não chegar. Será em dois mil e doze? Estamos cientes que a crise financeira que reina em Portugal e no concelho não facilitam, mas estamos otimistas, até porque a requalificação da marginal será sem dúvida uma mais-valia para revitalizar a Praia do Pedrógão, turística e economicamente. Permitam-nos contudo uma pequena sugestão, articulem o calendário da requalificação da marginal de modo a não coincidir com a época balnear. Não esqueçam que a época balnear continua a ser o principal motor económico da única praia do concelho.

Meus senhores e minhas senhoras. Os nossos ideais, são o desenvolvimento o progresso e o crescimento da nossa praia, queremos que Leiria tenha uma praia de excelência, com condições para receber bem. Não queremos ser praia apenas em Agosto... queremos continuar a ter condições para receber o ano inteiro.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer a oportunidade que nos deram para fazer chegar até vossas Exas. a nossa indignação, os nossos receios, as nossas preocupações e necessidades. Esperamos que, finalmente, as entidades responsáveis olhem para a Praia do Pedrógão com todo o respeito que merece e que merecem todos quantos nela habitam e visitam.

A Praia do Pedrógão tem muito para nos dar, apenas pede a nossa amizade e a nossa atenção!

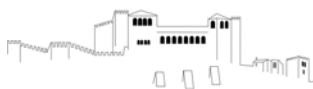
Muito Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Dou agora a palavra ao munícipe Rui Fradique de Almeida.

MUNÍCIPE RUI FRADIQUE DE ALMEIDA



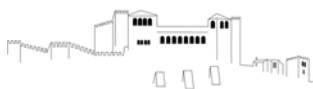
Muito bom dia senhores Presidentes, senhores deputados e senhoras deputadas. Chamo-me Rui Fradique Ribeiro Rodrigues de Almeida.

Fui professor de matemática durante anos nesta cidade, e queria expor aqui o seguinte assunto.

Sou dono de um apartamento aqui em Leiria que começou a ter problemas graves a partir de dois mil e sete. Pedi à delegação de saúde de Leiria para efetuar uma inspeção sanitária à minha casa, a qual apresentou um relatório em que diz que a casa é insalubre e apresenta graves problemas futuros - de saúde - para as pessoas que nela moram.

Pouco tempo depois pedi uma vistoria à Câmara. Lá se deslocaram dois arquitetos, tendo sido um deles o senhor Vítor Oliveira, a proteção civil e novamente a delegação de saúde. Fizeram um relatório, tiraram fotografias, etc... está no processo. Consideraram que a minha casa apresentava fissuras e infiltrações de água. A Câmara comunicou ao condomínio que tinha quarenta e cinco dias para este efetuar as referidas obras. O condomínio nem sequer a carta recebeu, apesar de ter ido registada... não recebeu, alegando ser novamente outra vez a Câmara. Voltámos à Câmara e questionámos o que é que se passava, porque é que nada se fazia. Se tinha estipulado os quarenta e cinco dias, porque é que não se tinham iniciado as obras? A câmara, com uma desculpa que eu não percebi muito bem, alegando que ainda não tinham sido vistas as partes comuns (melhor dito, o telhado), efetuou nova vistoria com a mesma equipa, excetuando só um dos arquitetos que foi substituído por um senhor engenheiro que agora não me recordo o nome. Novo relatório - para espanto nosso - a dizer que era inconclusivo, desdizendo-se um bocadinho do primeiro, e no final determinava novamente que o condomínio tinha quarenta e cinco dias para executar as obras. Estamos a aguardar - já passou não sei quanto tempo, meses largos - ninguém fez nada, o condomínio nada fez. Escrevemos à Câmara a solicitar uma resposta... porque é que até esta data ou à data do pedido, nada foi feito. Estou, neste momento, com a casa toda deteriorada pela parte de dentro, as obras continuam a não ser feitas... pedimos uma audiência ao senhor Presidente da Câmara há cerca de um ano, não fomos atendidos, não fui ouvido... nada!

O que eu queria saber é o que é que a Câmara vai ou pretende fazer perante a situação aqui exposta, em concreto. O condomínio não faz obras, não liga às determinações camarárias que são impostas. Sei que, por processo administrativo,



a Câmara podia obrigar ou substituir-se e fazer as obras mas nada feito. Continuo a viver na minha casa que, para vergonha minha, só as pessoas muito amigas convido para irem lá ver. Não tenho cortinados nas janelas, as paredes estão pretas, tem bolor nas paredes, os bens que tenho dentro de casa - desde pratas e relógios antigos, oxidam e de ano a ano têm de ser limpos e arrançados. O meu filho - que não tem nada a ver com o assunto - é médico e diz que eu estou a viver num foco de humidade e bolores. Só me falta fazer (ainda não fiz) é pedir a uma empresa da especialidade que vá lá verificar o ar que eu respiro naquela casa. Já agora (acrescentando) a minha mulher é diabética e só o ano passado, no curto espaço de tempo – se a minha memória não me traiçoa – entre Outubro /Novembro a Fevereiro/Março do ano seguinte, apanhou três broncopneumonias. Era isto que queria pedir, perguntar o que é que a câmara quer fazer, pretende fazer, e quando.

Meus senhores muito bom dia. Obrigado pela atenção que me dispensaram e continuação de um bom sábado.

Muito Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Acabaram as intervenções de cidadãos que foram previamente agendadas.

Antes de entrarmos na nossa ordem de trabalhos vamos passar à aprovação das atas número seis e sete, que foram disponibilizadas aos senhores deputados.

Começamos pela ata número seis.

Alguém tem alguma sugestão a fazer em relação á ata número seis, referente à sessão ordinária de trinta de Setembro de dois mil e onze?

Não vejo ninguém manifestar intenção de se inscrever. Vou colocar a ata à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar a ata da sessão ordinária de 30 de Setembro de 2011.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos à ata numero sete, da sessão extraordinária de vinte e oito de Novembro de dois mil e onze. Também foi distribuída, embora com menor antecedência (como é óbvio) pois a sessão também não foi há tanto tempo quanto isso. Devo, aliás,



agradecer o esforço da dona Manuela por ter conseguido tê-la pronta a tempo e horas.

Alguém pretende inscrever-se?

Senhor deputado João Curado, se faz favor.

DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)

Bom dia.

Cumprimento o senhor Presidente e distinta Mesa, a Câmara, o senhor Presidente, os vereadores e os senhores deputados.

Tenho duas questões em relação à ata numero sete. Na página trinta e um, mais ou menos a meio, digo – *"aceitamos que se continue a olhar para as freguesias mais distantes dos Paços do Concelho"* – o correto é *"... não aceitamos..."*

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Na página trinta e um?

DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)

Trinta e um, sim. Na segunda frase do segundo parágrafo.

Também a primeira frase da página trinta e dois, onde se lê – *"... não devo fazê-lo sem fundar deontologia..."* eu não me arrego o direito de fundar deontologia em lado nenhum, o que se deve ler é – *"...não deveremos fazê-lo sem aprofundar a metodologia..."*

E é só.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azoia.

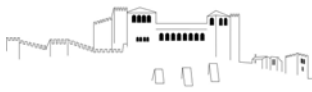
DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)

Bom dia.

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Cumprimento a Mesa e a restante Assembleia.

Trata-se também e só de uma pequena alteração. Peço desculpa (esqueci-me de ver o número de página) mas é sobre a minha intervenção na última Assembleia, já perto do final. Este foi certamente o texto que enviei para a dona Manuela e peço desculpa por isso. Mas dizia que *"...enquanto noutros concelhos ao lado cumprem cabalmente..."*, na ata aparece *"...não cumprem cabalmente"*.



O meu texto dizia *"esta regra não está a ser aplicada até porque os municípios ficam de fora e freguesias num determinado concelho não cumprem os requisitos, enquanto que noutros concelhos ao lado cumprem cabalmente"*.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Estou à procura da sua intervenção senhor deputado.

Na última não foi. Então é mais para o meio.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)

Peço desculpa... obrigado senhor professor Manuel Antunes.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tem outra na página setenta e cinco. Talvez seja esta. É na sua declaração de voto? Não é na intervenção? Então talvez o senhor deputado Manuel Antunes tenha razão. Peço desculpa deste tempo, mas nesta altura eu faço já a rasura e assino a ata com a menção da rasura. Se me puder ajudar agora no parágrafo...

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)

Depois, também na mesma apreciação. Penso que deve estar mais no fim da página, que diz *"e nós somos mesmo bons"*, na ata aparece *"e nós somos mesmo os bons"*, é para retirar *"os"*.

E agora no final... é fácil identificar pois é mesmo no final. Quando eu digo que...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Mas na mesma intervenção?

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)

Sim na mesma intervenção. Deve ser na última ou a penúltima linha. Onde eu digo *"que era uma poeirada do caraças"*, aparece *"uma poeirada das caraças"*.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Há mais alguma intervenção sobre a ata? Dou por adquirido - salvo alguma intervenção em contrário - dou por adquirido que estas sugestões de correção estão corretas, ou seja, há um erro na elaboração da ata. Não vou votar pontualmente cada uma delas pois parecem-me pacíficas e perfeitamente



aceitáveis (fazem sentido), o que significa que vou colocar a ata à votação já com estas correções.

Ficou claro?

A ata será colocada à votação já, depois do acolhimento destas correções.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com cinco abstenções, aprovar a ata da sessão extraordinária de 28 de Novembro de 2011.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

E vamos entrar no período antes da ordem do dia.

Estive a fazer as contas e é mais fácil proceder assim, independentemente do número de inscrições, até porque - afinal de contas - o tempo da ordem do dia é o tempo que é. Proporcionalmente, daria dezoito minutos ao Partido Socialista, quinze minutos ao PSD, sete minutos ao CDS, os cinco minutos regimentais a cada um dos partidos que só têm um deputado, ou seja, o Bloco de Esquerda e o PCP.

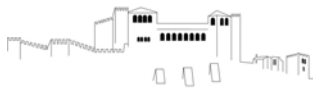
Vou aceitar inscrições para o período antes da ordem do dia.

Vou ler a lista, se faltar alguém fará o favor de dizer, depois organizarei - de acordo com as normas regimentais - de não fazer suceder intervenções do mesmo partido.

Estão inscritos os senhores deputados Manuel Antunes, Presidente da Junta da Azóia, senhor deputado João Cunha, Presidente da Junta do Arrabal, senhor deputado João Curado, Presidente da Junta da Bajouca, senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, senhor deputado Carlos Guerra, senhora deputada Odete João, Presidente da Junta de Santa Catarina da Serra, senhor deputado Micael Sousa, Presidente da Junta de Cortes, Presidente da Junta de Monte Redondo, senhor deputado Paulo Pedro, Lucília Letra, representante da Junta de Freguesia de Coimbrão (é nessa condição que aqui está), senhor Presidente da Junta da Bidoeira, senhor Presidente da Junta da Barreira e senhor Presidente da Junta da Caranguejeira.

Faltou alguém?

Como é normal, encerram-se as inscrições do período antes da ordem do dia e não haverá mais.



Dou a palavra ao senhor deputado Manuel Antunes, e entretanto vou organizar a série de inscrições.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

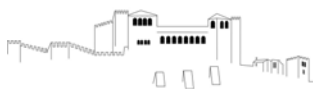
Bom dia a todos.

Senhor Presidente e restantes membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara e vereadores, senhoras e senhores deputados, senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, cidadãos de Leiria, senhoras e senhores representantes da comunicação social.

Em primeiro lugar - nesta data - a uma semana do Natal, desejo estender a todos os meus cumprimentos pessoais e em nome da bancada que aqui represento, cumprimentos de boas festas, um feliz Natal e um bom Ano Novo para todos. Permitam-me que faça também uma nota especial ao Presidente da Freguesia da Bajouca, que hoje – freguesia - celebra o seu quadragésimo aniversário, que ao que sei, será celebrado numa cerimónia mais tarde neste dia.

Quero iniciar com uma declaração. Desloquei-me da minha residênciã em Coimbra, hoje, numa viatura registada em meu nome e propriedade minha. Esta é uma declaração que passarei a fazer sempre no início das reuniões da Assembleia Municipal. Tem isto a ver com uma notícia publicada num dos jornais diários de Leiria, no dia trinta de Novembro, dois dias após a reunião da sessão extraordinária de vinte e oito de Novembro, sob o título de “ *Viatura dos hospitais da Universidade de Coimbra junto à Assembleia Municipal não passa despercebida*”. Fiquei a saber que os deputados municipais (ou alguns deputados municipais) estão preocupados e interessados no veículo em que me desloco a esta Assembleia Municipal.

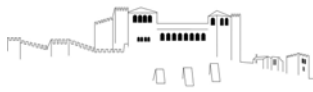
De facto, algum ou alguns deputados chamaram a atenção dos jornalistas para a eventual utilização de um veículo oficial. Um jornalista deu-se ao trabalho de questionar o conselho de administração do meu hospital - eu peço desculpa senhor Presidente - informando que o deputado Manuel Antunes residente em Coimbra, fez-se deslocar à dita reunião, realizada em Leiria, numa viatura caracterizada e com o logotipo HUC. Assim pedia os seguintes esclarecimentos, “*É normal o médico deslocar-se na viatura dos hospitais para uso particular ou participar em assuntos de natureza política? Os custos inerentes à deslocação (gasóleo e portagens) neste caso, são suportados pelo médico e deputado Manuel Antunes ou pela administração da unidade hospitalar? É permitido por lei a administração permitir estas deslocações de carácter particular? Que comentário merece esta situação por*



parte da administração dos HUC?". Perguntas que claramente demonstram uma intenção de questionar a minha honorabilidade e que, portanto, não posso deixar passar. Obviamente procurava-se o escândalo. Mas enganaram-se. Primeiro, a viatura não pertence ao hospital mas sim ao círculo de amigos do Centro de Cirurgia Cardio-Torácica, a quem foi oferecida - a meu pedido - por um benemérito. Ao tempo, julgo, o nosso Presidente da Câmara era o presidente do círculo e pode confirmar o que vos digo. Trata-se portanto de uma viatura particular, de amigos, que me foi cedida nessa ocasião, não interessa porquê. De todo o modo, informo que esta viatura é geralmente colocada à disposição de serviço e utilizo em viagens relacionadas com a atividade deste. Foi o caso no dia vinte e oito de Novembro, em que me desloquei a Lisboa e onde tinha participado num congresso de transplantação tendo, de regresso, parado em Leiria para a Assembleia.

Estas explicações foram fornecidas a um jornalista pelo conselho de administração do hospital e por mim próprio, que mesmo assim achou que isto era notícia, e ainda que incluindo as minhas declarações, não deixa de incluir um elemento de ambiguidade e de dúvida, a começar pelo título. Naturalmente resolverei este assunto pelos meios legais. Mas este facto torna-se especialmente relevante, porque se trata claramente de uma tentativa de ferir a minha dignidade e a minha honestidade... facto de linchamento político. Não é uma questão pessoal. É uma questão política. Dela fizeram parte alguns deputados da maioria desta Assembleia Municipal, com a colaboração de um jornalista pouco profissional. Como é evidente estou de consciência tranquila, e por isso parei a viatura diretamente em frente à porta deste centro e, naturalmente também, de consciência tranquila preenchi o impresso de pedido de pagamento da deslocação que a lei me concede. Aliás, para completar a informação, naquela noite eu próprio enchi o depósito de combustível da viatura - do meu próprio bolso - no regresso a casa.

Senhor Presidente, espero que terminado este esclarecimento me releve o tempo gasto com esta explicação e que ponha o seu cronómetro em funcionamento a partir de agora. Mas este incidente não foi um ato isolado. Já por várias vezes aqui protestei, pelas afirmações pouco abonatórias para a minha pessoa, feitas por membros da bancada da maioria, incluindo alguns dos elementos da Mesa. Já este mês, os deputados José Alves e José Manuel Silva, escreveram em "*blogues*" inverdades sobre as intervenções dos deputados do PSD, desta vez não dirigidas especialmente a mim, que de todo não estão conforme com aquilo que aqui se



passou e que está claramente expresso na ata. A maioria, à falta de argumentos capazes para fazer o combate político, utiliza estas manobras pouco escrupulosas para denegrir a oposição e os seus líderes. Mas não ficam ainda por aqui no desrespeito pela democracia que devia governar esta Assembleia. O incidente que protagonizei com o senhor Presidente da Assembleia na sessão de Setembro mais uma vez evidencia a guerrilha - e o termo não é meu - em que se transformaram as sessões da Assembleia Municipal. Não há nenhuma sessão sem que haja um conflito na interpretação das regras, entre o senhor Presidente e os partidos da oposição e até com a bancada do seu próprio partido. Na última sessão o senhor Presidente impediu-me de pedir um esclarecimento à Mesa, alegando que a votação já se tinha iniciado, quando efetivamente isso não tinha ainda acontecido. Em democracia, todos os pedidos de esclarecimento são válidos e todos os esclarecimentos são devidos. O senhor Presidente teve a amabilidade de me recordar que agora quem manda é o senhor, durante estes quatro anos, e cito " *tal como nos quatro anos anteriores não fora*". A diferença de estilos é óbvia, mas não serão as ameaças de autoridade que me farão a mim e aos meus colegas de bancada calar, tão pouco aos do coro da bancada da maioria. A este propósito devo dizer, e hesitei se não deveria fazê-lo aquando da aprovação das atas - e sem que isto signifique nenhuma crítica a quem transcreve a gravação áudio das atas - o facto de que alguns destes factos não estão transcritos na ata porque foram feitos da bancada diretamente para a Mesa e isso, no interesse da verdade total, talvez se justifique a introdução de microfones - pelo menos - junto das lideranças das bancadas, para que estes assuntos possam ficar registados, pelo menos em gravação áudio, se não for por escrito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

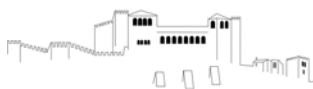
Senhor Presidente da junta de Freguesia da Azoia.

Dou a palavra à senhora deputada Odete João, para defesa da honra.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores deputados, ilustres convidados.

Começo por desejar a todos um bom Natal, com paz e saúde, porque parece que tudo o resto vai faltando.



Pedi a palavra para a defesa da honra uma vez que o senhor deputado Manuel Antunes proferiu aqui afirmações que são indignas de um deputado municipal, ao trazer para esta Assembleia assuntos que deveria tratar noutros fóruns e que não trazem, de modo nenhum, não acrescentam de modo nenhum, dignidade àquilo que é obrigação de um deputado municipal... pugnar pelo bem-estar do concelho. O senhor deputado criou aqui "*fait-divers*", lançou sobre os deputados acusações que não teve a coragem de lhe colocar os nomes, em vez de as resolver nos sítios próprios. Aliás, já nos habituou a este tipo de intervenções! Não cuida daquilo que são os problemas do concelho... trata de questões pessoais.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigada senhora deputada.

Está a pedir a palavra para? Dou a palavra ao senhor deputado Manuel Antunes, para defesa da honra.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Com certeza porque a senhora deputada Odete Santos...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Odete João, permita-me...

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

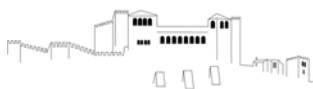
Odete João, peço desculpa senhora deputada!

A senhora deputada Odete João - ela sim - utilizou acusações que eu não fiz aqui, não quis utilizar nomes, mas se for preciso utilizo-os. Acho que não serve de nada estar a utilizar nomes e achei que também não devia utilizar o nome do jornalista. Mas, senhora deputada, esta é a página do diário em questão, e esta informação vem na coluna imediatamente ao lado da notícia sobre o que se passou na Assembleia Municipal. Não é um "*fait-divers*"... como não é um "*fait-divers*" que alguns deputados se dêem ao cuidado de pedir aos jornalistas que inspecionem as viaturas privadas com que um deputado se desloca a esta Assembleia. Este é, portanto, um assunto da Assembleia porque é sintomático do que se passa nesta Assembleia! Como eu disse, não é um caso pessoal... é um caso político!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito Obrigado.

Fica registado em ata - e não vamos continuar este diferendo - fica registado em ata a intervenção do senhor deputado Manuel Antunes. Fica registado em ata a defesa da honra da senhora deputada Odete João, em nome da bancada do Partido



Socialista. Fica registado em ata a declaração do senhor deputado Manuel Antunes, invocando também a defesa da honra.

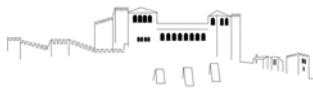
Dou a palavra ao senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azoia.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)

Bom dia.

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Azoia.

Na minha vida tenho uma regra que procuro - mais ou menos - sempre que entendo que é benéfica, cumprir. E a regra é esta "*Se não podes dizer bem, cala-te*". E tenho-me calado algumas vezes. No entanto, e depois de ouvir a intervenção dos senhores deputados anteriores, gostaria de dizer o seguinte. Os jornalistas, pelo trabalho que fazem, certamente não podem fazer - nem em termos pessoais, nem em termos profissionais - esta regra no seu trabalho. Hoje penso que eles pensam que tudo lhes é permitido dizer. Gostaria que dissessem e que escrevessem notícias que, se calhar para eles não são notícias, mas que pedagogicamente - para a sociedade - seriam mais úteis. E poderiam dizer bem! E poderiam dizer bem, por exemplo, no caso das viaturas. Penso que poderiam calar numa situação destas (não é calar porque é uma notícia completamente inócua), mas poderiam dizer, por exemplo, dizer que os Presidentes de Junta - não era sempre mas volta e meia - que se deslocam nos seus carros pessoais (sempre ao serviço da comunidade), que gastam combustível ao serviço da comunidade, que gastam muitas horas e muitos serões ao serviço da comunidade, que os jornalistas se deslocam para a Assembleia Municipal nos seus carros, sem debitarem nada às autarquias que representam. Eu, se não gastasse mais em sapatos, começaria a vir a pé. Mas fica-me mais caro, portanto... como é a minha despesa, venho de carro. Agora, sobre o assunto de facto que me fez vir aqui... era falar bem. Nem tudo acontece de mau! Ontem á noite, nesta sala, aconteceu uma cerimónia que considero que deve vir nos jornais e que penso que foi uma cerimónia de bem. E vou dizer em que é que consistiu. Consistiu na entrega de um prémio ao primeiro trabalho que surgiu da investigação da história local, e designado "*prémio Vila Portela*". Foi o resultado de dois promotores, o engenheiro Ricardo Charters de Azevedo e a ADLEI. Resultou em vários trabalhos que foram apresentados, e um que recebeu o prémio. Foi - penso eu - um contributo importante para a investigação da nossa região a nível da história. Foi um contributo importante no



presente que pode melhorar o futuro. Também quero agradecer à Câmara de Leiria, ao IPL e à Gradiva, que foram parceiras desse primeiro prémio designado "*Vila Portela*". Penso que deve ser exemplo para o futuro... provavelmente a Troika ainda não nos vai limitar quem quiser investigar e quem quiser patrocinar esses prémios.

Agora, não vou dizer mal mas vou abordar uma preocupação que tenho. Com a construção da A19 na freguesia de Azoia, apesar da Câmara Municipal, desde sempre, ter um técnico a acompanhar os trabalhos, penso também que as empresas construtoras tiveram sempre uma preocupação - e que foi quase a única - que foi construir a plena via dentro do prazo legal, abandonando muito as populações que estavam a ser martirizadas com a construção, neste caso, da A19. Passado o prazo que tinham para construir a plena via, era natural que começassem com mais intensidade a reconstruir o que tinham destruído com os trabalhos. Era isso que me diziam, embora eu penso que a freguesia de Azóia, nesta situação, foi muito prejudicada e teve muita paciência porque durante os trabalhos muitas ruas ficaram completamente destruídas, linhas de água entupidas, ruas que se tornaram rios. Agora, os trabalhos que se deveriam fazer, com tanta celeridade como a construção da plena via, estão a ser trabalhos muito demorados e penso que vão (e era isso que eu não queria) ficar muito incompletos. Dizem-me que fazem o que está no projeto, mas nós não podemos contentar-nos com aquilo que está no projeto...

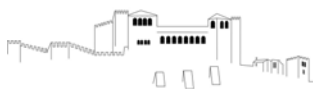
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, peço-lhe para concluir.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA AZOIA)

... era isso que eu pedia ao senhor Presidente da Câmara Municipal, concluo já. Para que além do técnico e do senhor vereador, que se tem empenhado, a quem tenho ligado tarde e a más horas e que tem retribuído sempre com a melhor atenção, gostaria, de facto, que a Câmara tivesse uma posição muito firme quanto às empresas construtoras e que não fosse abandonado - a partir de agora - nem por um minuto a atenção que eles devem ter com as populações.

Muito obrigado e bom dia.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Chamo a especial atenção dos senhores Presidentes de Juntas e dos grupos representados na Assembleia Municipal para o seguinte: O regimento atribui cinco minutos aos Presidentes de junta para tratarem de assuntos de freguesia. Aqui, considereei que se tratava de assuntos de freguesia para não lesar o grupo do PSD mas, de facto, isto deixa-me um embaraço porque quando não é assunto de freguesia o tempo terá de ser imputado ao respetivo partido, como é óbvio.

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

Não foi esse o critério que adotei mas terão que considerar que é esse o critério que eu passarei a ter que adotar.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BLOCO DE ESQUERDA)

Senhor Presidente, antes de começar a ler devo dizer que a leitura leva cerca de oito minutos e, portanto, vou solicitar que me sejam atribuídos três minutos, comprometendo-me durante a sessão, a recuperar esse tempo. É que em cinco minutos... para ler à pressa, não vale a pena.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

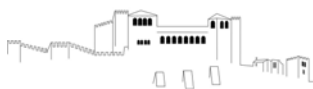
Veremos, senhor deputado, se depois assume e honra esse compromisso.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BLOCO DE ESQUERDA)

Obrigado.

Bom dia a todos.

É hábito, nestas alturas desejar-se um Feliz Natal e fazerem-se votos de um Novo Ano cheio de prosperidade. Tendo em conta o que se passa nesta pequena porção da Humanidade que é Leiria, achamos que - mais do que o costumeiro pró-forma - esses votos seriam de um cinismo atroz, uma afronta a todos aqueles que são (e futuramente serão ainda mais) vítimas desta política governamental de ataque aos portugueses e à sua dignidade enquanto povo livre e independente. Um ataque sem paralelo e ao qual não podemos estar indiferentes sob pena de sermos coniventes com aqueles que, escudando-se atrás das dívidas que a irresponsabilidade de governos dos quais fazem (ou fizeram parte) foram contraindo - sem que disso a grande maioria dos portugueses tenha beneficiado, bem antes pelo contrário – se preparam para tornar o nosso país, que já é o país da Europa com maior desigualdade entre ricos e pobres, um campeão no desemprego e um paraíso para a precariedade e os baixos salários e querem



acabar com o que resta do estado social, que tem sido o garante de alguma qualidade de vida para os mais desprotegidos e desqualificados deste país. Não acreditamos, porém, na inevitabilidade desta via suicidária para o nepotismo que com a arrogância dos déspotas e a cegueira dos que não vêm para lá dos limites estritos dos seus próprios interesses, estão impondo ao país.

Há mais caminhos que o da assunção da miséria e da submissão com os males menores.

E é de um desses caminhos que vos quero falar... da esperança em novas soluções, soluções que passam pelo esforço conjunto de todos que acreditam na democracia como expressão da vontade popular e na justiça como pilar fundamental da legitimação dessa vontade.

O que expressamos, então, é o nosso firme empenho na defesa destes direitos e a nossa solidariedade para com todos para quem boas festas são desde há muito miragens distantes.

Hoje, em Lisboa, é dado um passo importante nesta luta, numa proposta que junta muitas vontades e diferentes formas de estar na vida, "*A Iniciativa para a Auditoria Cidadã à Dívida Pública*".

Permitam-me que lhes leia parte do testemunho de um dos seus subscritores, António Serzedelo, presidente da Associação Opus Gay. Passo a citar:

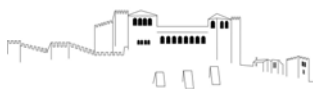
"Nos cafés, nas rodas de amigos, nos cabeleireiros, todos falamos da dívida pública do Estado português e das desgraças que nos trouxe ultimamente.

Muitos, se não quase todos, andam à procura de bodes expiatórios. Para uns, foi o último governo socialista. Para outros, são os socialistas em geral, enquanto para outros ainda, tudo começa com Cavaco Silva. Temos para todos os gostos, de acordo com as cores políticas de cada um. Em geral, diz-se que o "tsunami" financeiro começou - em 2007 - com a falência do banco Lehman Brothers.

Essa bomba atómica financeira desencadeou inúmeros estragos na economia americana e, por arrasto, dado que estamos num mundo globalizado, na Europa, na Ásia e por aí fora. Os políticos em geral (ou, pelo menos, os europeus) meteram a cabeça na areia e teimaram em produzir discursos muito apaziguadores.

Aquilo, diziam, não era nada connosco.

Enganaram-se redondamente e todos eles estão agora, de uma forma ou de outra, estão a ser corridos do poder para serem substituídos pelas virginais oposições, que também nada previram e só tiveram gestos populistas para "caça" ao voto.



Na verdade, o caso Lehman Brothers é, em si mesmo, já o resultado de uma política iniciada muito antes de empréstimos a preços baixos, para iludir as classes trabalhadoras, que poderiam ter acesso desta forma a bens de consumo desejados, mas que os seus ordenados, sempre em degradação, nunca permitiriam alcançar de outra forma. Foram as célebres bolhas imobiliárias e o crédito em operações tipo D. Branca - que foi considerado lixo - mas entretanto nos lixou a todos.

Foi também o momento em que os Estados acorreram em favor da banca, injectando-lhe dinheiro a jorros, socializando os prejuízos que provocava, mas não tocando nos lucros que auferia.

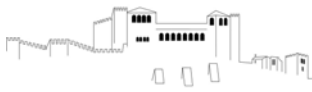
A consequência foi uma enorme degradação das contas públicas (pois resgatar bancos é muito caro). Caíram as receitas e criou-se uma espiral de despesas públicas a subir em flecha, devido à recessão, e ao desemprego.

Foi o momento em que aquilo a que se chama hoje os mercados financeiros, ou a alta finança (ou, para melhor tipificar, os mais ricos dos ricos) entraram em cena, especulando sem vergonha com as dívidas públicas dos países, pois perceberam que este era um momento em que podiam apertá-los, modificar as regras do jogo e do contrato democrático e, ainda por cima, ganhar enormes fortunas à custa do empobrecimento de povos inteiros.

E é neste momento que entram em cena outros actores, pretendendo benevolmente "salvar os países": o BCE, o FEEF e sobretudo o FMI, com provas dadas noutros países na década de oitenta/noventa.

A receita é simples: austeridade! Aprovada a austeridade, começam as intervenções no mercado de trabalho, o desemprego, a destruição do Estado Social - porque é caro - e depois, em consequência, a recessão, o que leva a uma depressão dos mercados. As pessoas não compram, como se vê na Europa e em Portugal.

Na União Europeia, a regra para a dívida pública determinava que ela não devia ultrapassar os 60 % do PIB. Na verdade, a regra não era cumprida, e a Alemanha e a França ultrapassaram algumas vezes estes limites, sem que nada lhes sucedesse. Em Portugal, quando a "troika" cá chegou a nossa dívida pública era superior a 97% do PIB. Em 2013, quando a "troika" se for, a nossa dívida pública - com o remédio ministrado - deve situar-se acima dos 106% do PIB. Aí se vai constatar que a dívida pública é insustentável e que tudo quanto se fez serviu apenas para agravar a nossa situação.



É aqui que entra em cena a necessidade das auditorias às contas públicas. Em princípio, deviam ser os Estados a fazê-las... mas na verdade não o fazem, pois isso ia pôr a nu os enormes erros que cometeram, muitas vezes para sustentar políticas que só beneficiaram uma minoria, em prejuízo da res publica e de todos. Veja-se o caso do BPN. Na Europa temos o exemplo da Islândia, propositadamente pouco falado, pois não só fez uma auditoria à sua dívida como se recusou a pagar a chamada "dívida odiosa" de certos bancos, que ficaram apeados, com graves prejuízos para a Inglaterra e Holanda. Partiram do princípio de que se, no tempo das "vacas gordas" os lucros dos bancos não tinham beneficiado os cidadãos, não havia razão para que, no tempo das "vacas magras" os cidadãos pagassem os prejuízos dos mesmos bancos.

No caso português, a auditoria da iniciativa dos cidadãos vai avaliar a complexidade do sistema da dívida, calcular a sua dimensão, ver que parte da dívida é ilegal, ilegítima ou insustentável (a dívida odiosa) e o que deve ser pago com todos os outros prazos: aquilo a que chamamos reestruturação. A dívida é para pagar, mas noutros termos, sabendo-se que a dívida pública é apenas um entre muitos dos compromissos do nosso país. O Estado tem dívidas para com os credores, mas também tem deveres para com os cidadãos, quer os atuais, quer os das gerações futuras, que não podem ver o seu futuro comprometido. Seria imoral!

A iniciativa para uma Auditoria Cidadã da Dívida Pública adopta os seguintes princípios:

- 1 – Democraticidade;*
- 2 - Natureza participativa;*
- 3 – Transparência;*
- 4 - Controlo pelos Cidadãos;*
- 5 – Independência.*

É preciso mobilizar as pessoas. Sem isso, esta iniciativa não faz sentido.

O primeiro passo a dar, porém, tem de ser nosso.

Por isso, é importante participar na Convenção".

Aqui fica o nosso apelo.

Muito obrigado pela atenção.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Devo dizer-lhe que respeitou os cinco minutos que lhe estavam atribuídos.



DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BLOCO DE ESQUERDA)

Ótimo. Mas mantenho a promessa.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Bom dia a todos.

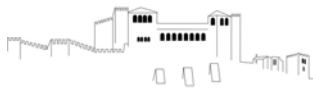
As populações das Praias da Vieira e do Pedrógão (mais esta do que aquela), estão em polvorosa devido à interdição total da ponte das Tercenas, que torna inviável o acesso direto da praia do Pedrógão à praia da Vieira, prejudicando assim o dia-a-dia das populações e a atividade económica do Pedrógão.

Trata-se de uma situação que se arrasta incompreensivelmente no tempo, da responsabilidade tanto deste governo PSD/CDS quanto do anterior governo do PS. São todos responsáveis por uma situação que agrava ainda mais as já difíceis condições em que vive a população e os comerciantes da praia do Pedrógão e nem sequer podem invocar inocência, porque o PCP propôs – repetidamente – na Assembleia da República, a inclusão de verbas ao orçamento de estado (PIDAC) para as obras da ponte das Tercenas, as quais foram sistematicamente derrotadas pelos votos contra do PS e do PSD.

A culpa não pode morrer solteira!

Os moradores e comerciantes da praia do Pedrógão necessitam urgentemente de uma ligação boa, curta e rápida à praia da Vieira e à Marinha Grande. Além do mais, é um grave obstáculo aos fluxos turísticos que se desenvolvem ao longo da estrada Atlântica e o maior problema é que ninguém sabe quando terão início as obras da ponte das Tercenas.

O governo refere que as obras de recuperação terão a duração de dezoito meses e atribui culpas ao Tribunal de Contas – como sempre, a culpa é dos outros – por não poder ser adotado um concurso público urgente. Ora, não se pode falar de urgência pois há quinze anos que tinha sido detetado o problema, sem que tenha sido tomado qualquer medida para a resolução. A isto chama-se, no mínimo, negligência dos diversos governos. É preciso denunciar a insensibilidade do governo agora PSD/CDS, e a complacência do poder local do PS nos concelhos da Marinha Grande e Leiria, enquanto o governo foi do seu partido. Mas, acima de tudo, é necessário uma solução que ultrapasse os graves problemas e prejuízos da população, dos



comerciantes e visitantes. É ridículo e caricato que o investimento de muitos milhões de euros em mais de cinquenta quilómetros da estrada Atlântica esteja agora comprometido pela interdição de uma ponte, por tempo indeterminado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Paulo Pedro.

DEPUTADO PAULO PEDRO (PS)

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Vinha hoje aqui transmitir uma solicitação que me foi feita por alguns munícipes, amantes das bicicletas, e que - sendo uma proposta que eu acho bastante positiva - não é uma proposta que possa aumentar grandemente os custos da Câmara Municipal. Trata essa proposta do facto de termos o rio Lis que liga a cidade de Leiria à estrada Atlântica, à praia da Vieira (neste caso), e por já hoje parte das margens do rio Lis serem utilizadas por veículos. Parte desses amantes das bicicletas acham que seria muito fácil e com baixo custo, fazer uma ciclovia em terra batida – é claro – não queremos uma ciclovia “XPTO”- mas uma ciclovia em terra batida que ligasse Leiria à ciclovia da Estrada Atlântica. Eu penso que esta é uma ideia que traria uma imagem completamente diferente relativamente ao nosso concelho. Temos a ciclovia da estrada Atlântica com várias dezenas de quilómetros, e depois podemos ligar Leiria com uma ciclovia plana (claramente plana). O rio Lis é plano e é muito fácil ligar Leiria à estrada Atlântica por ciclovia sem custos avultados. Já hoje a maior parte de uma das margens do rio Lis é transitável por veículos. Com alguma limpeza, alguma colocação de saibro cilindrado e placas indicativas, penso que poderíamos ter aqui uma obra importante para o concelho. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

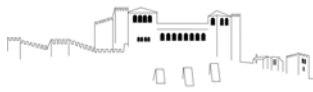
Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha PSD.

Cumprimento especial ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e distinta Mesa, cumprimento ao senhor Presidente da Câmara e distintos vereadores, todas as bancadas, cumprimentos aos caros deputados municipais e presidentes de



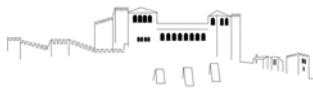
Juntas de Freguesia, cumprimentos à distinta comunicação social e ao magnífico público que sempre nos compreende nestas nossas tarefas.

Vinha só aqui dar duas pequenas notas muito rápidas.

Uma primeira tinha a ver com o seguinte. Concluídas, embora nem de todo - como disse aqui o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azoia - mas concluídas de uma forma geral as obras da A19, seria de bom-tom que Leiria também tivesse consciência que é A19 começa a ser, efetivamente, também uma das portas de entrada dos visitantes na cidade. Existe há muitos anos - e confesso aqui o meu desconhecimento em relação a quem é que é o proprietário desta estrutura - existe um painel que antigamente tinha - era um painel de azulejo da PANAM - que depois foi sucessivamente pintado com uma serie de coisas por cima... mas existe aquele painel que está naquela encosta de Porto Moniz que é um painel de uma dimensão considerável. Permitia-me fazer uma sugestão à Câmara (não sei se será viável ou não) que é de transformar aquele painel - se isso for possível em termos da propriedade respetiva - num painel de saudação de Leiria (com um motivo artístico ou outro) aos visitantes que entram pelo lado sul da cidade. Esta é uma pequena sugestão que queria aqui deixar.

Outra questão que queria aqui sublinhar é a minha preocupação relativamente à questão que tem a ver com o "*casamento*" (entre aspas), entre a situação do funcionamento do comércio e dos bares na zona histórica e o descanso e a segurança das pessoas. Já tive oportunidade de - em sede do concelho municipal respetivo - dar nota de que esta é uma preocupação que me parece ser acentuada. Temos que encontrar aqui um ponto de equilíbrio entre aquilo que são os interesses económicos e aquilo que é o natural direito dos residentes ao descanso e à livre habitação. Queríamos também aqui sublinhar o facto de que as medidas que são tomadas não podem ser avulsas, têm que ser elas próprias conjugadas, e achamos que era importante fazer um debate sobre esta matéria de uma forma mais aprofundada, para vermos exatamente quais são - efetivamente - as medidas de fundo que deverão ser tomadas para que este tipo de equilíbrio seja uma realidade, e não se extremem posições, como parece que está - neste momento - já a começar a acontecer.

Querida também deixar aqui duas palavras de solidariedade. A primeira é uma palavra de solidariedade para as gentes do Pedrógão. É, efetivamente, algo que nos preocupa a todos e acho que quando se fala de gestão integrada do território,



quando se fala de harmonia do desenvolvimento... fazer colapsar, digamos assim, uma localidade por motivos de uma ponte, é realmente no mínimo estranho, é uma afronta à qualidade de vida dos seus cidadãos e é votar uma população ao ostracismo. Obviamente que temos que mostrar aqui a nossa solidariedade com eles, a nossa preocupação e pedir que realmente sejam feitos todos os esforços para que este problema seja rapidamente resolvido.

Uma última palavra de solidariedade para com o senhor deputado Manuel Antunes, por aquela notícia que foi publicada pelo Diário de Leiria. É uma palavra de solidariedade política, porque a questão - no meu entender - não é uma questão pessoal mas sim política. Naquela notícia, claramente, houve uma tentativa de linchamento político do líder da bancada parlamentar municipal do PSD e nós não podemos pactuar com essa situação. A pretexto de uma situação perfeitamente explicável tentaram colocar em causa a honorabilidade política do líder da bancada do PSD, o que não podemos aceitar. Aqui fica, neste momento, uma palavra de solidariedade da bancada ao senhor professor e deputado Manuel Antunes.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra.

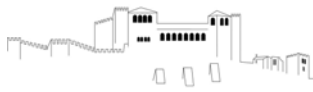
DEPUTADO JOAQUIM PINHEIRO LAINS DE OLIVEIRA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA CATARINA DA SERRA)

Exmo. senhor Presidente da Mesa da Assembleia e senhora e senhor secretários, Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal de Leiria, caros vereadores, com e sem pelouro, caros colegas Presidentes de Junta, ilustres deputados municipais e comunicação social aqui presente.

Joaquim Pinheiro, Presidente de Junta de Freguesia de Santa Catarina da Serra.

Em 2006 nasceu em Santa Catarina da Serra o Festival Gastronómico e Cultural "*O Chicharo da Serra*". Um evento assente numa matriz bairrista e popular, de valorização do que é nosso e genuíno, onde a população se une e revê num projeto exemplar de unidade associativa, reforço identitário e regresso de valores.

Tendo como âncoras o dia da freguesia – vinte e cinco de Novembro - o dia da Padroeira Santa Catarina e a envolvente gastronómica que gravita em torno da leguminosa "*o chicharo*" que faz parte da nossa história e da nossa tradição e que hoje é mais um argumento gastronómico da nossa região.



A exposição briosa dos artesãos não só da freguesia mas da região e a mostra de atividades económicas de um tecido empresarial "*musculado*", que dá emprego a muita gente e desenvolve o concelho e a região, vê neste evento mais uma montra para os seus produtos e serviços e apesar das dificuldades e da conjuntura atual, querem participar.

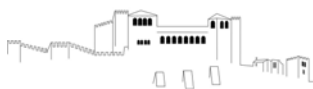
Algumas terras que há meia dúzia de anos estavam votadas ao abandono são hoje cultivadas com esta leguminosa e o chicharo é hoje a base de inúmeros pratos e doçaria diversa servida nos diversos restaurantes da freguesia e utilizado pelos grandes chefes por esse Portugal fora.

Este evento, que vem crescendo ano após ano, realizado numa freguesia rural, a quilómetros dos Paços do Concelho só é possível porque temos uma juventude bairrista, um movimento associativo fortíssimo, hoje organizado via Forserra, e no qual a nossa comunidade se revê, sendo prova disso o facto de muitos santacatarinenses tirarem férias para aqui trabalharem graciosamente e outros tantos - emigrados em vários países do mundo - escolherem esta data para visitar a nossa terra.

Há vários anos que temos contado com cobertura televisiva, sendo que este ano tivemos a honra de merecer o interesse da RTP e RTP Internacional que durante mais de 3 horas, num verdadeiro serviço público e a partir de Santa Catarina da Serra, levou o concelho e a região aos quatro cantos do mundo mostrando o nosso vasto património natural, arquitetónico, museológico e gastronómico.

Desde o moinho do papel, o MIMO, as nossas brisas do Lis, o pinhal de Leiria, o menino do Lapedo, o castelo, a imponente praça Rodrigues Lobo, a Senhora da Encarnação, o Agromuseu Dona Julinha e tanto outro património desta nossa extraordinária região foi visto em todo o mundo a partir de Santa Catarina da Serra.

É, pois, oportuno neste dia em se discute o orçamento municipal lembrar ao Sr. Presidente da Camara a sua medida n.º 119 – promover eventos de dimensão relevante nas freguesias - e dizer-lhe que em relação a nós não precisa de promover, basta que o Município assuma a condição de parceiro porque o apoio que nos tem sido atribuído é pouco – é um apoio, é verdade... mas pouco para a dimensão do evento, para o esforço da freguesia e para o que representa para o concelho.



Mas quero dizer-lhe, senhor Presidente, que em Santa Catarina da Serra sentimos o conforto e apoio de muitas entidades com destaque para a Câmara Municipal com a presença do senhor Presidente e o seu executivo, o senhor Presidente da Assembleia Municipal e a senhora secretária da Mesa, Entidade de Turismo Leiria-Fátima na pessoa do seu presidente e tantos colegas autarcas de freguesia que bem conhecem a dimensão e o esforço de um projeto desta envergadura e que estiveram ao nosso lado.

O que Santa Catarina da Serra não consegue entender é como foi possível que a vereação da chamada oposição, eleitos também com muitos votos da nossa freguesia, tivesse passado ao lado de tudo isto porque apesar de convidados não conseguiu nenhum elemento da vereação sem pelo menos arranjar duas horas para participar na cerimónia oficial do dia da freguesia, vinte e cinco de Novembro. Perderam uma grande oportunidade de provar que estão perto do povo, sejam poder ou oposição.

Termino dizendo que nestes dias grandes tivemos mais de duas dezenas de milhares de visitantes, que foram bem recebidos pelas gentes de Santa Catarina da Serra, levaram uma excelente imagem do concelho e da região e para o próximo ano teremos a VII edição deste evento em Santa Catarina da Serra.

Muito obrigado a todos, boas festas e um ano 2012 melhor do que o de 2011.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor deputado Micael Sousa.

DEPUTADO MICAEL SOUSA (PS)

Micael Sousa, Partido Socialista.

Muito bom dia a todas e a todos os presentes.

Para a cidade de Leiria já muitos foram os estudos viários, de tráfego e transportes elaborados. Muitos deles – se não mesmo todos – referem casos preocupantes ao nível da mobilidade, défices e incapacidades para escoar tráfego, pelos vários modos de transporte, em várias zonas da cidade. Para além de barreiras à mobilidade, é a própria segurança de peões e veículos que está em causa. As razões para isso são várias e a origem é tanto de hoje como do passado. A malha viária urbana da cidade sofre, ainda, de algumas incoerências, ao nível da hierarquia viária, das ligações, das políticas de estacionamento e até do controlo policial. Por outras palavras, as principais vias arteriais – aquelas que têm como

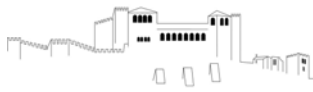


função, acima de tudo, escoar tráfego de passagem - nem sempre formam uma rede conexas, o que diminui a capacidade de escoamento de tráfego. Nem sempre as vias de acesso local – aquelas que têm como principal função a acessibilidade e não a velocidade e quantidade de tráfego que canalizam – nem sempre têm as infraestruturas adequadas construídas, e nem sempre estão organizadas e sinalizadas para o efeito, criando barreiras que geram congestionamentos, estacionamento intrusivo que leva à invasão de passeios e outras zonas pedonais, que colocam a segurança de peões em risco. Ainda de salientar também a existência de zonas heterogéneas sem política coerente de estacionamento, que criam bolsas de estacionamento gratuito rodeadas de outras pagas, formando-se assim acréscimos de tráfego e congestionamentos em busca de estacionamento gratuito.

Um exemplo de tudo isso, um entre tantos outros, é o da Rua da restauração – uma das vias transversais à Avenida Marquês de Pombal – onde o estacionamento é gratuito e que serve de escape aos veículos que evitam o estacionamento pago da avenida adjacente. Com essa pressão de procura, e porque falta ainda a reabilitação de muitas ruas semelhante a essa, é corrente existirem veículos estacionados em segunda e terceira fila, entupindo o escoamento da grande quantidade de tráfego que flui pela zona, aprisionando os veículos devidamente estacionados e colocando em risco a segurança de peões. De salientar que nessa zona, por haver várias escolas nas proximidades, há todos os dias crianças em risco.

Assim, sugiro que este e todos os casos semelhantes possam ser intervencionados o mais rapidamente possível, sendo que - muitas vezes - à falta de civismo ao volante, falta também controlo policial preventivo. Provavelmente, se nessas zonas o estacionamento fosse pago, a presença da polícia e da multa seria mais notória. A opção de cobrar estacionamento em ruas deste tipo, onde importa assegurar elevados níveis de serviço de tráfego e acessibilidade, seria uma opção defensável e apropriada, podendo ser disponibilizado sempre o devido estacionamento gratuito para moradores, mediante comprovativo.

Estes problemas de tráfego (e muitos outros) como temos constatado, têm estado na mira do Município pois pela concretização de várias obras recentes, já muitas ruas foram intervencionadas, garantindo o ordenamento do tráfego e do estacionamento, evitando os conflitos modais – conflito entre automóveis e peões.



Casos disso são, a título de exemplo, entre muitas outras, são a rua Tenente Valadim e a avenida Ernesto Korrodi. Esperamos que de futuro mais ruas e avenidas possam ser intervencionadas, tentando diminuir também os efeitos das próprias obras. E a propósito de obras... aproveito para solicitar um esclarecimento, em nome dos moradores da avenida Marquês de Pombal, sobre as obras que se encontram, neste momento, a decorrer. Esperamos que se possam promover mais os modos suaves – o andar a pé, de bicicleta e outros - reduzir os efeitos nefastos do excesso de veículos nos centros urbanos e, sendo ainda mais esperançosos, almejar o reforço do transporte público, cómodo e de reduzidos impactes ambientais.

Uma vez que faço uma intervenção sobre transportes e rodovias, não posso ignorar as recentes obras e intervenções que tem sofrido o IC2 e respetivas ligações. Mesmo sabendo da complexidade dos trabalhos em causa – especialmente difíceis pois a via em causa continuou sempre em funcionamento, à exceção de pequenos períodos de tempo – há que exigir mais e melhor sinalização e preocupação para com os utentes do IC2. São vários os casos de automobilistas que se têm enganado nos nós rodoviários improvisados e nas ligações definitivas.

Por isso, fica também o meu apelo a que as Estradas de Portugal, enquanto dono de obra, exija e garanta mais e melhor sinalização nos nós rodoviários associados ao alargamento e ligações do IC2.

Muito obrigado e boas festas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Arrabal.

DEPUTADO ARLINDO PEREIRA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRABAL)

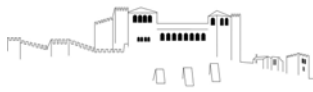
Arlindo Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Arrabal.

Bom dia a todos.

Senhor Presidente da Assembleia, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas deputados, público em geral e comunicação social.

Em primeiro lugar, aproveito para a todos desejar um bom natal.

O assunto que aqui me trás é solicitar uma alteração á ordem de trabalhos. Penso que a intenção desta Assembleia realizar-se a um sábado é melhor, visto a



quantidade de assuntos a tratar. Mas como os Presidentes de junta – muitos deles – estão envolvidos em atividades nas suas freguesias, com festas nos lares sociais e festas escolares, alguns deles – à entrada – manifestaram essa opinião acerca da alteração da ordem de trabalhos que tem a ver com o ponto número vinte e sete, o último ponto da nossa ordem de trabalhos.

Faço aqui uma sugestão – uma proposta de alteração da ordem de trabalhos – no sentido de passar o ponto número vinte e sete para o ponto quinze, e todos os outros avançariam para a frente.

Esta Assembleia já mostrou, por várias vezes, essa condescendência para com os Presidentes de Junta. Não falo por mim, pois tenciono participar até ao último minuto nesta Assembleia, mas penso que seria uma alteração útil para todos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cortes.

DEPUTADO MANUEL CRUZ (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CORTES)

Bom dia.

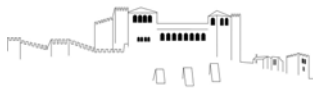
Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores deputados, público em geral e comunicação social.

Fui incumbido, na última reunião das freguesias, de efetuar aqui um ponto de situação do último congresso da ANAFRE.

O congresso da ANAFRE, realizado em Portimão no dia dois e três de Dezembro, com a participação de mais de mil e quinhentas pessoas, e cerca de mil delegados, vem confirmar e legitimar a totalidade das nossas propostas e preocupações aqui manifestadas, na última Assembleia, nomeadamente pelos Presidentes das Juntas de Freguesia.

Foi ainda mais além, abordando outros assuntos, entre os quais a defesa da garantia de continuidade da participação dos Presidentes de Junta de Freguesia nas Assembleias Municipais, com plenos direitos, ao abordar uma maior independência financeira das Câmaras.

Das cerca de noventa intervenções efetuadas, mais de 90% reafirmaram a rejeição desta reforma administrativa tal como esta está apresentada no "*Livro verde*", propondo que qualquer reforma a ser efetuada tem de ter por base a vontade das



populações e critérios qualitativos, que são tão ou mais relevantes que os quantitativos.

As treze moções aprovadas, das dezassete apresentadas, foram unânimes na rejeição do "*Livro Verde*".

A saída da sala de mais de 50% dos delegados, incluindo grande parte da mesa do congresso, quando se iniciou a intervenção do senhor Ministro Adjunto, doutor Miguel Relvas, foi mais um sinal de rejeição do documento relativo à reforma administrativa local, tal como está preconizada no livro verde, e foi essa também a leitura feita pelo professor Marcelo Rebelo de Sousa sobre o comentário que fez ao Congresso. E cito, "*torna-se impossível o governo não atender às preocupações dos autarcas, porque sendo o PSD que detém a maioria das juntas de freguesia, foi também aqui, uma maioria do PSD que abandonou a sala*".

Nós não apresentámos aqui "*uma mão cheia de nada*". Apresentámos as nossas preocupações e propusemos questões concretas que terão de ser respondidas, atendidas e clarificadas para uma reforma da administração local justa e equilibrada.

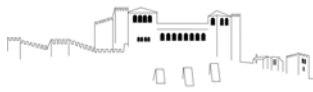
O país e os principais responsáveis por esta reforma tem vindo a mostrar que o documento está aberto e a considerar incluir no projeto de lei o resultado das propostas que estão a ser apresentadas por todo o país, o que mostra que as nossas questões e posições tomadas foram e são pertinentes, colocadas no local e no momento certo.

Por isso, senhor Presidente, solicitamos que as nossas preocupações manifestadas na última Assembleia sejam levadas ao conhecimento dos principais responsáveis por esta reforma nomeadamente comissão parlamentar da reforma do poder local, deputados eleitos pelo distrito de Leiria, ministro da tutela e líderes de todos os grupos políticos parlamentares, pois só assim o trabalho de nós todos tem sentido. Não somos contra a reforma da administração local.

Mas a reforma da administração local terá de ter por base a vontade das populações.

É aos nossos fregueses que cabe decidir.

Acima de tudo sabem o que querem. Por isso, enquanto Presidentes de Junta, que exercemos a verdadeira política de proximidade, conhecedores profundos dos interesses das populações, somos e devemos ser os portadores da vontade destas.



Foi mais que evidente, no congresso de Portimão, que o caminho a seguir tem de ser este, onde o documento final do congresso salienta que a reforma não se pode fazer ao arrepio da vontade popular e foi aprovado pelos mais de mil delegados, com apenas duas abstenções.

Aguardamos com serenidade e expectativa o projeto de lei sobre a reforma da Administração Local que, conforme foi informado e garantido pelo Senhor Ministro, deverá sair até ao final do ano, seguindo-se um período de discussão pública, onde são chamadas a intervir para discussão e apresentação de propostas, quer as Assembleias de Freguesia quer a Assembleia Municipal.

Reconhecemos que o caminho não é fácil. Reconhecemos as dificuldades. Mas estamos unidos para levar esta missão a bom termo. A defesa das nossas populações!

Acreditamos que as freguesias deste concelho tem justificação e razão para continuarem a existir.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

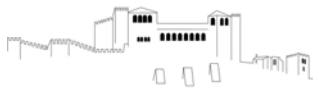
Ainda estamos no período antes da ordem do dia, mas faça favor. Terá que ser muito breve.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Muito obrigado.

Bom dia a todos.

Sobre a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Cortes – o senhor deputado Manuel Cruz – faço um pedido de esclarecimento. Na anterior Assembleia extraordinária aprovámos uma proposta dos Presidentes de Junta - dos vinte e nove Presidentes de Junta – em que colocavam algumas questões (digamos assim) a esta intenção de reforma. Tanto quanto foi dado eco na comunicação social, uma das abstenções – das centenas de delegados neste congresso de Portimão – e por isso o meu pedido de esclarecimento a quem lá esteve, dizia eu, uma dessas abstenções foi a da senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria. Ora, quero saber – como cidadão de Leiria - se, de facto, é assim porque é uma situação que me parece...



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado vai-me perdoar. Não é um pedido de esclarecimento em relação à intervenção que foi feita. Poderia ter feito esse pedido - inscrito no período antes da ordem do dia – para fazer essa intervenção.

Não é correto aproveitar a intervenção do senhor deputado para fazer essa pergunta que, de resto, é uma pergunta que não pode ser colocada à Assembleia Municipal de Leiria.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

A pergunta é... como foi dito "*com duas abstenções*"... só pergunto se uma das abstenções correspondeu ou não – tal como veiculado na comunicação social – à senhora Presidente da Junta de Freguesia de Leiria.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado não deverá responder.

Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Monte Redondo.

CÉLINE MOREIRA GASPAR (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONTE REDONDO)

Muito bom dia a todos.

Senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas da Assembleia, excelentíssimo público e senhores jornalistas.

Pedi hoje a palavra apenas para fazer uma homenagem a todos os jovens do concelho de Leiria que, para terem um emprego, têm que se deslocar para o estrangeiro. Infelizmente, nem sempre conseguem – depois – manter a sua vida.

Homenageio Helder Godinho, um elemento da lista à Junta de Freguesia de Monte Redondo pelo partido Socialista (peço desculpa... estou muito emocionada...) e que faleceu no Brasil, no sábado passado. Foi um choque e gostaria de aqui deixar uma palavra de força á sua família e uma homenagem a todos os jovens que, infelizmente, têm que sair do país para procurarem melhores condições de vida.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora Presidente.

Senhor deputado João Curado.



DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)

João Curado e Silva, PSD.

Como monteredondense, trazia dois assuntos para abordar. Um deles já a minha amiga Céline falou aqui. O Helder era um elemento de que Monte Redondo vai sentir a falta. Conhecia-o mal mas vi – no pouco tempo em que estive com ele – o interesse que tinha pela coisa pública.

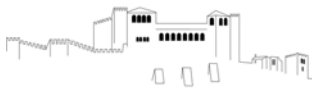
O segundo, muito mais alegre, é um voto de congratulação à Bajouca. Somos, se assim se pode dizer, a freguesia mãe daquela. Não há freguesia mais bairrista no concelho... não há freguesia que viva mais a sua própria maneira de ser quer a Bajouca e quero, aqui, solidarizar-me com aquela freguesia.

O ponto que aqui me trás tem a ver com a minha segunda terra. É a terra onde nasceu uma das minhas avós, a terra onde tive o meu primeiro emprego remunerado, a terra onde vivi quatro ou cinco anos depois de casar... a praia do Pedrógão.

Tenho estado fora do país (voltei esta noite) e só sei pela comunicação social – não sei se será assim ou não mas corrigir-me-ão – mas tem isto a ver com uma intervenção que foi feita pelo senhor deputado Paulo Pedro na sessão de vinte e cinco de Fevereiro de 2011. O senhor deputado conhece muito melhor o Pedrógão do que eu e teve uma intervenção preparadíssima, em que pedia um estudo científico à Câmara, a solicitar o estudo não só sobre o facto da erosão costeira (e estou a tentar ler o que foi pedido) vir a avançar continuamente, mas também a possível relevância do prolongamento do molhe da Figueira da Foz nessa situação. Vi imagens na internet sobre a Vieira e vi que houve problemas nas dunas do Pedrógão. Gostaria de perguntar à Câmara se este estudo começou ou não. Sei que a Câmara pouco pode fazer – todos sabemos – mas é um problema que a todos aflige.

Ainda em relação ao Pedrógão, tenho três questões telegráficas:

- Se o senhor Presidente da Câmara nos pode elucidar um pouco mais sobre qual é o grande empreendimento turístico ou hípico na praia do Pedrógão. Não sei bem o que lhe chamar pois, como disse, tenho estado fora e só sei o que li na internet;
- O problema da chamada ponte das tercenas, que já foi aqui falado;
- Ainda uma questão que me perturba há muitos anos e, sendo agora inverno, se calhar é altura de pensarmos nele. Tem a ver com o estacionamento na parte – chamemos-lhe velha – do Pedrógão. É impossível passar nas ruas do Pedrógão



durante o mês de Agosto. Talvez agora, que é fácil e não há praticamente ninguém – a não ser os residentes – seja altura de pensarmos em ordenar o estacionamento naquela zona pois com carros estacionados à direita e à esquerda, é impossível por ali transitar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Senhor Presidente, procurando – com esta minha intervenção – dar um contributo para a eficácia e prestígio do trabalho da Assembleia, faço-o pensando sempre nos cidadãos deste concelho.

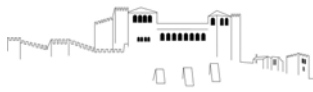
Tenho quatro pontos a abordar.

Primeiro – A questão da ponte das Tercenas. Esta situação foi também levantada por deputados na Assembleia da República e a resposta obtida pelo governo, basicamente, pode sintetizar-se em duas linhas:

- Por um lado, diz essa resposta, da impossibilidade de celebrar um contrato urgente para a construção ou a reconstrução desta nova ponte;
- No final reconhece da necessidade de emergência de celebrar esse contrato e, num projeto que está previsto para dezoito meses, consegue reduzir trinta dias.

No entanto, este governo não apresenta qualquer solução para mitigar este problema durante o processo que, naturalmente, se vai arrastar. Todos nós sabemos que existe a possibilidade de encontrar soluções provisórias, que não prejudiquem as populações e todos aqueles que necessitam de utilizar esta estrutura. Portanto, esta resposta que foi dada aos deputados é reveladora da incapacidade deste governo em encontrar soluções que mitiguem este problema.

Segundo – Já aprovámos, nesta Assembleia Municipal, uma moção sobre a linha do Oeste. Sabemos que o plano estratégico de transportes prevê o encerramento da linha do Oeste a passageiros – a partir de Janeiro – entre as Caldas da Rainha e a Figueira da Foz. Isto, provavelmente, não vai acontecer no imediato tão só porque não foi possível encontrar percursos ou contratualizar transportes alternativos. Penso que esta matéria deve ser acompanhada pela Assembleia Municipal de uma forma muito cuidada, no sentido de lutarmos para que a linha do Oeste não encerre e, antes pelo contrário, procure que ela ganhe maior dinamismo e resolva – sem



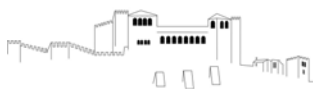
grandes custos – um conjunto de problemas que, no imediato, podem ser resolvidos e sem perder de vista (necessariamente) o investimento que se terá que fazer a médio e a longo prazo. E não falo de outras motivações, como a questão da poluição, que é agravada com o uso do transporte rodoviário; com as questões ambientais ou com outras situações que são – em toda a Europa – a aposta na ferrovia, que nós aqui parece estarmos a abandonar.

Terceiro - Quanto à ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal já aqui falou sobre uma possibilidade de alteração. Deixo aqui a seguinte proposta:

Por um lado, que o tratamento dos pontos seja célere no sentido de que todos nós possamos esclarecer e dizer aquilo que entendemos sobre cada um deles de uma forma simples e sintética, ou seja, de uma forma célere, mas também que possamos, e é essa a proposta que faço para uma metodologia mais eficaz, juntar os pontos conexos e depois ter votações em separado. Refiro o ponto sete e oito, que podem ser discutidos em conjunto porque tratam de revogações relativas a uma mesma matéria; os pontos doze e vinte e sete, que são delegações de competências para as Juntas de Freguesia na sua globalidade e, portanto, também deveriam estar juntas; assim como os pontos treze e catorze, que têm a ver com protocolos específicos para algumas Juntas de Freguesia; os concursos internacionais – pontos dezassete e dezoito; e as questões dos campos e relvados, que são os pontos vinte, vinte e um, vinte e dois e vinte e três.

O que se pretende é que, do ponto de vista da metodologia seja a discussão conjunta e depois, necessariamente, a votação em separado (como assim é exigido)

Último ponto – Uma recomendação à Assembleia Municipal quanto à disponibilização dos documentos que são colocados no *site* da Câmara Municipal. Todos nós sabemos que a Assembleia Municipal exerce funções de indiscutível relevo para a vida dos cidadãos e para o futuro do concelho. O seu contributo para o exercício de uma cidadania ativa e responsável é imprescindível, ao mesmo tempo que deve fomentar de forma plena a transparência e divulgar, sem restrições, todos os documentos e informações com que nós trabalhamos nas reuniões da Assembleia Municipal. Temos uma agenda muito extensa e todos os pontos são reportados em verbetes que já foram objeto de aprovação na Câmara Municipal e são, por isso, documentos públicos.



O meu entendimento, bem como da bancada do Partido Socialista sobre esta matéria, é que devemos pugnar pelo princípio da transparência, divulgando todos os documentos de modo a promover a igualdade, justiça, imparcialidade e – simultaneamente – aprofundar também a nossa democracia e reforçar o seu controlo por todos os cidadãos. Se queremos que os cidadãos participem, então temos que lhes dar os documentos para, antecipadamente, poderem tomar posição sobre estas matérias e não – depois das decisões tomadas – aceder a esses documentos ou fazê-lo apenas a requerimento. Penso que tal é uma restrição que não abona a favor da transparência e da imparcialidade em democracia.

Assim, a proposta ou recomendação que a bancada do grupo municipal do Partido Socialista deixa é que toda a informação e documentação de suporte à atividade desenvolvida nas reuniões da Assembleia Municipal sejam consideradas públicas e, assim, objeto de divulgação no sítio da *internet*, de forma atempada e permanente. É esta a nossa recomendação, para que a Mesa dela tome boa nota. É evidente que matérias como a ata, enquanto não for aprovada – sendo um documento provisório – circulará por *mail* e, depois de aprovada, entrará (necessariamente) na divulgação pública, como já agora é possível consultar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhora representante da Junta de Freguesia de Coimbrão, Lucília Letra.

DEPUTADA LUCÍLIA LETRA (REPRESENTANTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE COIMBRÃO)

Bom dia a todos.

Lucília Letra, junta de Freguesia de Coimbrão.

Muito já aqui foi hoje falado sobre a praia do Pedrógão.

Estou aqui apenas para reforçar a posição da população, dando conta da situação que se vive nesta localidade, que afeta não só a população da praia do Pedrógão mas também toda a freguesia e todos aqueles que se queiram ali deslocar ou aceder a outras zonas do concelho de Leiria e concelhos limítrofes.

Não repetirei o que aqui já foi exposto pela população. Quero, contudo, incluir mais uma pequena informação. Como já foi mencionado, existe uma pseudo alternativa à ponte das Tercenas (à ponte que foi encerrada) e temos verificado – nestas últimas semanas – a ocorrência de vários acidentes de viação que, à data, não só



já provocaram danos materiais como também, e infelizmente, danos humanos. Temos feridos, vítimas resultantes destes acidentes, o que vem comprovar que a alternativa existente não será aquela que reúna as condições de segurança necessárias.

Porque é importante reforçar os direitos dos cidadãos, sejam do Pedrógão, do município ou de outros municípios, cremos que é necessário pressionar de modo a não deixar cair no esquecimento esta situação e de modo a que – de uma vez por todas – tenhamos ações concretas e reais.

Assim, venho aqui propor a aprovação de uma moção.

É possível senhor Presidente?

Passo então, desde já, a ler:

"Por despacho do Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, foi determinada a interdição total da ponte das Tercenas, não obstante a inexistência de travessias alternativas, face à situação estrutural de debilidade estrutural da mesma, tal como analisado e recomendado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil, ditando o seu encerramento a vinte e oito de Outubro de 2011. A responsabilidade de manutenção da ponte é do Ministério do Ambiente, na medida em que a atual ponte se integra no domínio público municipal.

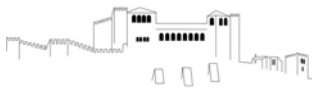
Em vinte e oito de Dezembro de 2010, foi celebrado um acordo de parceria entre o Instituto da Água e a Câmara Municipal da Marinha Grande, tendo por objeto a solução do problema decorrente das deficientes condições de segurança da ponte das Tercenas e a valorização paisagística/ambiental da zona envolvente à foz do rio Lis.

No âmbito desse acordo de parceria ficou claramente estabelecido que o Instituto da Água é responsável pela empreitada de substituição da ponte das Tercenas, na sua cláusula segunda.

As ações constantes do acordo de parceria foram objeto de candidaturas ao Programa Operacional do Centro, que já se encontram aprovadas.

Assim,

Considerando que a interdição da ponte das Tercenas, determinada pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território (SEAOT), constitui um fator gerador de prejuízos muito significativos para as populações locais e para a economia da região;



Considerando que a interdição da atual ponte afeta de forma muito significativa as populações locais, em especial a praia do Pedrogão, em função das distâncias a percorrer para alcançarem o seu destino, com os inerentes custos num tempo de grave crise, como é o atual;

Considerando que a interdição da atual ponte gera, também, prejuízos para o normal desenvolvimento das atividades económicas localizadas na região, que, para além de todas as circunstâncias conhecidas, terão de suportar custos adicionais injustificados;

Considerando que o Governo se comprometeu, nos termos do Acordo de Parceria celebrado a vinte e oito de Dezembro de 2010, a promover a substituição da ponte das Tercenas;

Considerando que não se verificam quaisquer obstáculos à realização do concurso e à adjudicação da obra de substituição da ponte das Tercenas;

Considerando que essa obra é financiada através do Programa Operacional do Centro;

Considerando a publicitação de contrato público através do anúncio de procedimento nº 5398/2011 publicado no Diário da República número 212, de 04/11/2011;

Considerando o hiato de tempo que ocorre entre o concurso público existente e a concretização da empreitada, nunca inferior a dezoito meses;

Considerando que a estrada Atlântica e a respetiva ciclovia, onde se insere a ponte das Tercenas, é uma obra de interesse público, de acordo com o Despacho nº 5951/2010 de 24/03/2010;

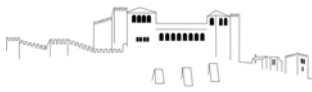
Considerando o investimento já realizado na construção da estrada Atlântica;

Considerando que a estrada Atlântica tem uma posição geoestratégica e é uma alternativa eficaz para reduzir as assimetrias regionais, atravessando vários concelhos e ligando aglomerados populacionais;

Considerando que esta infraestrutura onde se enquadra a ponte das Tercenas é uma mais-valia para o desenvolvimento da atividade económica, da valorização turística e dos ecossistemas naturais;

Considerando a importância da existência de acessibilidades capazes de permitirem uma resposta eficaz na proteção de pessoas e bens;

Considerando a importância da existência de acessibilidades para uma prevenção eficaz dos incêndios florestais;



Considerando o direito à mobilidade, ao emprego, à saúde e à família com dignidade;

A Assembleia Municipal de Leiria, na estreita defesa dos legítimos interesses da população, delibera:

- a) Instar o Governo a instalar de imediato uma ponte provisória que assegure a acessibilidade local por aquela via, tanto mais que o despacho do senhor Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do território alude à inexistência de travessias alternativas, enquanto decorrer o concurso e a obra.*

Os deputados da Assembleia Municipal do grupo do Partido Socialista."

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora representante da Junta de Freguesia de Coimbrão.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira.

DEPUTADO JORGE CRESPO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BIDOEIRA)

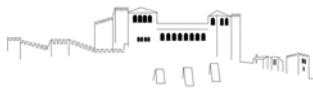
Bom dia a todos.

Jorge Crespo, Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira de Cima, independente, eleito em lista do Partido Socialista.

Cumprimento todos os presentes, desejando um bom natal e um ano de 2012 com alguma luz que nos dê esperança num ano melhor que 2011.

Nesta Assembleia, ao contrário do que aqui muitas vezes tem sido afirmado, todos somos políticos. Porquê? Porque nos interessamos pela coisa pública e nos candidatámos a um cargo. Estamos acompanhados por elementos da comunicação social nomeados para aqui estarem porque, certamente, se interessam pelas questões políticas. O público está ali presente porque se interessa pela coisa pública e tem o direito a formar uma opinião.

O motivo da minha vinda aqui prende-se com o facto de na última Assembleia ter ficado preocupado com a forma como foi encarada a posição dos senhores Presidentes de Junta. Nesta Assembleia, os Presidentes de Junta têm um peso – em termos numéricos – muito elevado. Deixou-me preocupado o facto de, por não estarmos vinculados a uma opinião partidária e termos as nossas convicções pessoais - quase sempre no sentido de defesa das nossas freguesias - temer que isso possa ser encarado como uma preocupação para os partidos políticos. Entendo que é precisamente o contrário... que isso é que confere força a esta Assembleia e



faz com que a opinião dos nossos fregueses seja aqui vertida, sendo por isso uma mais-valia e não o contrário.

É por isso que, ainda no âmbito da reforma da administração local, gostaria de dar conta da minha preocupação quanto à forma como se pretende aglutinar as freguesias. Receio que tal venha a criar mais cargos políticos apetecíveis para os partidos. Aí sim, vamos ter – no futuro – uma Assembleia estereotipada! De um lado será um partido, do outro lado será outro partido e não serão necessárias votações... será contar o número de deputados políticos.

Um bom natal e um bom ano para todos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bajouca.

DEPUTADO HILÁRIO ESTRADA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BAJOUCA)

Bom dia a todos.

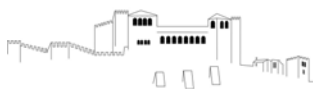
Hilário Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de Bajouca.

Senhor Presidente da Mesa, senhores secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores.

Venho aqui apenas para dar nota de uma situação que, para a Bajouca, é de extrema importância e de enorme significado, não só hoje mas como em todos os dias dezassete de Dezembro de cada ano. Sábado... dezassete de Dezembro de 2011, será para muitos um dia igual a tantos outros mas para a Freguesia da Bajouca será mais um marco na sua história.

Foi a dezassete de Dezembro de 1971 – faz hoje precisamente quarenta anos – e, curiosamente, também a um sábado, nasceu a Freguesia da Bajouca. Parabéns a todos quantos contribuíram com o seu esforço, dedicação e persistência para construir a freguesia para construir a freguesia que temos hoje.

Como disse o senhor deputado Manuel Antunes, vamos – logo à noite – festejar mais um aniversário e vamos homenagear aquelas pessoas que, há quarenta anos, tiveram a coragem de “agarrar” uma freguesia que partia... do nada. Vamos homenagear os elementos que fizeram parte do primeiro executivo que – felizmente para a Bajouca – ainda se encontram todos connosco.



Será uma cerimónia simples e familiar, mas cheia de simbolismo para as gentes da minha freguesia.

Parabéns a todos os bajouquenses!

Que a prenda do pai natal para este novo ano seja deixar no sapatinho a Freguesia da Bajouca tal e qual como está.

Um feliz natal para todos e um próspero ano novo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Barreira.

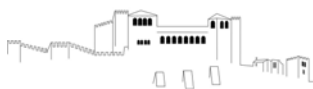
DEPUTADO JOSÉ CUNHA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BARREIRA)

Cumprimento o senhor Presidente, a Mesa, a Câmara, os senhores deputados, o público e comunicação social presente.

Ontem fui informado por moradores do lugar do Casal da Cortiça, da freguesia da Barreira, para a eventual abertura de um bar noturno denominado "*Why not*". Contatei a Câmara, na pessoa da senhora vereadora Isabel Gonçalves, que me informou que em onze de Novembro deu entrada na Câmara um pedido de horário de funcionamento até às quatro da manhã. A senhora vereadora também me informou que o pedido não foi deferido, razão pela qual o estabelecimento não possui horário de funcionamento. Informo a Câmara que o bar abriu, esteve a funcionar até às duas da manhã e com pessoas nas imediações até às três horas da manhã. Os moradores, como já é hábito, chamaram as forças da PSP.

Senhoras e senhores deputados, aquelas instalações – enquanto espaço de diversão noturna – é um problema antigo e tem sido foco de diversos problemas entre os sucessivos proprietários e os moradores, com acusações mútuas, abaixo-assinados, reclamações para a Câmara, pedidos de intervenção das forças de segurança e até a atuação do tribunal.

Este assunto está relacionado com aquele que o senhor deputado João Cunha aqui levantou (que veio também na comunicação social desta semana) e que tem a ver com os horários de funcionamento dos bares, nomeadamente os da cidade, que terá sido debatido em reunião de Câmara. Foi com alguma estranheza que li que os vereadores da oposição votaram contra a proposta da Câmara, no sentido de limitar o horário de funcionamento até às vinte e quatro horas. Até presumo que,



neste caso, não devem ter habitações nas imediações de bares ou estabelecimentos com estas características.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, penso que com este assunto não se pretende reduzir a atividade económica nem tão pouco evitar que os jovens e os menos jovens se possam divertir. Também me parece que o problema não reside na ausência de legislação e nem sequer será a questão do horário de funcionamento. O problema reside no que acontece após o encerramento e o que está aqui em questão são os ruídos gerados na rua, as garrafas que são partidas, o latido dos cães quando provocados, o barulho dos motores dos carros em aceleração, as travagens e os arranques. Pior que isso ainda é a provocação que é dirigida aos próprios moradores, que querem e precisam descansar. O descanso noturno é fundamental para todos nós e dele depende, no geral, o bom desempenho e respetivo rendimento no trabalho e na escola.

Subscrevo a opinião do senhor deputado João Cunha. É urgente e necessário estudar e debatermos este assunto e, eventualmente, prepararmos um documento que promova esta regulamentação.

No caso da Barreira, solicito a intervenção das autoridades competentes. Não sei se será a Câmara, a PSP ou qualquer outro organismo. O que é certo é que é necessário resolver este problema.

Desejo a todos boas festas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caranguejeira.

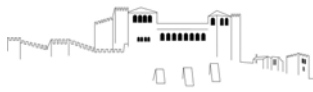
DEPUTADO JOAQUIM MÓNICO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARANGUEJEIRA)

Bom dia.

Senhor Presidente da Assembleia, caros secretários, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público e caros jornalistas.

O motivo que me trás hoje (e neste momento) aqui é exclusivamente o que me preocupa em relação à Caranguejeira.

Solicitei um esclarecimento por escrito à Direção Geral das Autarquias Locais, cujo ofício é o número cento e oitenta e dois, de trinta de Novembro e recebi a resposta via e-mail ontem. Diz isto respeito ao cálculo de distâncias entre as sedes das freguesias e dos municípios – reforma da administração local. Isto preocupa-me



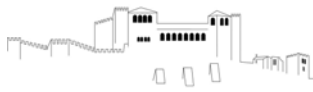
porque temos aqui um documento para assinar, em que tenho que justificar os quilómetros, sendo que - pela via que eles dizem ser de oito quilómetros – isto é uma ilegalidade.

Queria saber, de facto – senhor Presidente da Assembleia – como devo proceder. A resposta enviada, e cito *“Em resposta ao vosso ofício sobre o assunto em epígrafe, informa-se V. Exa. de que o IGP – Instituto Geográfico Português, entidade responsável pela informação em referência, informou esta Direção-Geral, em situação análoga, o seguinte: Para o cálculo das coordenadas das sedes de freguesia para o Continente, o IGP utilizou como base a Carta Administrativa de Portugal (CAOP) e recorreu a ortofotos para identificação do centro urbano da localidade principal da freguesia ou a igreja correspondente à origem da paróquia que pode ter originado a freguesia. Relativamente às sedes de município, nas situações em que a sede corresponde a uma única freguesia, os pontos correspondentes aos centros foram colocados nas mesmas coordenadas. Nos grandes centros urbanos e em municípios onde a sede do município corresponde a mais do que uma freguesia, o ponto correspondente à sede do município foi colocado no centro urbano principal do município. As distâncias entre os pontos correspondentes às sedes de freguesia e às sedes do município, foram calculadas em linha reta.”*

Pergunto se para vir da Caranguejeira ou qualquer freguesia desta forma... só de teleférico! Isto preocupa-me pois já assinei um documento e não sei o que vai acontecer.

Como representante local, cumpre-me defender integralmente a Caranguejeira. Quero aqui deixar – nesta Assembleia – a minha preocupação em relação a esta matéria porque sendo oito quilómetros em linha reta, como é que é legal eu assinar um documento que diz ser dez quilómetros? Fomos à Câmara solicitar este mapa que aqui vos apresento e dista doze quilómetros e meio na estrada número 113; treze vírgula dois e ainda doze quilómetros. De facto são. Perguntei quando é que se iniciava a linha reta e foi simplesmente isto que me responderam. A questão que coloco é se considero dez ou oito quilómetros, para poder assinar o documento.

Quero ainda congratular-me com todos os meus colegas Presidentes de Junta, os vinte e nove que assinámos a moção e chamar a tenção para a nossa coesão e para o trabalho que nos é exigido pelos nossos fregueses. É preciso que todos os Governos, Assembleias Municipais e Assembleias de freguesia tenham consciência



de que estamos aqui a representar o povo, que nos elegeu como seus legítimos representantes. Pedem-nos um contributo que é muito difícil e só é possível (sem remuneração, sem motorista, sem carros do estado) graças ao nosso esforço, trabalhando ao sábado e ao domingo. Não temos secretária para informar que *"fica para mais tarde porque o senhor Presidente não está"*. Nós somos atingidos logo e diretamente e é para isso que lá estamos! Gostaria que, e pelo que vi ao longo destes dois anos que passei nesta Assembleia, fossemos unidos e que defendêssemos as nossas freguesias e o nosso concelho e não andássemos aqui com problemas uns com os outros. Já cá estive dezasseis anos antes e não estava habituado a este sistema. Estamos todos aqui porque fomos eleitos e o povo precisa do nosso contributo. É através dos Presidentes de Junta que são eleitos os deputados da Assembleia Municipal, que são eleitos os deputados da Assembleia da República e os Governos. Por isso é uma falta de respeito não estarmos aqui a defender ou, pelo menos, a tentar defender o povo que nos elegeu, que nos deu credibilidade.

Por outro lado...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço-lhe que conclua, senhor Presidente.

DEPUTADO JOAQUIM MÓNICO (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARANGUEJEIRA)

Termino já senhor Presidente.

Por outro lado, também concordo que a *"Carta Verde"* seja revista e que respeitem as situações de todas as freguesias.

A todos quero desejar boas festas e um bom ano.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Para terminar, senhor deputado José Francisco.

DEPUTADO JOSÉ FRANCISCO (CDS-PP)

Senhor Presidente da Assembleia, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, senhores jornalistas e público em geral.

A minha intervenção vai ser muito reduzida e tem apenas a ver com o funcionamento e o que são as comissões. Tenho algumas dúvidas e já tentei perceber o que deve ser uma comissão e como deve funcionar. Formei uma ideia com o que fui colhendo do contributo de pessoas mais esclarecidas que eu. Penso



que – senhor Presidente da Assembleia – e a si deixo a sugestão, seja este assunto regulamentado ou, pelo menos, seja transcrito sob a forma de regulamento no que às suas competências diz respeito, quais os meios que ela tem ao seu dispor e o que deve fazer. Isto porque encontrei algumas pessoas – eu próprio tinha essa dúvida – que quando chamados a opinar e poderei, eventualmente, falar deste último caso, do ponto vinte e seis, que foi agora retirado da ordem de trabalhos, uma deferência da Câmara Municipal, em que o senhor Presidente quis ouvir a nossa opinião.

O senhor deputado António Sequeira – que é o responsável por esta comissão - obviamente que ainda não teve tempo de fazer aquilo que a comissão terá que fazer no futuro, que será reunir, aferir e trabalhar. O senhor deputado não teve tempo de o fazer e o acaba por aparecer na comunicação social como um dado adquirido... o senhor Presidente não nos chamou para decidirmos por ele, chamou-nos para tomarmos conhecimento e a comissão terá agora que desenvolver o seu trabalho... e o senhor deputado António Sequeira o fará, ao convocar quem ele entender e só depois – presumo eu – irá apresentar nesta Assembleia o seu parecer e esta decidirá posteriormente. Presumo que sejam estes os passos que deve ter o funcionamento de uma comissão. Como não encontrei nenhuma documentação que regesse o que deve ser o funcionamento de uma comissão, deixo aqui ao senhor Presidente este pedido.

Relativamente ao senhor deputado Manuel Antunes, não posso deixar – face à sua intervenção e ao artigo do jornal – de lhe expressar a nossa palavra de solidariedade e, sem colocar em causa a sua palavra, desejo que não sido exatamente como disse, para bem de todos, da harmonia do funcionamento da Assembleia e do respeito, quanto mais não seja, pelos colegas. Desejo que não tenha razão na origem desse artigo.

Quanto ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bidoeira, não vou aqui alimentar questões. Para si e para alguns colegas seus que eventualmente possam ter alguma dúvida acerca do que eu disse. Falei com alguns deles no fim da pretérita sessão e tive a oportunidade de perceber exatamente que as comissões não são algo que seja claro para toda a gente. O que eu disse, cito e poderá confirmar na ata da pretérita Assembleia, que hoje foi aprovada foi "*... acho que não defenderam os vossos interesses, ao inviabilizarem um estudo e uma comissão.*" O respeito que tenho pelos Presidentes de Junta e pelas suas opiniões é



total e termino esse assunto por aqui. Não sejam feitas leituras diferentes do que pretendi dizer. A minha opinião foi – realmente – acerca do vosso voto (de alguns) relativamente à inviabilização da criação da comissão, nada mais. Sou amigo de muitos Presidentes de Junta e tenho todo o respeito por eles.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Antes de passarmos à apreciação e votação de alguns pontos que foram propostos, tenho que colocar a questão que há pouco disse que faria. Vamos reconfirmar a nossa presença no almoço e vou fazer a pergunta ao contrário.

Quem é que, dos presentes, não vai estar no almoço?

Conto oito, pelo que a dona Manuela confirmará os membros da Assembleia Municipal presentes, excetuando os oito.

Temos na Mesa várias propostas.

A primeira, apresentada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal, que visa alterar a ordem de trabalhos, trazendo o ponto vinte e sete para o ponto quinze. Acontece que essa proposta concilia com a apresentada pela senhora deputada Odete João, que visa juntar o ponto vinte e sete ao ponto numero doze.

Devo dizer que, da minha parte – analisando o tema dos pontos em questão – não há nenhuma objeção e vamos juntar as duas propostas, neste particular.

Não há nenhuma objeção em que façamos a apreciação conjunta dos pontos sete e oito – porque tratam do mesmo assunto – e votar em separado pois temos que votar em separado; como não haverá nenhuma razão especial para que não façamos o mesmo com os pontos doze e vinte e sete, porque tratam de assuntos muito próximos e podemos fazer a apreciação conjunta e votar em separado; o mesmo em relação aos pontos treze e catorze; Já não direi o mesmo em relação aos pontos dezassete e dezoito, que são substancialmente diferentes. Trata-se de dois concursos públicos mas diversos e penso que deverão ser apreciados em separado. Um tem a ver com a energia elétrica e o outro com os combustíveis rodoviários.

No caso dos pontos vinte, vinte e um, vinte e dois e vinte e três, entendo que são muito próximos os três primeiros – contratos programa de desenvolvimento desportivo – mas o ponto vinte e três trata da rescisão de um contrato-programa e deve ser analisado – do meu ponto de vista – em separado.



A minha proposta, para ser aligeirado e se o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal concordar, é que façamos a apreciação conjunta dos pontos sete e oito e que o ponto vinte e sete seja analisado junto com o ponto doze, com apreciação conjunta mas sempre com votação separada; que apreciássemos conjuntamente os pontos treze e catorze; que separássemos os pontos dezassete e dezoito, e nesse aspeto não concordaria com a sugestão da senhora deputada Odete João. Se ela fizer o favor de não manter a sua proposta, não a levarei a votação para não perdermos tempo excessivo com isso. No caso dos pontos vinte, vinte e um, vinte e dois e vinte e três, juntávamos os três primeiros mas mantínhamos separado o quarto.

Da parte do senhor Presidente a proposta é aceite e o problema fica resolvido. Se os senhores deputados se não opuserem, eu consensualizava esta decisão para ganharmos tempo.

Há alguma objeção da vossa parte?

É em relação à ordem do dia? Faça favor senhor deputado.

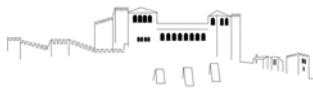
DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Nós não temos nenhuma objeção e saudamos a decisão de retirada do ponto vinte e seis, porque não estaria em ordem, assim como consideramos que o ponto vinte e cinco não está estritamente dentro das regras porque a documentação não nos chegou dentro do prazo. Mas, dado que o assunto não oferece grandes problemas, não vamos propor a retirada mas sim – mais uma vez – chamar a atenção para a necessidade de prover os deputados com a documentação de suporte dentro dos tempos que estão estipulados no Regimento.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Fica registada em ata a declaração do senhor deputado Manuel Antunes (bem entendido) mas também o esclarecimento prestado pelo Presidente da Assembleia Municipal, no sentido de que a legalidade foi cumprida, ou seja, as quarenta e oito horas de antecedência foram claramente respeitadas. Aliás, eu já uma vez aqui assumi – sob compromisso de honra – que sempre que não haja respeito por esse prazo, recuso-me a trazer o ponto a discussão, a menos que algum grupo político entenda dever propor contrariar esta minha decisão. Fui protagonista de uma polémica, no mandato anterior, em relação a esta questão e prezo-me por ser coerente. Não vou agora alterar o que na altura defendi.



Trata-se então de uma proposta, podemos consensualizar e assim procederemos. As senhoras deputadas e senhores deputados dispensar-me-ão das formalidades da votação.

Vou pensar e ponderar na questão do regulamento das comissões. Era para responder no final mas fica aqui a resposta ao senhor deputado José Francisco. Considero, senhor deputado António Sequeira, que esse é um direito de resposta e dar-lhe-ei, depois, a palavra para esse efeito. Não vamos interromper o processo de votação agora em curso.

A outra votação respeita à moção apresentada pela senhora deputada Lucília Letra, representante da Junta de freguesia de Coimbrão. Trata-se de uma moção relativa à ponte das Tercenas. Todas as senhoras deputadas e senhores deputados ouviram ler os considerandos, que são técnicos (sublinho esse aspeto) e vou ler a conclusão, que é muito simples: *"A Assembleia Municipal de Leiria, na estreita defesa dos legítimos interesses da população, delibera instar o Governo a instalar de imediato uma ponte provisória que assegure a acessibilidade local por aquela via, tanto mais que o despacho do senhor Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do território alude à inexistência de travessias alternativas, enquanto decorrer o concurso e a obra"*. Esta é a proposta emanada pela Junta de freguesia do Coimbrão, com o apoio do grupo do Partido Socialista.

Pergunto se alguém pretende discutir esta moção?

Não vejo nenhuma inscrição.

Vou colocar a moção á votação.

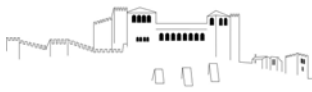
Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de leiria delibera, por unanimidade, aprovar a moção apresentada pela Junta de Freguesia do Coimbrão, com o apoio do grupo do partido socialista.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Temos agora outra situação que não é uma proposta. É uma recomendação e obviamente que não a posso concretizar sem que a Assembleia me confira mandato para esse efeito. É uma recomendação subscrita pela senhora deputada Odete João, do Partido Socialista, no sentido de que toda a documentação de suporte á atividade desenvolvida pela Assembleia municipal, ou seja, os verbetes da Câmara



Municipal que nos vão chegando para podermos agendar as reuniões, sejam disponibilizados no espaço público da Assembleia Municipal.

Repito que apesar de se tratar de uma recomendação, só o farei se a Assembleia Municipal me conferir mandato para esse efeito.

O senhor deputado Manuel Antunes pediu para falar sobre este assunto. Peço-lhe apenas, não leve a mal, que seja breve.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Serei muito breve.

Muito obrigado senhor Presidente. Não vou sugerir ou conferir algum poder ao Presidente da Assembleia sobre este assunto, mas esta última parte da intervenção da senhora deputada Odete João sobre esta documentação da Assembleia Municipal tem uma mensagem e é claramente dirigida.

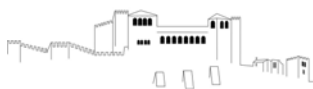
Chamo a atenção dos senhores deputados para a página seis da ata da reunião de trinta de Setembro, onde - e cito as minhas próprias declarações - disse "*Não sei se é necessária ser reservada ou não. Nem sou a favor nem contra haver uma parte reservada. A verdade é que toda a gente tem acesso à mesma senha que - ainda por cima - é a mesma do "username". Acho que talvez haja lugar a uma parte reservada estritamente para os membros da Assembleia, e que isso se devesse fazer também com o acesso individualizado para cada um dos membros da Assembleia.*", fim de citação.

Estamos pois - a bancada do PSD - a favor da publicitação de todos os documentos da Assembleia Municipal mas, como é - por exemplo - o caso das atas, já referidas e consideradas exceção pela senhora deputada Odete João, antes da sua aprovação, poderá até haver outros que se devam manter reservados. Não me parece que isto possa ferir os princípios democráticos.

Chamo também a atenção para o facto de que foi a nossa bancada, pela voz do senhor deputado João Cunha, que sugeriu até a transmissão em direto das reuniões da Assembleia e que fui eu, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, quem descentralizou estas reuniões e as levou junto das populações.

Portanto, não somos contra a divulgação de todos os documentos de suporte para a Assembleia mas considero que, apesar de tudo, é capaz de haver justificação para uma área reservada.

E, como se vê senhores deputados, nós não necessitamos de lições de democracia.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Curado, se faz favor.

DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)

João Curado e Silva, PSD.

Apenas uma pequena nota, que decorre da minha condição de suplente nesta Assembleia.

A senhora deputada Odete João sugeriu, e parece ter toda a lógica, que os documentos reservados – leia-se atas – circulem entre os membros da Assembleia por e-mail. Isso cria-me e a alguns deputados suplentes o problema de, não sendo deputados efetivos, não termos a ela acesso em tempo de a podermos ler.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhora deputada Odete João, se faz favor.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Obrigado senhor Presidente.

Quero apenas responder que a bancada do PS se coloca na discussão desta e de todas as matérias em prol daquilo que é o bem comum, a cidadania e a defesa ativa de cidadãos livres, formados e conscientes.

Não queremos protagonismo de quem fez esta ou aquela proposta ou contribui mais. Estamos todos aqui em prol dos cidadãos do concelho de Leiria, para fazermos melhor.

Muito obrigado.

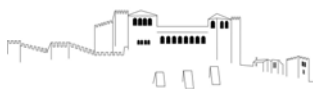
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Não tenho mais nenhuma inscrição. Gostaria de esclarecer que vou colocar esta questão à votação de uma forma razoavelmente vaga, como devem imaginar.

O que está em causa, de imediato, é disponibilizarmos propostas que são progressivamente entregues pela Câmara Municipal, para agendamento de sessão da Assembleia Municipal.

Da minha parte não vejo nenhum inconveniente em que – depois de terem obtido aprovação em reunião da Câmara Municipal – elas sejam públicas. As nossas atas – por motivos óbvios – só podem ser públicas depois de aprovadas. E isto porque



ainda hoje constatámos que a simples presença de um “não” ou a ausência desse “não” altera substancialmente o conteúdo das declarações prestadas por um membro da Assembleia Municipal.

O que vou colocar à votação, para ter a sensibilidade das senhoras e dos senhores deputados, é o seguinte:

Toda a documentação que é para apreciação em sessão da Assembleia Municipal pode ser pública. Não há razão para não sermos publicamente escrutinados, ou seja, os cidadãos – entretanto – conhecem as propostas que estão para ser apreciadas e votadas e depois vêm a saber que nós as recusámos... pois muito bem, nós estamos aqui para sermos julgados publicamente e não vejo mal nenhum nisso. Portanto, toda a documentação que vai surgindo e que é para ser apreciada em sessão da Assembleia Municipal será disponibilizada no espaço público da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal terá, obviamente, a prerrogativa de perceber se há alguma questão suficientemente delicada para não ser disponibilizada nessa área. As atas irão para a área reservada e neste momento estou a estudar, juntamente com os serviços da autarquia, uma forma de modificar o acesso à área reservada. A forma mais simples, aquela para que estamos a caminhar mas não temos uma decisão tomada, é haver uma password por grupo partidário. O dirigente do grupo saberá como aceder a essa password e poderá disponibilizá-la aos suplentes mais habituais, o que facilitará o acesso. O que temos neste momento não serve porque a password é a mesma e é como se não a houvesse.

Não tenho a certeza de que esta solução seja a mais adequada e por isso ainda não “caminhei” no sentido da sua concretização. É uma questão administrativa e terei que a discutir, de novo, com os serviços de informática do município e, a concretizar, teremos que encontrar uma solução. Por enquanto serve a atual mas não é uma boa solução.

Assim, o que vamos votar é apenas disponibilizar, na área pública, as propostas que vamos recebendo da autarquia ou outras que estejam previstas para agendamento, sem necessidade de que elas sejam votadas antes de disponibilizadas publicamente.

Ficou claro?

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Regozijo-me com a deliberação, aprovada por unanimidade.

Senhor deputado António Sequeira para uso da palavra, no direito de resposta.



Nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia ausentou-se momentaneamente.



DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Bom dia.

Vou fazer uma intervenção tão breve que peço que me dispensem das saudações e votos, que guardarei para a minha próxima intervenção.

O senhor deputado José Francisco deixou aqui no ar, uma eventual falta da minha parte a propósito desta comissão de acompanhamento da Rodoviária e embora ele (benevolmente) tenha tentado avançar uma justificação por mim, julgo não se impor a apresentação de qualquer relatório ou informação suplementar a esta Assembleia.

Fomos efetivamente nomeados para uma comissão de acompanhamento do assunto da Rodoviária Nacional, que envolve (penso eu) a própria deslocalização do edifício atual e as obras que serão efetuadas naquele local, sendo até talvez essa a maior preocupação dos leirienses.

Houve duas reuniões sobre o assunto – e vou ser muito rápido - que tiveram lugar nas instalações da Câmara Municipal. São cinco os elementos nomeados para essa comissão. Provavelmente por questões de comunicação, houve dificuldades em relação à primeira reunião, em que apenas eu e o senhor deputado Carlos Guerra estivemos presentes. Curiosamente, na segunda reunião estiveram todos presentes com exceção do senhor deputado Carlos Guerra. Portanto, a concorrência foi feita por mim, que participei efetivamente nas duas reuniões, e estou em condições de esclarecê-los sobre o que lá se passou, mas tinha guardado esse esclarecimento precisamente para o ponto vinte e seis. Como este desapareceu e os assuntos não me parecem de grande importância, na medida em que não há ainda muito para decidir, até porque existem ainda dúvidas de caráter legal que impedem a tomada



de decisões. Terá até sido esse o motivo que levou à retirada do ponto da ordem de trabalhos.

Tive o cuidado, na reunião de preparação do meu partido, de explicar o que se está a passar e, provavelmente, cada um dos senhores terá feito a mesma coisa. Dizia eu que na segunda reunião da comissão dei conta do que se havia passado na primeira em que só estive eu e o deputado Carlos Guerra.

Penso que estará tudo minimamente informado acerca do estado em que as coisas estão e numa próxima assembleia, se se justificar farei uma súmula de tudo o que se passou até aqui. O que não vou fazer é relatórios escritos de cada vez que se realize uma reunião em que não ocorram factos relevantes.

Muito obrigado.

PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA (JOSÉ ALVES)

Obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos que entender.

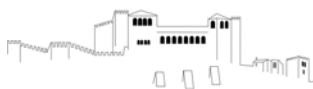
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Senhor Presidente, membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, colegas vereadores, munícipes e órgãos de comunicação social.

Começo por a todos desejar boas festas, que tenham um bom natal junto das vossas famílias.

Não posso de deixar de manifestar os meus parabéns à Freguesia da Bajouca - apesar de não termos sido convidados para as cerimónias - mas não deixaremos de cumprimentar e saudar todos os bajouquenses.

Relativamente aos assuntos aqui invocados no período de antes da ordem do dia, vou iniciar a minha intervenção começando por referir-me à praia do Pedrógão. Não foi efetuada notificação à Câmara Municipal de Leiria da decisão da Secretaria de Estado do Ambiente de interditar o trânsito daquela ponte. Quando tomámos conhecimento da situação, contactámos a Câmara da Marinha Grande para averiguar o que se passava e quais as propostas de solução para restabelecimento da circulação. Foi-nos transmitido que estava a ser tratado através da Secretaria de Estado do Ambiente - em função do relatório do LNEC - e era impossível continuar a manter aquela ponte em uso, sob pena de poder vir a acontecer algum acidente do qual nos iríamos lamentar. Houve, entretanto, uma manifestação na praia do Pedrógão - em que também participei - e comprometi-me em contactar o

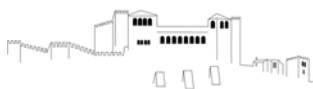


Presidente do INAG e a Secretaria de Estado do Ambiente, para além de conjugar esforços com a Câmara Municipal da Marinha Grande. A resposta do Presidente do INAG foi no sentido de que dois dias depois iria pessoalmente, acompanhado pelos técnicos do LNEC, efetuar uma nova vistoria aquela ponte para saber se era possível – com um pequeno reforço da mesma – mantê-la em uso até à construção de uma nova ponte. Em simultâneo, contactou-se o Estado-maior do Exército para que fosse estudada a possibilidade de ali ser instalada uma ponte provisória. Foi-nos respondido uns dias depois que tal era possível só que com custos, custos esses que a Secretaria de Estado do Ambiente considera inaceitáveis. Exposto isto, evoluímos até à passada terça-feira, em reunião havida (primeiro) com a senhora Ministra do Ambiente e (depois) com o próprio Secretário de Estado do Ambiente, em que se concluiu o seguinte:

- Por um lado não é possível alugar a ponte do exército, em face dos elevados custos;
- Tentariam minimizar os efeitos desta inacessibilidade;
- O concurso já tinha sido lançado e as propostas estavam abertas. Presumem que só no princípio de março poderão iniciar a obra de construção de uma nova ponte, procedendo previamente à demolição da existente.

Até lá, o próprio projeto do concurso efetuado prevê que a ligação marginal entre a ponte das Tercenas e a ponte da Bajanca vai ser objeto de repavimentação, de modo a constituir uma alternativa. Naturalmente que só ocorrerá a partir de Março. Essa alternativa vai possibilitar o acesso a um troço que atravessa a denominada ponte da Bajanca e que permitirá o acesso à estrada Atlântica. Esta foi a resposta do senhor Secretário de Estado do Ambiente e não há, efetivamente, para além daquela possibilidade - extremamente onerosa – não há qualquer outra alternativa possível. Ter-se-á que aguardar por Março para que a conjugação da repavimentação de um troço marginal ao rio – entre a ponte da Bajanca e a ponte das Tercenas – conjugando com uma obra que está a ser efetuada (neste momento) pela Câmara Municipal da Marinha Grande, de reabilitação do acesso à ponte da Bajanca permita que, antes do início da nova época balnear, esteja esta alternativa em condições.

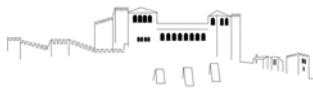
Juntando outras intervenções relativas ao tema, aproveitou-se para avaliar o que se está a passar na praia do Pedrógão. Temos estado a acompanhar os acontecimentos, em colaboração com a própria Junta de Freguesia, e levámos



fotografias tiradas no dia onze de Novembro, comparando-as com as do dia onze de Dezembro, para que não restem dúvidas acerca do que do lá se passa, nomeadamente com a acentuação (muito acelerada) da costa, mais precisamente na zona do emissário que leva os efluentes do aglomerado urbano do Pedrógão para a estação de tratamento e aí se verifica – claramente – que num espaço de um mês o mar avançou alguns metros pela costa dentro. Em função disto, foi-nos dado a conhecer que a senhora Ministra do Ambiente assumiu o compromisso de que em 2012 e 2013 irá haver recarga de areias sobre a própria praia. Os técnicos são eles, a solução é deles. Vamos ver se o problema se resolve e não tenho dúvidas em que o assunto estará a ser devidamente estudado pelas entidades competentes. Vamos aguardar que haja esta possibilidade de garantirmos a manutenção daquela praia, que é a única do concelho. Acrescento ainda, relativamente à requalificação da marginal, que o projeto está na plataforma, isto é, o concurso está lançado. Terá intermitências no período balnear para evitar prejuízos que decorram da realização da obra. Estamos atentos e esperamos que a requalificação da marginal tenha início assim que administrativamente for possível. Passando ao caso que aqui foi exposto relativamente e sobre a situação de um apartamento – já não estão presentes os intervenientes – mas diria que haverá sempre o argumento da parte do proprietário daquele apartamento de acionar judicialmente o condomínio. À Câmara compete apresentar a vistoria. Não se trata de uma situação de arrendamento mas naturalmente que irei analisar o processo, para perceber – em concreto – o que já foi feito e o que deverá ser comunicado para resolução do problema.

Das várias intervenções efetuadas, ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Azoia tenho a dizer que estão a ser elencadas todas as questões decorrentes da construção da A19 e do IC36, para que a concessionária efetue as intervenções de reabilitação do que foi degradado pela utilização de vias alternativas enquanto decorriam as obras.

Sobre a questão dos bares – senhor deputado João Cunha – estamos a reunir com a ACILIS, com representantes dos bares, com representantes dos moradores, com a PSP e com o IPL. Estamos a tentar encontrar uma solução que, se possível, seja consensual e de futuro evitar o que tem estado a acontecer, que assumo ter alguma gravidade, nomeadamente no direito dos moradores ao seu bem-estar.



Acerca das obras na avenida Marquês de Pombal, quero ao senhor deputado Micael Sousa dizer que o seu objetivo é ter mais e melhor segurança para todos. Estão a decorrer e esperamos que em breve sejam concluídas, após o que será mais visível a intervenção efetuada.

Quero também prestar homenagem ao jovem Helder Godinho, que faleceu no Brasil em missão profissional. Quando os jovens têm que procurar outras alternativas, este tipo de situações podem acontecer, o que é sempre de lamentar.

Quanto à situação do bairro do Casal da Cortiça, é óbvio que é sempre difícil compatibilizar os interesses. A polícia de segurança pública – nos estudos que tem feito – vai à raiz das coisas, que é a existência dos próprios bares, mas estes também são importantes pois são agentes económicos. O que temos é de encontrar soluções onde impere o bom senso e que evitem situações desagradáveis.

Em resposta à questão formulada pelo senhor deputado João Curado acerca dos empreendimentos na praia do Pedrógão. Esta praia ou tem investimentos de elevada dimensão ou corre o risco de – a pouco e pouco – não direi desaparecer porque tem o seu aglomerado, tem o seu edificado, mas não passará daquilo. O que aconteceu foi a manifestação – junto da autarquia – de investimentos naquela praia, de alguma envergadura. São investimentos geradores de riqueza, até pelos postos de trabalho que criam e tudo o que lhe está associado. Isto levou a que efetuássemos uma solicitação à senhora Ministra da Agricultura, no sentido de se estudar a viabilidade de ser constituído um direito de superfície, por noventa e nove anos, para que esses investimentos possam ser concretizados. Este é um tempo difícil, é um tempo muito complicado onde urge apelar – já nem diria à boa-fé – à boa vontade de muitos para que não continuemos a perder investimentos que são cada vez mais importantes na manutenção das economias locais. Ficará para outra oportunidade, para a próxima Assembleia (se houver respostas) darmos a conhecer o que se tem passado e clarificar toda a situação. Na certeza, porém, de que tem havido um grande investimento de tempo na procura e sensibilização de potenciais investidores para que apostem no nosso concelho, como forma de criarmos postos de trabalho que sejam uma forma de resposta às situações de desemprego que infelizmente também padecemos no concelho.



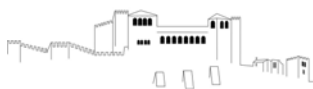
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Antes de interrompermos a ordem de trabalhos, de acordo com o plano que tenho previsto – oxalá seja possível – trataremos do ponto um e do ponto dois e iniciamos a parte da tarde já com o orçamento.

Faltou responder ao senhor Presidente da Junta da Caranguejeira, que apresenta uma dúvida muito pertinente relativamente à contagem dos quilómetros, uma vez que estamos agora sujeitos a esta questão dos boletins itinerários. Pedirei a opinião aos serviços jurídicos da autarquia, digamos que pedirei a opinião dizendo a minha opinião porque não estou em perfeita sintonia com os serviços da autarquia – desde logo – no modo como nos pediram (da última vez) que preenchêssemos o boletim. Este não tem que ser preenchido com a hora de chegada como hora de início da Assembleia, mas sim a hora de saída de casa, dentro dos limites da razoabilidade. Quando o funcionário da administração pública se desloca, a hora de início da diligência é a hora em que parte do seu domicílio e é assim que se faz. Devo dizer que isso não tem alteração nenhuma e não produz nenhum efeito prático. Portanto, a hora de início é a hora em que a pessoa sai de casa e a hora de termo é a hora em que volta a casa. Repito que isso não tem efeito prático de qualquer espécie, mas poderia ter – por exemplo – se a reunião for marcada para as oito e meia da noite, poderá ter efeito prático.

Quanto à distância dos quilómetros, o que a lei estipula é a distância desde o domicílio, ou seja, se mora num lugar da Caranguejeira não é a mesma coisa que morar junto à sede de freguesia. Os serviços têm que aceitar que a contagem de quilómetros é aquela e não em linha reta. Em ponto nenhum da legislação portuguesa se diz que as distâncias são medidas em linha reta e nós não circulamos em linha reta. Em todo o caso, farei a consulta e darei depois a resposta.



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Entramos na ordem de trabalhos.

1. RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO – Apreciação nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela n.º Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende interpelar o senhor Presidente da Câmara a este respeito?

Senhor deputado João Cunha, por favor.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

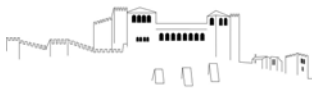
João Cunha, PSD.

No relatório de atividades que nos foi presente para nossa apreciação, há várias questões que me suscitam alguns pedidos de esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara.

Começo pela mudança do departamento de operações urbanísticas para o edifício sede do município. Penso que é do desenvolvimento do conceito do balcão único de atendimento, concretamente na página dois do relatório de atividades. A minha pergunta é se esta transferência do departamento respetivo tem alguma razão específica, dado que os munícipes vão ter o problema relacionado com o estacionamento na zona do edifício sede da Câmara, local onde o estacionamento é diminuto, como sabemos. Penso que nas atuais circunstâncias o atendimento seria mais fácil... mas logo me dirá.

Na página três do relatório de atividades, a propósito da informação do trabalho da divisão de informática, refere que têm monitorizado e feito o controlo de chamadas telefónicas. Pode ser uma questão meramente técnica mas, já agora, para percebermos como, em que condições e do que estamos a falar quando se refere ao controlo de chamadas telefónicas.

Na página cinco, no que respeita à parte da divisão administrativa, menciona os certificados de cidadãos da Comunidade Europeia. Penso que é possível atualizar a terminologia porque já estamos na faze da União Europeia. É só uma questão de pormenor.



Na página seis, quando se refere aos documentos que se encontram em arquivo no estádio municipal, a minha pergunta é se, com a intenção da Câmara Municipal de alienar o estádio, tem previsto algum destino para o arquivo.

Também na parte do departamento de planeamento e ordenamento, na página treze, refere-se que está a ser feito um estudo de eventual mudança de localização da Feira de Maio, em 2012. Pergunto se já há localização e o que nos poderá informar sobre esta matéria.

Na página catorze, refere-se a plataforma elevatória em relação ao castelo de Leiria, nomeadamente a demolição e reconstrução do murete do pátio de acesso ao palácio. Não sei exatamente do que se está a falar e agradecia nos esclarecesse de que palácio se trata.

Na página quinze consta *"Preparação de informação relativa à caracterização do concelho sobre a perspetiva física, socioeconómica e enquadramento regional"* e na página dezasseis *"Elaboração de mapa temático do concelho: características naturais, ligações, principal rede viária e vizinhança"*. O que são exatamente estes estudos? Esta informação é para prestar a quem? Quais são os seus objetivos? Quando estarão disponíveis? Dada a relevância da matéria aqui contida, gostaríamos de saber mais alguma coisa.

Também na página dezasseis refere a *"Realização do trabalho de adaptação da Revisão do PDM às novas estratégias municipais"*. Era bom que nos dissesse quais são essas estratégias municipais presentes na revisão do PDM, para sabermos exatamente que trabalhos é que estão a desenvolver, para a Assembleia ter conhecimento dessas tais estratégias.

Também se fala do acompanhamento no lançamento do concurso público para contratualização de trabalhos externos de apoio à revisão do PDM. Gostaríamos de saber que trabalhos externos são estes e quem presta o respetivo apoio.

A página vinte refere a *"Elaboração de proposta de implantação do terminal rodoviário na zona no parque de estacionamento do estádio"*. Já há algum trabalho feito sobre esta matéria. O ponto foi hoje retirado mas era importante também saber alguma coisa sobre este assunto.

Na página vinte e cinco, e relativamente ao centro cívico na Rua Direita, refere - a certa altura - que a empresa adjudicatária está em incumprimento. É importante que esta Assembleia tenha conhecimento do ponto da situação, ou seja, o que levou a este incumprimento e exatamente quais são as situações para resolver.



Na página vinte e seis, relativamente à reconversão do convento de Santo Agostinho, menciona alguns problemas detetados e queremos saber se as soluções que eventualmente estejam na calha têm cabimento orçamental ou não e se há algum problema que deva ser do conhecimento dos deputados municipais.

Na página cinquenta e três mencionam o novo tarifário, para 2012, dos resíduos urbanos. Pergunto se têm alguma atualização prevista. Estas questões prendem-se com matérias que me parecem de alguma relevância e que talvez mereçam mais do que uma linha num simples relatório.

Finalmente, na página sessenta e oito, mencionam o encerramento de vinte e sete espaços de jogo e recreio – parques infantis no concelho – ao abrigo de uns planos de manutenção preventiva. Pergunto se estes parques infantis vão ser intervencionados ou definitivamente encerrados e, se intervencionados, para quando.

Muito Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado João Curado e Silva.

DEPUTADO JOÃO CURADO E SILVA (PSD)

João Curado e Silva, PSD.

Em relação ao relatório, tenho uma pergunta que nem sei se a posso fazer... é uma pergunta por omissão. Não vejo no relatório nenhuma menção a nenhum trabalho ou serviço no parque industrial de Monte Redondo. Isto parou? Existe ainda? Não é sequer mencionado, o que acho um pouco estranho.

Uma última questão em relação ao meu tema quase "*fetiche*" tem a ver com as salinas. Mais uma vez é mencionado aqui e faz-se agora uma referência ao levantamento cadastral. Isto está a avançar?

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

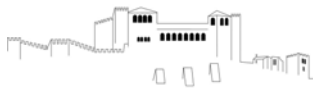
Muito obrigado.

Senhor Presidente da Câmara para responder, por favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Muito obrigado senhor Presidente.

A transferência da divisão de obras tem em vista, por um lado, o aproveitamento dos espaços existentes no edifício principal e, por outro lado, a economia de custos



e a prestação de um melhor serviço aos munícipes, naturalmente com o obstáculo e a dificuldade de estacionamento. Aquela obra foi feita contemplando todos os serviços da autarquia e o que estamos a fazer é aproveitar os espaços para este efeito.

A designação de controlo de chamadas, como é público, é que quem dispõe de telemóveis de serviço tem um "*plafond*". É esse controle que se pretende fazer e o excesso será, obviamente, da responsabilidade do funcionário.

Relativamente aos arquivos que se encontram no estádio: com a saída da divisão de obras de S. Romão ficamos com mais espaço para os arquivos que forem necessários. Se houver alguma alteração em relação ao estádio teremos aquele edifício para os arquivos do município.

Quanto à Feira de Maio, o que está a ser efetuado é um estudo para aferir se é possível deslocalizá-la e uma das hipóteses é precisamente as traseiras do chamado loteamento dos Gordalinas, na Estação, onde a Câmara já possui algum terreno. Está a ser feito o cadastro de todos os proprietários para saber se será possível ou não.

Sobre a plataforma de mobilidade do castelo, é precisamente para facilitar a mobilidade a pessoas que a tenham de forma reduzida e é um serviço que está a ser acompanhado pelos técnicos competentes, tem aprovação e está inserido no âmbito do programa PALOR. O murete é o que lá existe, que não está em condições e tem que ser objeto de reabilitação para efeitos de melhoramento da acessibilidade das pessoas que a tenham de forma reduzida.

Quanto à estratégia do PDM, o que está em causa tem a ver com os regimes jurídicos de REN's e RAN's e tudo o que está associado.

Sobre a situação da Rodoviária, a questão que se tem colocado é que das várias hipóteses que tinham sido ventiladas sobra uma, para já. Naquilo que era a periferia que interessava para que os serviços públicos prestados pela Rodoviária se mantivesse igual ou que até possa ser melhorado. Todas as outras soluções estão condicionadas, nomeadamente pelo leito de cheia. Vai ser aberto período de discussão pública, nos termos do CPA, sobre esta possibilidade de desafetação e tendo por objetivo a realocação da Rodoviária.

No que respeita ao centro cívico, há atrasos no cumprimento dos prazos e esperamos que em Janeiro fique, finalmente, concluído.



Relativamente à obra de Santo Agostinho, o próprio empreiteiro denuncia o contrato por incapacidade técnica de resolver e continuar com a obra. Não é uma questão financeira, uma vez que tem as contas em dia. A questão é que os projetos que foram feitos de recuperação do convento de Santo Agostinho não foram, diria, devidamente efetuados porque está em causa a solidez das abóbadas. Esta empresa diz que não tem capacidade para executar aquela obra, pelo que vamos promover um novo procedimento concursal para que outra empresa prossiga estas obras.

Quanto ao tarifário de resíduos urbanos, será presente à próxima reunião de Câmara para atualização de valores.

Quanto aos parques infantis, obviamente que está previsto – também – no orçamento do próximo ano, a reabilitação da maior parte dos mesmos para poderem ficar a funcionar de acordo com a lei.

No que respeita ao parque industrial de Monte Redondo, houve – esta semana – mais uma reunião da GestiLeiria (entidade constituída pela Câmara Municipal, NERLEI e pela AIP) e está em causa o financiamento para ultimarem a aquisição da última parcela de terrenos. Os acordos estão feitos e não há é dinheiro para pagar aquilo que está em causa, dado que no que respeita ao financiamento garantido pela Caixa Geral de Depósitos está – à data – a criar dificuldades para que se possa efetuar esta última escritura.

Relativamente às salinas, está a ser efetuado um levantamento topográfico porque havia dúvidas nos seus limites e para – depois – se fazer um contrato de comodato com a respetiva Junta de Freguesia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

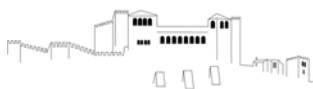
Muito obrigado senhor Presidente.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório da Atividade do Município e respetivo Relatório Financeiro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto dois da ordem de trabalhos

2. AJUSTAMENTO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO) – Apreciação, discussão e votação.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente, para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Esta é uma proposta que tem em vista a alteração da orgânica dos serviços por via, também, do que o "*Documento Verde*" já indicia.

O que está aqui em causa é a diminuição de um departamento - havia quatro e passam a ser três e mantém-se a direção municipal. De seguida, embora não seja da competência da Assembleia Municipal, será proposto – em reunião de Câmara – também a diminuição de dez divisões, ou seja, passarão de vinte e sete para dezassete.

O que aqui trazemos – da competência da Assembleia – é a proposta para alterar, reduzindo a estrutura para três departamentos, abdicando de um conforme o quadro em vigor e a passagem de cinco para quatro unidades orgânicas nucleares.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende intervir?

Senhor deputado Manuel Antunes, por favor.

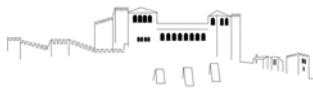
Se mais alguém pretender inscrever-se, fará o favor de dizer.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, senhores deputados.

Esta é a terceira revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais. Mais uma vez mantém a conceção centralizada, burocrática dos serviços e, por essa razão, nós sempre votámos contra as anteriores versões. Já tínhamos referido, por exemplo, o excesso do número de dirigentes (que é uma coisa que agora está muito na "*berra*") e chamamos a atenção para o facto de que a regulamentação consequente do memorando de entendimento com a "*Troika*" ainda não foi publicada. Portanto, esta revisão é apenas uma antecipação que serve para justificar uma necessidade de mudar alguma coisa que – claramente – a Câmara Municipal já verificou que não funciona como deve ser.

As opções deste modelo de organização são questionáveis. Como se tem constatado, desde a sua implementação, não trarão (obviamente) melhoria dos serviços. Propõe-se atribuir um carácter permanente a uma estrutura que tem características de missão, por exemplo. Por outro lado, a nível das várias áreas de formação académica e profissional, são definidos perfis demasiado dirigidos, isto é,



"*atos feitos à medida*" que, obviamente, têm por função adequar as funções definidas a elementos previamente conhecidos.

Por fim, parece-nos que o que está a acontecer é que há mudanças constantes, considerando entradas e saídas previsíveis, para o futuro próximo, no executivo. Perguntamos se o Presidente continuará a usar as pessoas como peças cuja posição no tabuleiro se vai alterando, consoante as necessidades e interesses conjunturais. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

É preciso dizer que esta proposta vem reforçar o que aqui já dissemos. Estamos perante uma estrutura organizacional de natureza centralizadora e presidencialista. É preciso dizer que a criação de uma única direção municipal e de três departamentos, numa antecipação às famigeradas intenções do governo, que é acabar com todo o universo das atribuições municipais, com exclusão da água e saneamento – a cargo dos SMAS – e de parte substancial do desporto e lazer – a cargo da Leirisport (por enquanto), refletem o que atrás afirmámos.

Infelizmente, a alteração proposta afasta-se ainda mais do princípio da aproximação dos serviços aos cidadãos e a qualidade dos serviços prestados vai degradar-se ainda mais. Os justos interesses e anseios da generalidade dos trabalhadores são ainda mais espezinhados, num curioso complemento de cúmplice ação do governo PSD/CDS.

Mais uma vez não se ouvem os trabalhadores, os principais obreiros de uma boa prestação e eficiência dos serviços, mas demonstra-se uma grande diligência em aceitar os ditames da "*Troika*" e das forças conservadoras. Essa não é a estrutura de serviços municipais que Leiria precisa e por isso só pode ter o nosso voto contra.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Romeu Paz.

DEPUTADO ROMEU PAZ (PS)

Bom dia.

Cumprimento a todos os presentes.



Romeu Paz, Partido Socialista.

Como já referi noutra sessão da Assembleia, cabe ao Presidente da Câmara – e foi eleito para isso – a legitimidade de organizar os serviços da Câmara como entende. Cabe-nos a nós – como Assembleia Municipal – fiscalizar e é importante ter em atenção que esta alteração serve apenas para cumprir o que foi acordado com a “Troika”. Não há grandes alterações, a não ser para reduzir o número de chefias. Penso que levam a questão à ideia de que é uma coisa política mas, na verdade, é uma questão administrativa. É claro que há uma gestão que deve ser feita mas nós devemos estar atentos a isso. Acho que se levantam demasiados problemas em relação a este assunto.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Câmara para responder.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

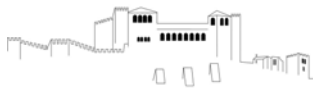
Em relação às três intervenções, quero só dizer ao senhor deputado Manuel Antunes que, mais uma vez, não estamos de acordo neste ponto e considero extremamente infeliz a sua intervenção. É que se estiver a falar de “*fatos à medida*”, tem que recuar a alguns anos atrás e, se quiser, dou-lhe provas.

O que nós queremos é ter uma estrutura de resposta às solicitações dos municípios, organizada segundo a forma que entendemos que será a melhor para dar essa resposta. Rejeitamos esta afirmação de que estamos a fazer “*fatos à medida*” e temos o legítimo direito de organizar, no sentido segundo o entendimento de que possamos dar as melhores respostas.

Estamos aqui com uma proposta de diminuição de custos da autarquia e atendendo às palavras que aqui foram proferidas, fico na dúvida se estarão a favor da redução de custos ou do aumento de custos.

Temos uma estrutura que está hierarquizada, definimos os limites de responsabilidade de cada um dos dirigentes e é assim que queremos continuar a trabalhar. Não somos perfeitos mas estamos, seguramente, a fazer o melhor esforço para organizarmos – da melhor maneira possível – com o objetivo de servirmos as populações e os nossos municípios.

Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Terminadas as perguntas ao senhor Presidente da Câmara e tendo sido respondidas, vamos passar à votação do ponto número dois da ordem de trabalhos, tal como consta do verbete que nos foi enviado, "AJUSTAMENTO DO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS – COMPETÊNCIAS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL (ARTIGO 6.º DO DECRETO-LEI N.º 305/2009, DE 23 DE OUTUBRO) ".

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera, por maioria, com vinte e oito votos a favor, catorze votos contra e catorze abstenções, aprovar o ajustamento do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais – competências da Assembleia Municipal (artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro).

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado João Cunha, para uma declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Votámos contra estas alterações porque condensam a visão presidencialista e napoleónica que tem estado - claramente - presente em todas estas formas de enquadrar os serviços da Câmara, nos últimos tempos.

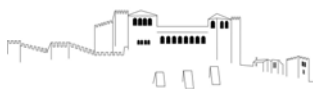
Quanto à questão dos "*factos à medida*", aquilo que o líder da bancada do PSD quis referir diz respeito ao que está previsto em relação às áreas de formação académico/profissional estabelecidas no mapa de pessoal para este efeito.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Deste verbete consta um pedido de aprovação em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. Fá-lo-emos seguindo o princípio que adotámos há umas sessões atrás. Fá-lo-emos no final e tenho a lista do conjunto de deliberações em relação às quais é esse pedido feito pela Câmara Municipal.



Senhoras e senhores deputados, vamos interromper com uma pausa para almoço. Parece-me razoável que retomemos os trabalhos às catorze horas e trinta minutos.



A sessão foi interrompida às doze horas e quarenta e cinco minutos.



A sessão foi retomada às catorze horas e quarenta e cinco minutos.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Boa tarde a todos.

Vamos retomar os nossos trabalhos, por favor. Retomamos com o ponto número três.

3. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2012, OPÇÕES DO PLANO PARA 2012/2015 E MAPA DE PESSOAL PARA 2012 DO MUNICÍPIO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço o vosso silêncio.

Dou a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Boa tarde, mais uma vez.

Muito obrigado pelo convívio proporcionado pelo almoço.

Em relação à proposta de orçamento para 2012, opções do plano e o mapa de pessoal, convinha aqui dar nota de algumas premissas para a elaboração dos documentos previsionais.

O primeiro é que todos os compromissos havidos e por pagar até dezoito de Novembro tiveram de ser considerados e atingiram o montante de vinte e sete milhões seiscentos e sessenta e seis, quatrocentos e sessenta e dois ponto vinte e seis. Os documentos tiveram em conta ações e projetos que já estão em curso - como é óbvio - e são compromissos assumidos. São obras objeto de financiamento comunitário, e depois – naturalmente - aqueles que são atribuições e competências normais do município. Significa isto que, com recurso às propostas que foram apresentadas pelos diversos serviços, temos o montante de sessenta e seis milhões novecentos e oitenta e nove oitocentos e onze setenta e quatro, a que, se



adicionando os tais vinte e sete milhões que há pouco referi, dá-nos então um valor global de orçamento de noventa e quatro milhões seiscentos e cinquenta e seis duzentos e setenta e quatro euros.

Um quadro comparativo da despesa com compromissos assumidos e não pagos, ou seja, aquilo que é compromisso e o que está orçamentado para 2012 - que engloba esse mesmo compromisso - daí a razão de haver a diferença, para dizermos que o saldo orçamental (aquele com que vamos trabalhar) terá cerca de sessenta e sete milhões. Assim, o orçamento global da despesa para 2012 sofre uma redução de treze milhões duzentos e setenta e seis mil setecentos e oitenta e três euros, ou seja, menos 12%.

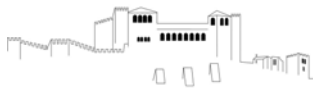
Do total da redução do orçamento da despesa, temos 8% de redução de despesa corrente:

- No pessoal, menos cerca de três milhões;
- Na aquisição de bens e serviços, menos um milhão e trezentos;
- Nos juros, seiscentos mil;
- Nas transferências correntes crescem mais um milhão e cento e nove;
- Subsídios e outras despesas correntes têm valores negativos, o que significa que vai haver decréscimo em 2012.

- No mesmo sentido, nas despesas de capital, há uma quebra de 19% na despesa. Resulta isto aqui que em 2011 tínhamos um orçamento de cento e sete milhões novecentos e trinta e três mil, e temos para 2012 uma proposta de noventa e quatro milhões seiscentos e cinquenta e seis, duzentos e setenta e quatro euros. Na diferença do total do orçamento disponível para 2012 têm que ser considerados os compromissos assumidos, no valor de sessenta e quatro milhões.

Nos documentos previsionais temos alguns valores que devem ser considerados tais como:

- O contrato de concessão da Suma, de três milhões vírgula dois;
- O contrato da Valorlis, de dois milhões;
- Atividades extra curriculares, de dois milhões;
- Transportes escolares, de um milhão e meio;
- Refeições escolares, de um milhão e trezentos e cinquenta mil;
- Serviço da dívida, de sete milhões e novecentos mil;
- A transferência para os SMAS, de seiscentos mil euros.



- Ainda no que diz respeito diretamente às freguesias - com os protocolos - dois milhões;
- O Projeto de reabilitação da rede viária das freguesias, de três milhões.
- Um investimento de dois milhões vírgula três, e ainda outros apoios de um vírgula três milhões, num total de oito milhões, setecentos e setenta e cinco.
- Quanto à despesa de pessoal, treze milhões;
- Encargos com instalações - água, luz e gás - quatro vírgula oito;
- Indeminizações compensatórias para a Leirisport, dois vírgula sete;
- Projetos de financiamento comunitário, oito vírgula quatro;
- Apoio ao teatro José Lúcio da Silva de quatrocentos e cinquenta e quatro mil euros.

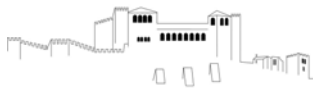
Na receita corrente temos sessenta vírgula cinco; de capital, trinta e três vírgula cinco e ainda outras receitas de quinhentos mil euros, o que resulta nos tais noventa e quatro milhões seiscentos e cinquenta e seis de previsão de receita para o ano de 2012.

Consideraram-se aqui elementos previsionais de impostos diretos no valor de vinte e três vírgula cinco milhões; impostos indiretos, setecentos e trinta e seis mil; taxas, novecentos e onze mil; rendimentos de propriedade, quinze mil vírgula três; transferências correntes, quinze vírgula sete; e a venda de serviços correntes, quatro vírgula zero. Outras receitas ainda, duzentos e cinco mil euros.

Consideraram-se ainda, no âmbito da receita de capital, vinte quatro milhões para a venda de bens e investimento; transferências de capital de nove milhões; ativos financeiros, duzentos e quarenta e cinco; outras receitas duzentos e quarenta, ou seja, perfaz um total de receita de capital de trinta e três milhões vírgula cinco.

Assim, no conjunto das receitas do Município, temos com destaque os impostos diretos, rendimentos de propriedade, transferências correntes, venda de bens de investimento e as transferências de capital.

No que respeita às receitas correntes, são os impostos diretos, as transferências correntes e os rendimentos de propriedade que atingem, praticamente, 90% do total de receita corrente. Significa que todos os valores aqui considerados - com exceção de dois - resultam da avaliação sobre a média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos vinte e quatro meses e reportados ao mês de Outubro. Temos assim, de impostos diretos o valor vinte e três vírgula cinco;



impostos indiretos, setecentos e trinta e seis; taxas, novecentos e onze, num total da receita tributária de vinte e cinco milhões de euros.

Na receita de rendimentos de propriedade foram contemplados doze milhões, correspondentes à receita previsional (com a eventual concessão dos SMAS de Leiria) e há três vírgula um que dizem respeito à renda da concessão com a EDP. Na receita de venda de bens e serviços: a venda de bens diretos, no valor de seis mil euros; serviços, três vírgula nove; rendas, oitenta e cinco.

Do valor referente à venda de serviços, há três milhões que dizem respeito à receita que decorre da taxa de resíduos sólidos. Há ainda transferências correntes a título de participação dos impostos do estado, ou seja, o Fundo de Equilíbrio Financeiro, com seis vírgula nove (praticamente sete milhões); o Fundo Social Municipal, com um milhão e meio; a participação fixa no IRS é de três milhões e meio; outras, de três vírgula seis, o que perfaz um total de quinze milhões e setenta e quatro.

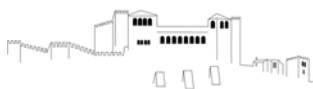
No que diz respeito às receitas de capital, o núcleo principal tem vendas de bens e investimentos, no valor de vinte e quatro milhões; transferências de capital de nove milhões; os ativos financeiros e outras receitas de capital são cerca de quinhentos mil euros.

Do total de receitas de venda de bens e investimento, vinte e quatro milhões dizem respeito à alienação do topo norte do estádio, após a eventual extinção da Leirisport.

Nas transferências de capital, o Fundo de Equilíbrio Financeiro com três vírgula sete milhões; FEDER com cinco milhões; outras praticamente sem significado, ou seja, um total de nove milhões de euros.

No que diz respeito à despesa, cinquenta e nove milhões destina-se a despesa corrente e trinta e cinco milhões para despesa de capital. Temos treze milhões (praticamente catorze milhões) para o pessoal; aquisições de bens e serviços, vinte e sete milhões; juros e outros encargos, um milhão vírgula seis; transferências correntes, cerca de dez milhões; subsídios, quatro milhões e outras despesas no valor de dois vírgula dois.

Na aquisição de bens de capital, vinte e quatro milhões; transferências de capital, três vírgula oito; ativos financeiros, oitocentos e quarenta; passivos financeiros, seis vírgula três milhões; outras despesa de capital, cinquenta mil, sendo o total de trinta e cinco milhões de despesas de capital.



Tendo em conta os compromissos assumidos dos anos anteriores, o saldo orçamental das grandes opções do plano para 2012 é de quarenta e dois milhões, em que treze milhões dizem respeito a despesas com serviços educativos; doze virgula seis em investimento na rede viária; oito virgula cinco em despesas com serviços de desporto; sete virgula nove em serviço da dívida.

Concluindo, aqui ficam - em traços largos - as premissas que originaram o presente documento. Não conseguimos, para já, baixar o valor global do orçamento.

Senhor Presidente, fico disponível para as questões que forem equacionadas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Os senhores deputados façam o favor de se inscrever.

Vou, entretanto, organizar as intervenções. A ordem não será necessariamente esta porque tenho de cumprir o preceito regimental de intercalar as intervenções dos vários partidos. Estão inscritos os senhores deputados Manuel Antunes, Pedro Faria, João Cunha, Ana Paula Silva, Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal, Presidente da Junta de Freguesia da Bajouca, Paulo Pedro, Carlos Guerra e António Sequeira.

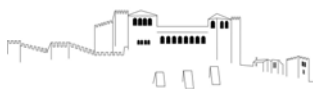
Dou a palavra ao senhor deputado Manuel Antunes.

DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, vou pedir-lhe a sua benevolência para o que vou dizer porque não tem que ver com a discussão do orçamento, embora possa ter impactos orçamentais.

Excetuando o devido respeito que tenho pelas pessoas que disseram que não iam ao almoço – como foi o caso do senhor deputado Pedro Biscuais, que o declarou claramente – devo dizer que quando recebi a informação de que íamos ter o almoço, achei que era errado e não respondi logo por isso. Mas depois de um *"aconselhamento de almofada"* achei que, apesar de tudo, era capaz de ter algum mérito. Depois de ter lá estado, chamou-me a atenção - e foi o senhor Presidente da Câmara que me chamou a atenção – para a heterogeneidade de composição das mesas, com pessoas de diferentes bancadas a confraternizar. Acho que valeu a pena! Queria aproveitar esta oportunidade para agradecer, em nome pessoal e – certamente – em nome da minha bancada, a excelente ideia. Acho que, apesar de tudo, o orçamento da Câmara (provavelmente) não vai perder muito e o resultado final deu-lhe um rácio de custo/benefício significativo.

Muito obrigado.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor deputado só tinha pedido a palavra para isso?

Então não vou intercalar ninguém pois não faz sentido.

Senhor deputado Pedro Faria, por favor.

DEPUTADO PEDRO FARIA (PSD)

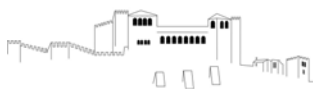
Pedro Faria, PSD.

Sobre o orçamento camarário proposto para 2012, não posso deixar de começar por comentar – como já aqui o fiz há dois anos atrás – o facto de este orçamento incluir, no lado das receitas, rubricas de concretização muito pouco certa, o que poderá (com grande probabilidade) desvirtuar a sua real execução, provocando assim um fosso entre o orçamentado e o efetivamente realizado.

Só retomo a questão por esta ter sido, por muitos anos, um verdadeiro *“cavalo de batalha”* do Partido Socialista – enquanto oposição – quiçá, à falta de outros argumentos. Usaram, na altura, acusações fortes e muito sentidas... que esta prática cavava abismos, desvios chocantes, atitudes masoquistas, inaceitáveis, incompreensíveis, etc. Agora, que já vamos no terceiro orçamento desta nova maioria, não se vislumbram alterações no método, confirmando que este formato se deve às exigências do POCAL - conforme aqui foi referido vezes sem conta pelos executivos anteriores – ficando pois demonstrado quão absurdas e descabidas eram essas críticas.

Regista-se, de qualquer forma, como positiva uma redução global na despesa de cerca de treze milhões de euros, em grande parte consequência da redução de projetos financiados pelo QREN. Destas receitas, de concretização duvidosa, destacaria a venda do famoso topo norte do estádio, a que se atribuiu o valor de vinte e quatro milhões de euros. Nada a dizer quanto à justeza de se contemplar esta eventual receita, que vem embelezando orçamentos há mais de meia dúzia de anos e, nos tempos que correm, não será de fácil concretização. Recordo, aliás, que de momento – naquela zona – só pode haver atividades ligadas ao desporto. Será necessário aprovar um plano de pormenor (específico para aquela zona) para que possa haver ali outras atividades. Enquanto esse plano de pormenor não estiver aprovado – e já lá vão pelo menos alguns dez anos – muito dificilmente aquele edifício poderá ser vendido.

Outro item para que chamo a atenção é a receita proveniente de rendimentos de propriedade – de doze milhões de euros – correspondentes á receita previsional

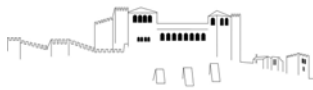


com a eventual concessão dos SMAS de Leiria, sem que se perceba como se chega a este valor.

Só aqui, nestes dois valores eventuais, temos mais de um terço da receita prevista... o que diz tudo.

Ainda neste capítulo das receitas previsionais, chamo também a atenção para a renda da concessão com a EDP, no valor de três milhões, cento e vinte e sete mil euros. Este valor (há que ter isto presente) sendo, sem dúvida, um direito que a Câmara tem o privilégio de exercer, recai – na realidade – sobre todos nós. A EDP irá, naturalmente, repercutir esse valor nas suas faturas, castigando assim o consumidor individual e criando acrescidas dificuldades às empresas, que vêm assim a sua fatura energética aumentada. Assim, temos que olhar para este valor. Os orçamentos camarários e as grandes opções do plano refletem a política própria de cada Câmara e as suas prioridades, aqui pouco perceptíveis, e não me vou agora debruçar sobre elas. Gostaria, no entanto, e sem qualquer pretensão de ser exaustivo, de ser esclarecido quanto a algumas despesas que mais me chamaram a atenção:

- Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho – novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e trinta euros (praticamente um milhão de euros). Não são postos de trabalho a mais?
- Encargos de cobrança de receitas – setecentos mil euros. Para um engenheiro, é difícil perceber... de que se trata?
- Aquisição de terrenos – trezentos e dezoito mil euros. Que terrenos são?
- Aluguer de viaturas – duzentos e vinte mil euros. É muito aluguer!
- PDM de Leiria, revisão – cento e oitenta mil euros. Não é que este valor, em absoluto, seja excessivo. Mas se pensarmos que quando saí da Câmara – há dez anos atrás – esta revisão já estava feita e terminada, sendo que as posteriores correções advêm (tão só) de alterações nacionais, nomeadamente da REN, não se percebe bem porque ainda são necessários mais cento e oitenta mil euros. Isto para não falar que, pelas promessas eleitorais do Partido Socialista – neste capítulo – estes, logo que chegassem ao poder, punham de imediato o PDM cá fora, coisa que os incapazes que lá estavam antes não tinham conseguido fazer. Onde está esta vossa apregoada e extraordinária eficácia?
- Bicicletas da cidade do Lis – quinhentos euros. Isto não dá nem para repor as roubadas! Será que é para deixar cair este projeto?



Não quero maçar mais os colegas porque ainda temos muitos pontos, mas ficaria a aguardar e agradecia os esclarecimentos pertinentes a estas questões.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor Presidente da Junta do Arrabal.

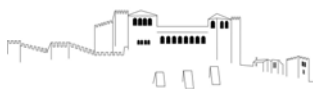
DEPUTADO ARLINDO PEREIRA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE ARRABAL)

Muito boa tarde.

Arlindo Pereira, Presidente da Junta do Arrabal.

Pelo terceiro ano consecutivo participo nas reuniões, convocadas pelo senhor Presidente da Câmara, para elaboração do orçamento. Ora, nestas reuniões limitamo-nos a ouvir dizer pelo senhor Presidente que não há dinheiro e que não pode inventar receitas. Nestas reuniões, o senhor Presidente nunca se mostrou interessado em saber, da parte dos Presidentes de Junta, quais eram as necessidades das suas freguesias para as poder considerar no orçamento. Nesta última reunião, o senhor Presidente disse apenas que ia manter as delegações de competências – o fundo municipal de delegação de competências – e apoio técnico e multiplicar por quatro a verba de setecentos e cinquenta mil euros prevista no orçamento deste ano (2011), prevista para pavimentos. Portanto, para o ano que vem vamos ter três milhões de euros de alcatrão. Não se preocupou em saber se era alcatrão que as freguesias precisavam ou se era outra coisa! Foi preciso um Presidente de Junta perguntar se parte desta verba poderia ser utilizada para outros fins, tais como condutas pluviais, passeios, valetas... sugestão que foi aceite. Podemos fazer várias análises deste assunto. Como este ano não foi aplicado nem um metro de alcatrão, quatro vezes zero é igual a zero! Mas podemos analisar de outro modo: os setecentos e cinquenta mil euros previstos para o ano de 2011 serão aplicados, eventualmente, em 2012; e os três milhões de euros previstos para 2012 serão aplicados em 2013 que, por coincidência, é ano de eleições. Só acredita em coincidências quem quer... eu, pessoalmente, não acredito.

O que acho verdadeiramente estranho é que no documento que está hoje em análise estão inscritas um conjunto de obras - espalhadas pelo concelho – que não foram referidas durante a dita reunião. Nada tenho contra as ditas obras, bem pelo contrário! Estou completamente solidário com os Presidentes de Junta que



conseguem levar *"a água ao seu moinho"*, mas não consigo entender qual o critério desta Câmara... são dois pesos e duas medidas e facilmente concluo que para além das reuniões oficiais, com todos os Presidentes de Junta, que eu denomino de *"reuniões fantoche"*, há reuniões oficiosas onde só vão alguns Presidentes de Junta e para as quais a Freguesia do Arrabal nunca foi convidada. Por isso, pergunto ao senhor Presidente se para as futuras reuniões oficiosas tenciona convidar o Arrabal ou se vai, propositadamente - durante quatro anos - deixar o Arrabal de fora dos orçamentos da Câmara Municipal de Leiria.

Para além de tudo isto, o que me causa alguma perplexidade neste orçamento é a ausência de uma política integrada de desenvolvimento sustentado de todo o concelho mas - antes pelo contrário - ser evidente (neste orçamento) uma política sectária que serve apenas alguns, aumentando as assimetrias e as desigualdades dentro do concelho. Como disse um ilustre cidadão da nossa terra, que por acaso era o ex-diretor da Segurança Social e ex-militante do Partido Socialista, e passo a citar *"esta é a pior câmara de sempre"*, fim de citação e acrescento: a pior câmara de sempre com o pior orçamento de sempre! Por estas razões, o meu voto só pode ser contra este orçamento.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Paulo Pedro.

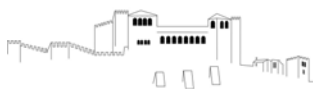
DEPUTADO PAULO PEDRO (PS)

Paulo Pedro, Partido Socialista.

Depois da anterior intervenção, ainda me falta o ar!

Começo por enunciar três razões que podem desvirtuar um orçamento:

- Os compromissos assumidos e não pagos;
- O tentar inscrever no orçamento – como durante décadas vimos e fui alvo disso – todas as obras solicitadas. E aqui um aparte... passei por situações em que obras entravam num ano, saiam no outro, voltavam a entrar e ainda hoje não estão feitas. E eram verbas avultadas! Não estamos a falar de obras calendarizadas, delineadas e, por isso mesmo, fazendo parte das grandes opções do plano. Esta situação de inscrever todas as solicitações acaba por desvirtuar completamente um orçamento. Isto aconteceu e era isto que criticávamos, sobretudo eu. Criticava a elaboração de um orçamento nesta base de tentar inscrever tudo o que era obra



que era solicitada. Esta sim... é uma maneira errada e um método de desvirtuar o orçamento que não é válido nem lógico.

- Por ultimo, a terceira hipótese de desvirtuar um orçamento - do meu ponto de vista, que não sou técnico e vai haver intervenções de técnicos que vão apresentar isto de uma forma muito mais conceituada do que a minha - é fazer obra inscrevendo-a e não a pagar no próprio ano.

Destas três, aquela que se acha negativa - e que sempre se criticou - foi o facto de se tentar inscrever tudo aquilo que era solicitado. Isso sim... é negativo. Penso que não é isso que acontece com este orçamento. O facto é que a diminuição, quer da despesa quer da receita, demonstra - claramente - a tentativa de otimizar o orçamento. Nós sabemos que não é possível otimizá-lo pois existem compromissos assumidos e não pagos - vinte e sete milhões de euros - que representam (provavelmente) trinta e qualquer coisa por cento das grandes opções do plano, o que condiciona completamente a elaboração de um plano e orçamento. Temos um serviço de dívida que também, só por si e para este ano, é de cerca de oito milhões de euros e também ele vem acabar por desvirtuar o orçamento. Mas há aqui aspetos muito positivos. Penso que as transferências que habitualmente se faziam para as freguesias não sofreram alterações significativas e, pelo contrário, até parece que ainda vão aumentar. Isto é muito positivo e as freguesias têm de se congratular com este facto. Quando da parte do FFF houve reduções muito significativas - nalguns casos - penso que se a Câmara fez este esforço para manter as transferências das responsabilidades para as juntas e das respetivas verbas (se manteve esses métodos e esses valores), tal é muito positivo.

De referir ainda a importância do investimento que está inscrito em termos de centros escolares/centros educativos. É realmente uma prioridade que - quanto a mim, se vai refletir no futuro - e vai trazer mais-valias claramente para toda a nossa população estudantil. De referir que muitos deles estão inscritos com verbas diminutas mas penso, que isto sim, se deve a um planeamento em termos de curto, médio e longo prazo. Portanto, vamos ter esperança que todos eles sejam realizados com o planeamento que está instituído.

Um forte investimento em estradas: todos sabemos que há estradas degradadas, a Câmara fez um esforço muito grande, para incluir uma rubrica (relativamente bem dotada) para este fim e eu, contrariamente ao Presidente da Junta do Arrabal, espero que seja para efetuar durante o ano de 2012.



Deixem-me referir ainda a aposta clara em obras que têm apoios comunitários. Acho que é importante esta priorização, o facto de hoje se dar prioridade e da Câmara estar a dar muita prioridade - neste plano e orçamento - a obras que têm comparticipação financeira comunitária, o que é uma mais-valia. Claro que não é o melhor plano e orçamento mas, dentro de todas estas condicionantes, dou os parabéns à Câmara Municipal pelo orçamento pelas grandes opções do plano que apresenta hoje aqui.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Ana Paula Silva.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Muito boa tarde.

Ana Paula Silva, eleita pelo PSD.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e senhores secretários, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e senhores vereadores, excelentíssimos senhores deputados, excelentíssimos concidadãos, excelentíssima comunicação social.

A todos muito boa tarde.

Gostaria de vos ter dado um sonoro bom dia mas as coisas atrasaram-se. Eu trazia algo para projetar, mas dado que o único computador que tem sinal para o retroprojetor é o do senhor Presidente, eu achei abusivo pedir-lhe. Fica para a próxima. Penso que seria uma anotação à Mesa, a de haver pelo menos um computador que todos nós pudéssemos usar quando for necessário.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Mas aquele computador está disponível. Eu tinha-lhe dito isso.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

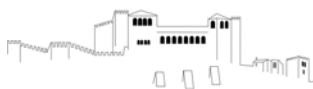
Eu sei. Achei abusivo da minha parte pedir-lhe. É uma opção minha e sem discussão!

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Dá-me licença que interrompa senhora deputada? Só para esclarecer esta Assembleia que eu lhe disse que podia fazer a projeção.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Por isso refiro que é uma opção minha.



Este orçamento, à semelhança dos últimos dois, continua num registo desfasado da realidade que nos rodeia e deserto de qualquer pensamento social. Desfasado da realidade que o país atravessa e os portugueses vivem... e Leiria e os leirienses não são (infelizmente) exceção à regra. Deserto de qualquer tipo de pensamento social porque, manifestamente, não reflete nenhuma preocupação e muito menos define qualquer espécie de prioridade com a qualidade de vida dos leirienses. É, no meu entender, um orçamento condicionado pura e simplesmente pela necessidade de cumprimento de um ritual que a lei exige. É, mais uma vez, eventualmente – e estou em crer que sim – *para colocar na gaveta e navegar à vista* como foi o do ano que agora finda.

Como exemplo disto (trazia a tal informação para projetar) atentei na informação disponibilizada num *site* chamado www.despesapública.com. Este *site* dá-nos uma ideia de tudo o que é ajustes diretos e contratação pública de todas as Câmaras Municipais, afins e instituições em Portugal. Pelo gráfico, que os senhores deputados não conseguem ver, que vou tentar explicar... pelo gráfico e pelo quadro diz-nos aqui que em 2010, os valores contratados foram de nove milhões e duzentos e setenta mil euros; em 2011, seis milhões cento e quarenta – até à data de catorze do corrente mês. Para além disso, e porque é impossível que vejam, os picos mais altos atingidos foram, por exemplo, em Agosto de 2010, num valor de dois vírgula cinco milhões de euros. Em contrapartida, em 2011, tivemos um decréscimo para um milhão e meio de euros. Devo salientar que nesta informação disponibilizada não estão contabilizados os subsídios atribuídos, os protocolos estabelecidos e as transferências para as juntas de freguesia, nos seus vários âmbitos e protocolos. Mas, em abono da verdade, tem que se dizer que estão as AEC´s, os transportes e as refeições.

De 2010 para 2011 houve um decréscimo de cerca de 30%, isto é, três milhões, cem mil setecentos e noventa e três euros. Face ao que vimos, existem ainda vinte e sete milhões que estão por aí perdidos.

Com este exercício, tentei exemplificar porque é que este orçamento para 2012 também é – para mim – uma falácia, à semelhança dos anteriores. É que este já é, ou deveria ser, praticamente (todo ele) da responsabilidade deste executivo. Também compreendo que ainda há obras em curso. Estão contempladas? Vejamos alguns exemplos – que foi o que mais me importou – para tentar encontrar o fio condutor daquilo que foi o orçamento de 2011, para tentar perceber o orçamento



que hoje nos é apresentado para 2012. Vi alguns exemplos onde o dinheiro foi gasto. Pelo menos para mim, foi incompreensivelmente gasto muito dinheiro. Mesmo que as obras que estejam cabimentadas e aqui apresentadas tenham, efetivamente, fundos comunitários, mesmo assim – senhor Presidente, e o senhor sabe disso ou pelo menos deveria saber – há muita despesa feita de que não haveria necessidade de a ter feito. Tenho vários exemplos de várias situações que tirei do site e referentes a 2010, que foi pouco. Em relação a 2011, também lá fui buscar muita informação – saber de onde vem e para onde foi – e a minha pergunta subsiste, para tentar perceber – senhor Presidente – se este orçamento para 2012 tem exatamente o mesmo rumo que o de 2011.

Porque é que se gastou tanto dinheiro em novos sistemas informáticos?

Porque é que se gastou tanto dinheiro em novos e diversos tipos de mobiliário, nomeadamente para os Paços do Concelho?

Porque é que se gastou tanto dinheiro em consultadoria, pareceres e afins?

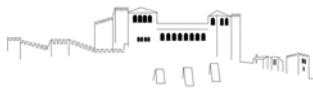
Porque é que se gastou tanto dinheiro em estudos e projetos? E por falar em projetos, a Câmara não tem um departamento de projeto? Dir-me-ão que há especialidades que não podem ser feitas, mas porque é que se recorre tanto ao exterior e não se tenta recapitalizar aquilo que se tem dentro? Formação ou, então, se as pessoas não têm competências, não será de preencher essa lacuna? Não se pode contratar... todos sabemos isso. Mas à semelhança do que ultimamente tanto tem sido feito na Câmara – e que é do conhecimento público – não se poderá nomear para trabalhar, em vez de apenas assessorar? Acho que valia a pena pensar nisso.

Como é possível gastar-se tanto dinheiro em animação cultural, em programação para os teatros, em aluguer de audiovisuais?

Como é possível gastar-se tanto dinheiro em divulgação e produção cultural?

Porque se gastou tanto dinheiro relacionado com o castelo? É certo que está cabimentada e tem fundos comunitários mas, mesmo assim, a parte percentual que corresponde à Câmara... é muito dinheiro! Não vale a pena dizerem-me que vem de trás! Eu estou aqui agora, mais nada!

Porque se gastou tanto dinheiro? Como foi possível, por exemplo – este, para mim, foi crasso – gastar-se setenta e cinco mil euros no nosso saudoso escudo, quinze mil contos na animação de jantares dados no castelo de Leiria, quando depois, ao fazer o cruzamento da informação... desculpem, deixam-me acabar? Posso?



Esta é a minha análise. Não estou preocupada com as obras e já vos vou dizer o que me preocupa! Foram setenta e cinco mil euros... há situações no concelho que com pelo menos um terço deste valor poderiam ser colmatadas.

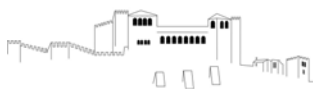
Porque é que se gastou tanto dinheiro em termos de cultura? É por aqui que o executivo quer seguir em 2012? Nada tenho contra a cultura... o ditado é velho "*Nem só de pão vive o homem*" mas este só se pode aplicar quando, efetivamente, o pão abunda, embora migalhas também sejam pão. Neste momento não é o caso... por isso estou em crer que o senhor Presidente tenha andado um pouco distraído com alguns pelouros que atribuiu, ou por excesso de confiança ou por insuficiência de fiscalização. Não consigo compreender como se permite uma situação destas no difícil contexto social e financeiro em que vivemos, acrescido do facto – que é real e ninguém o nega – de sistematicamente nos dizerem que a Câmara está numa situação financeira difícil.

Só pergunto... é este – senhor Presidente – o rumo ou o desnorte que vamos seguir para o próximo ano?

Traçando e tendo feito – transversalmente – toda a análise de que fui capaz de fazer, é notório que este executivo não conseguiu nem vai conseguir definir/objetivar um rumo e traçar um plano estratégico ou uma estratégia de atuação, ainda que apenas para a pequena parte do orçamento que é gasto em investimento público no concelho. Acredito que a generalidade dos eleitos – em todas as Câmaras do país – tem muito boas intenções. Haverá exceções, mas essas apenas confirmam a regra que enunciei. O que se pretende de qualquer executivo é que, através do instrumento orçamento, consiga demonstrar qual o caminho que pretende dar ao investimento a fazer no concelho. Em Leiria... não é o caso.

Sei que muitos de vós estarão já a pensar na difícil situação financeira encontrada, mas já todos coincidimos em que sabendo todos como estava,urgia fazer do orçamento um documento credível, um documento que espelhasse o que se pretende fazer e permitisse à oposição dar o seu contributo.

Apesar de no orçamento a receita apresentada ser agora de apenas noventa e seis milhões (mais coisa menos coisa), continuamos a anos-luz de um documento de quem quer que seja que nele pegue possa perceber o que vai ser feito e onde se aposta. Andamos sempre a discutir situações pontuais de uma forma descabida e apressada, visando somente a angariação de dinheiro no imediato, mesmo que



para isso se tenha que hipotecar o desenvolvimento sustentado do concelho e o bem-estar futuro das novas gerações.

A leitura do documento por mim já citado – o da contratação – e ao qual recorri para tentar encontrar um fio condutor do rumo deste executivo e neste orçamento, ainda me deixou mais preocupada. Com isto quero dizer que por muito que eu quisesse vir aqui dizer que não estou de acordo ou que façam desta ou daquela maneira, não o consigo fazer. Nem a execução passada me permite nem a que agora nos apresenta me permite entender as opções que foram tomadas para 2012 e muito menos aquelas que foram tomadas para 2011. Aliás, face ao exposto nos quadros e gráficos que analisei, conclui que este exercício mental não valia a pena. Porquê? Porque já nada será ou nada será o que agora se pretende dizer. Nos últimos dois anos, ao contrário do que o grupo do PSD propôs, entendeu o senhor Presidente que os habitantes do concelho de Leiria podiam dar o caminho que lhes aprovesse à cota de IRS que cabe à Câmara, isto é, devolveu-a aos contribuintes. Não consegui perceber – senhor Presidente – retirou esse 1%? A Câmara voltou a ficar com ele? É que se não voltou... pergunto-lhe: desta feita não é assim porquê? A situação financeira da Câmara agudizou-se? Ou terá sido a dos portugueses que melhorou e já não precisam? É que se esse valor voltou à Câmara estamos, de facto, perante um episódio que até politicamente podia dizer que se tivesse seguido o nosso conselho... agora, em que o mar está tão encapelado, o senhor Presidente podia dar, neste contexto de crise social e financeira que afeta tanto as pessoas, uma lufada de ar aos contribuintes. E já agora – senhor Presidente – se esse 1% voltou para a Câmara, onde é que o vai afetar? Onde é que o afetou? Terá sido à ação social?

Lamentavelmente, não vejo espelhado neste orçamento a mais pequena preocupação com o bem-estar e a qualidade de vida da grande maioria dos leirienses e, em especial, daqueles que neste momento – por força das circunstâncias – possam estar desempregados e os seus agregados familiares a passarem dificuldades da mais variada ordem, inclusive nos bens mais essenciais. Este executivo teve a preocupação de, junto dos agrupamentos escolares ou das juntas de freguesia, fazer um levantamento das famílias e das pessoas com crianças e jovens a seu cargo que estejam a passar dificuldades, sobretudo de carência alimentar? Foi feito esse rastreio? Se sim, e se foram detetadas situações dessas, a Câmara disponibilizou-se para fornecer, pelo menos, uma refeição às



crianças e a esses jovens, mantendo as cantinas escolares abertas para esse efeito - durante o período de férias – à semelhança do que outras Câmaras têm feito pelo país? Ou não houve essa iniciativa? Outra pergunta – porque também não vejo nada nesse sentido e neste documento que me dê resposta – a Câmara teve o cuidado de aferir, junto do IFP, não o que está no relatório de atividades (que esse eu também vi) mas a quantidade de pessoas que, no concelho de Leiria, estão desempregadas mas que gostavam e queriam proceder à criação do seu próprio emprego. A Câmara teve essa preocupação? De verificar esse tipo de pessoas e de estudar um plano ou um programa que lhes pudesse permitir, com alguns incentivos (não falo em dinheiro) de fixação dessas pessoas no concelho?

Senhor Presidente, tantas e tantas iniciativas - a bem das pessoas e a bem do concelho – que este orçamento podia espelhar se houvesse um eficiente traçado de prioridades e uma rigorosa gestão dos dinheiros!

Termino dizendo-lhe, senhor Presidente, que os seus esclarecimentos são fundamentais para permitir dizer o que estamos aqui, hoje, a fazer. Mais uma vez, se não é pura perda de tempo.

Senhor Presidente, permita-me ser oposição. E digo que o faria de forma construtiva se verificasse que este executivo tinha um rumo de desenvolvimento sustentável para o concelho e uma preocupação com as suas gentes. Mas sabe... estar aqui assim é como estar num deserto... e de tal forma que nem sequer uma oposição (politicamente pura e dura) na discussão de projetos concretos, reais e sobretudo credíveis para o desenvolvimento do concelho... eu posso fazer ou se pode fazer, quanto mais – senhor Presidente – fazer-se uma oposição construtiva.

Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

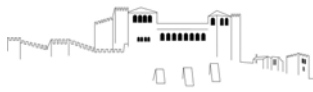
Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Bajouca.

DEPUTADO HILÁRIO ESTRADA (PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BAJOUCA)

Boa tarde.

Hilário Estrada, Presidente da Junta de Freguesia de Bajouca.

Não venho aqui fazer uma análise, nem ao plano nem ao orçamento, porque não tenho capacidade para o fazer. Depois de consultar os documentos compreendo perfeitamente as dificuldades da Câmara e nós – Juntas – ainda que fossem



executadas todas as obras que temos previsto nas nossas freguesias, seria sempre pouco. Este orçamento não vai (claramente) ao encontro das necessidades das freguesias ou, pelo menos, da minha em concreto. Contudo, não deixo de dar uma nota, dizendo que neste aniversário da freguesia vou fazer a divulgação das atividades da Junta de Freguesia nestes últimos dois anos. Pretendo sobretudo informar os bajouquenses quanto aos investimentos previstos para os próximos dois anos. Trata-se de uma questão de princípio, de transparência. Gosto de ter as pessoas da Bajouca informadas pois que elas contam comigo para defender os seus interesses, assim como eu conto com elas para colaborarem sempre que é preciso. Congratulo-me com o facto de – nas opções do plano – estarem previstos setecentos mil euros com vista à construção do centro educativo da Bajouca, para o próximo ano de 2012. Os meus agradecimentos por isso.

Senhor Presidente, fique com a certeza de que não me irei esquecer de o convidar para o lançamento da primeira pedra desta obra, que há tanto é esperada na Freguesia da Bajouca e que as suas crianças tanto merecem.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Boa tarde.

Este orçamento está fortemente condicionado pela conjuntura económica do país, na verdade.

A proposta de orçamento do Município de Leiria para 2012, não dá garantias de que várias opções aqui apresentadas sejam concretizadas, pela redução das verbas e por outros motivos. O que se pretende é mais uma vez um quase cheque em branco para que depois a maioria possa fazer o que muito bem entende.

Por outro lado, é uma proposta que - claramente - no que respeita a repartição do investimento, favorece determinadas zonas. É uma proposta que consubstancia a partidarização da gestão do território.

Este é o orçamento que mais uma vez – e entre outras opções - não tem consagrado um plano de reabilitação das degradadas vias rodoviárias municipais - uma coisa é a Câmara assumir, outra coisa é fazer delegação de competências para as Juntas de Freguesia - como já aqui propusemos; o orçamento que demonstra de



novo que não se quer resolver o grave problema com a requalificação urbana da maior freguesia da cidade e do município - a Freguesia dos Marrazes; o orçamento que não quer fazer avançar o parque industrial de Monte Redondo, apesar de inscrito todos os anos nas opções do plano; o orçamento que já está determinado pela privatização dos Serviços Municipais de Água e Saneamento; o orçamento que não avança com as Salinas da Junqueira (sem dotação adequada); o orçamento que remete o Centro Cultural dos Marrazes para as calendas – a verba que está inscrita não é para avançar; o orçamento que se esquece da necessidade de uma zona industrial, ordenada e qualificada em Ponte da Pedra, onde estão sediadas várias unidades.

Finalmente, este é o orçamento que integra a ideologia do corte nas despesas com o pessoal - cortes cegos - que não tratam da eficácia e qualidade do serviço prestado, mas apenas lançar mais gente no desemprego.

Estes são, mais uma vez, maus instrumentos previsionais que só podem merecer a nossa reprovação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

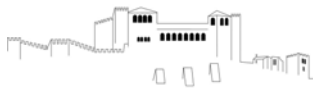
Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Relativamente a este orçamento, nós gostaríamos de dizer que vemos com muito agrado que apareça com algum realce aquela parte da rubrica que respeita aos compromissos a pagar. É algo que queremos salientar porque é de bom-tom que quem assume responsabilidades – e estamos a falar no plano institucional – que cumpra os seus compromissos e que pague, ao contrário de alguns que pensam que as dívidas não são para pagar. Neste caso concreto, temos aqui uma atitude de alguém querer honrar os seus compromissos. Isso, para nós, é importante... principalmente quando grande parte desses compromissos respeitam às rubricas da educação e dos transportes, que são – efetivamente – importantes na vida do município.

No que respeita às chamadas pequenas opções do plano – porque de grandes opções do plano vemos pouco – diz-se, na página sete, que o orçamento pretende trazer valor ao concelho. Enfim... é uma intenção. Mas não se percebe qual é o valor porque nada se diz como fundamento em relação às opções que estão



rubricadas (digamos assim), que estão engajadas em cada rubrica do orçamento e das opções, ou seja, não se percebe – sob o ponto de vista de estratégia de fundo do município – quais são as razões que levam a optar por maior ênfase nesta rubrica ou naquela.

Na página nove refere-se que o documento das grandes opções do plano se afirma como impulsionador de projetos. Nós não visualizamos – neste documento – esses projetos, não sabemos se serão alguns desses misteriosos hipotéticos projetos que andam aí, de investimentos que andam por aí já a ser anunciados mas, no documento em si, não conseguimos visualizar quais são esses ditos projetos de que este documento servirá como impulsionador.

A nível dos parques industriais, que era algo que as nossas empresas no concelho precisam rapidamente, para se poderem organizar para dar resposta aos grandes desafios que têm pela frente. Sobre essa matéria fica um imenso deserto.

Este orçamento é também um orçamento de uma certa desilusão. Não trás nenhum rasgo ou perspectiva de desenvolvimento sustentado. É talvez, olhando desde o tempo em que o senhor Presidente da Câmara tomou posse e até hoje, Leiria não tem grandes rasgos em termos de estratégia de desenvolvimento. Estamos efetivamente num tempo de "*marcar passo*". E é também um orçamento de ilusão. Inclusivamente nesta questão de receita que se prevê para o topo norte, dos vinte e tal milhões que estão inscritos, mistura-se esta questão com a extinção da Leirisport. Sinceramente, não sei exatamente do que é que estamos a falar porque a Leirisport nada tem a ver com a venda do topo norte. Isto é estar a misturar o que não é misturável, é estar a querer misturar o que é uma política desportiva com uma receita de venda de um imóvel. Portanto, há aqui várias ilusões nesta matéria.

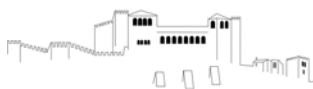
Acima de tudo, aquilo que quero sublinhar é que este é um orçamento de preparação de um ciclo eleitoral. Prevê-se que venha aí a festa do alcatrão e haverá – no meu entender, até bem – uma ênfase na educação, que é sempre bem-vinda. Face à conjuntura económica, ficamos sem saber se isto não será uma forma de o senhor vice-Presidente da Câmara caprichar no próximo ciclo político.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado António Sequeira.



DEPUTADO ANTÓNIO SEQUEIRA (PS)

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores membros da Assembleia Municipal, senhoras e senhores vereadores, senhores jornalistas, minhas senhoras e meus senhores.

Vou começar por desejar, se tal não for considerado ironia, um bom natal e um bom ano para todos, que não vai ser fácil pelas razões que todos conhecemos.

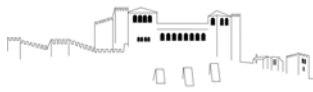
Falando depois de já terem usado da palavra alguns dos senhores deputados, vejo-me na conveniência de responder à minha amiga Ana Paula Silva, que sei que não se vai zangar com as minhas palavras porque sei que também tem sentido de humor - até somos amigos no facebook – e sei que aceita estes remosques (digamos assim) com sentido de humor.

Falou aqui nalgumas situações que são mais da apresentação de contas do que propriamente do orçamento. Quando falou nos serviços de *outsourcing*, nas despesas de consultadoria, da produção cultural – e aí já não me agradou tanto – e prometo-lhe uma coisa: não agora porque não é a altura nem tenho elementos para isso, mas tenho cá um sexto sentido de que vou conseguir mostrar-lhe o que se passou - em comparação com os mandatos anteriores e este que está a decorrer - com o *outsourcing*, com a consultadoria e com a produção da propaganda cultural. Vamos deixar para o mês de Abril, porque será nessa data a oportunidade para se discutirem esses assuntos.

Em relação à pergunta que fez ao senhor Presidente da Câmara – e aqui é que digo que vou brincar um pouco – sobre o que é que ele vai fazer ao 1% do IRS... se ele não lhe responder, eu (como estou mais perto dele) vou conseguir que ele responda e depois digo-lhe. Entretanto, como a senhora está muito mais perto do PSD que eu, veja se consegue saber o que é que vão fazer a metade do meu subsídio de natal e aos meus dois subsídios do próximo ano. Depois, então, trocamos essas informações um com o outro, está bem?

Vou então iniciar a minha intervenção propriamente dita. Agradeço a vossa atenção e a desculpa se ela for mais comprida do que é habitual. Mesmo assim, vou tentar ser rápido.

Relendo as intervenções que por esta altura fui produzindo ao longo dos anos, desde o início do mandato anterior e sobre o assunto principal que motiva as assembleias de Dezembro, reconheço que fugi frequentemente à essência do ponto agendado - que é a apreciação do Plano e Orçamento para o exercício seguinte.



O que fui fazendo foi muito mais uma análise à situação financeira da câmara e uma crítica acérrima à filosofia subjacente à elaboração do orçamento.

Como bem se lembram o meu "*cavalo de batalha*" foi sempre o despudorado empolamento das incertas receitas, para cobrir as supostas despesas, que mais não eram do que promessas incumpríveis.

Invoquei até à exaustão o rigor que se exige a um orçamento, seja ele de que organização for, não só por imposição de carácter técnico, mas também para conferir credibilização a esse documento, neste caso por parte dos autarcas e municípios.

Disse-se, e repete-se, que o orçamento deve constituir um referencial, que permite balizar o desenvolvimento da economia municipal, manter o rumo ou infletir as políticas, em função do desenvolvimento das contas.

Como a generalidade dos orçamentos de 2006 a 2010 enfermavam do vício enraizado de elencar promessas e depois ficcionar receitas para as cobrir algebricamente, deixei dito por várias vezes que um documento orçamental não credível, induzia a tornar inútil a discussão na especialidade do Plano subjacente aos orçamentos.

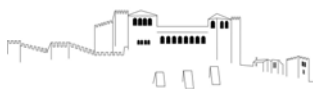
Perguntava-se que sentido fazia discutir a distribuição de montantes que se sabia não viriam a estar disponíveis.

Com uma manta tão curta para cobrir uma cama tão grande, quem ficava com o poder discricionário – e esta também era uma crítica - de tapar uns e deixar outros a descoberto não era com certeza esta Assembleia, como lhe compete.

O primeiro orçamento apresentado por este elenco camarário, sessenta dias após a sua tomada de posse, inscrevia do lado da receita a cifra de cento e vinte e sete milhões de euros, quando os valores conhecidos da receita até então, apontavam para uma realidade de cerca de metade desse valor.

Embora tivesse reconhecido que, face aos compromissos de anos anteriores, se tornava difícil diminuir instantaneamente o montante do orçamento deixei, na oportunidade, bem clara a minha obstinação em relação a esta matéria, manifestando uma forte expectativa em relação aos próximos orçamentos.

Senhor Presidente da Câmara, senhores deputados. É com satisfação contida que constato que a voz do bom senso, protagonizada por muitos de nós, de todos os quadrantes políticos representados nesta Assembleia, foi ouvida e começa a ser visível.



Num universo de pelo menos sete orçamentos, este é o primeiro abaixo dos três dígitos.

Como hoje - em termos de orçamentos - se fala muito em gorduras, permito-me afirmar que o orçamento da Câmara Municipal de Leiria não está com o peso ideal mas saiu já do âmbito da obesidade mórbida.

Nos anos do passado mandato, os orçamentos de 2006 a 2009 (inclusive) variaram entre os cento e sete e os cento e vinte e seis milhões de euros, logo com uma média de cento e dezanove milhões de euros.

Em 2010 foram os já referidos cento e vinte e sete milhões de euros, que em 2011 caíram para cento e oito milhões, ou seja, menos 15% que no ano anterior.

Para 2012 estamos a apreciar um orçamento de noventa e quatro milhões, que corresponde a uma redução de 13% num ano e, no agregado dos três orçamentos deste mandato, constata-se um decréscimo de trinta e três milhões de euros, que correspondem a uma significativa queda de 26%. Face a estes números que acabei de dizer e estas percentagens e esta evolução, só posso tomar as palavras do senhor engenheiro Pedro Faria como uma autocritica que aprecio.

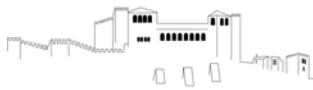
Foi isto que já foi conseguido e para a satisfação ser plena, incentivo este elenco camarário a prosseguir este ritmo, que nos pode levar a estarmos aqui, em 2012, por esta mesma altura natalícia, a discutirmos ao pormenor um orçamento de cerca de oitenta milhões de euros, ou até um pouco menos.

No meu entendimento este será o nosso *"break-even point"*, o ponto de equilíbrio desejável, para podermos finalmente dispor de um documento previsional fiável e credível, como o são os orçamentos de muitas autarquias e o é o orçamento do estado português.

Acredito que se vá conseguir, pois sei que é essa a vontade da maioria que governa esta Câmara.

Passando a dispor de um documento plausível, deveremos assentar a análise crítica em função do nosso sentido de justiça em relação às prioridades do Plano, nas nossas sensibilidades e nas nossas convicções, pois elas (no fundo) encerram as opções políticas que nos distinguem e simultaneamente nos unem na defesa do bem comum.

Antes de passar a uma análise mais fina do documento que estamos a apreciar, uma palavra para o relatório da proposta do orçamento que nos foi facultado.



Ele revela - na forma e no conteúdo - um enorme salto qualitativo em termos de transparência, quantidade e qualidade de informação, de enquadramento no ambiente económico, e especialmente em termos de rigor, constituindo uma peça com forte componente pedagógica que facilita a compreensão dos pressupostos que norteiam a elaboração do documento e do seu enquadramento legal.

Temos perante nós - na minha modesta opinião - um trabalho do qual os serviços que o elaboraram se podem orgulhar.

No capítulo dedicado à receita, enunciam-se os princípios legais e prudenciais que explicam e justificam a formação deste agregado.

Os impostos, as transferências e os rendimentos de propriedade, constituem a grande fatia das receitas correntes.

Os impostos foram orçados pela média aritmética dos montantes cobrados nos últimos vinte e quatro meses, como aqui (aliás) já foi referido.

As transferências do Estado, que representam só por si mais de um quarto da receita corrente prevista, mostram-se compatíveis com o que determina a proposta de orçamento do Estado para 2012.

O montante afeto à rubrica de rendimentos de propriedades é o mais aleatório pois a sua principal componente tem, inevitavelmente, carácter meramente previsional e tem a ver com a eventual concessão dos SMAS.

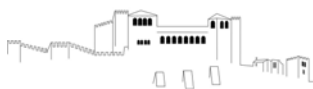
As receitas de capital têm como principal parcela a venda de bens de investimento, sendo a mais significativa a que prevê a alienação do topo norte do estádio. Todos nós sabemos que o cumprimento pleno deste plano está no êxito da concretização destes negócios. Não sabemos se se vão concretizar ou não.

O que sabemos é que a maioria que governa a câmara - e nós próprios aqui nesta Assembleia - demos, tempestivamente, os passos necessários para os propiciar.

Outros assim não o entendem... O tempo se encarregará de dar razão a quem a tiver e que cada qual, entretanto, assuma as suas responsabilidades.

Merece realce e parece-me muito acertado, o facto de, para a redução em 12% da despesa total prevista, contribuírem todas as rubricas, com exceção das transferências correntes, que englobam as transferências para as freguesias e as transferências para as instituições sem fins lucrativos.

Dos noventa e quatro vírgula seis milhões de euros da despesa, vinte e sete vírgula seis referem-se a compromissos transitados de exercícios anteriores ficando - portanto - o remanescente, cerca de sessenta e sete milhões para a gestão do ano



de 2012. Estou um pouco a repetir o que o senhor Presidente da Câmara disse pois nem ele me mostrou o que ia dizer, nem eu a ele o que ia escrever, pelo que não admira que haja algumas repetições.

Deste montante terão que sair as verbas para as despesas de funcionamento e compromissos fixos assumidos, que se elevam a mais de cinquenta milhões de euros. A margem de manobra é efetivamente muito exígua. A tal manta continua a ser pequena para tanto frio.

Estou convicto que esta Câmara vai conseguir distribuir com critério, com rigor e com equidade inatacável, aquilo que houver para distribuir.

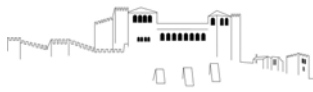
Nesta Assembleia devemos estar muito atentos, pois é fundamentalmente para isso que este órgão existe.

Por aqui me ficaria e terminaria a minha intervenção, se não tivesse ouvido referir, da parte dos senhores vereadores que fizeram declarações de voto, os "orçamentos de base zero", pelo que gostaria de deixar expressa a minha opinião sobre o assunto. Penso que é uma matéria muito séria, cuja utilização vai ser determinada por lei a breve trecho. Não é fácil e as coisas não são tão simples como, às vezes, querem fazer parecer.

As duas declarações de voto que foram produzidas pelos senhores vereadores, em relação a este plano, também referem este método. Tratando-se de pessoas com qualificações académicas sobre o assunto, merecem que se lhes dê a relevância que merecem.

Uma das preocupações do FMI – em todo o mundo e por onde tem andado - quando intervém num país, são os modelos de financiamento das autarquias locais, não sendo assim de estranhar que um dos trabalhos feitos em Portugal pela *Troika*, tenha sido a análise da forma como as autarquias são financiadas, concluindo-se que a norma é elaborar orçamentos com base nos gastos e nas receitas do ano anterior.

O FMI e o BCE querem que as autarquias passem a criar orçamentos de base zero, um modelo há muito defendido pelos partidos mais à esquerda do espectro político. Dizia-se mesmo na altura que a *Troika* faria depender o desbloqueamento do pacote de ajuda, da criação de legislação que obrigasse todas as autarquias (câmaras e juntas de freguesia) a adotar o dito orçamento de base zero. Este não é nenhuma novidade. É algo que apareceu nos Estados Unidos da América – há mais de quarenta anos – e que começou por ser inventado para uma célebre empresa



que todos conhecemos, das máquinas de calcular, a *"Texas Instruments"*, e que mais tarde criou alguma auréola de boa gestão àquele que veio a ser Presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carters, que era – na altura – governador do Estado da Geórgia e que o fez aplicar, então, às contas do seu Estado Federal.

O *Documento Verde da Reforma da Administração Local* faz eco desta imposição, frisando que é essencial caminhar para orçamentos de base zero.

A Associação Nacional de Municípios também vem corroborar esta tese e o seu Presidente, simultaneamente presidente da Câmara de Viseu - provavelmente para dar o exemplo - veio em fins do mês passado, anunciar que a sua câmara ia ter para 2012 um orçamento municipal de base zero para, segundo ele, e passo a citar *"remover com mais facilidade as gorduras"* das suas finanças.

Segundo a mesma notícia, Fernando Ruas mostrou-se adepto do modelo embora reconheça e transcrevo novamente: *"é difícil fazer orçamentos de base zero porque têm que estar criadas algumas condições, como ter poucas gorduras"*.

Este método de introduzir rigor, contenção e controlo dos gastos públicos, como disse há pouco não é nenhuma novidade e foi criado onde foi.

Chama-se à ribalta este processo sempre que há necessidade premente de conter ou reduzir a despesa pública e baixar o défice orçamental.

Baseia-se, "grosso modo" em não considerar na sua elaboração o histórico de receitas, despesas e até saldos de exercícios anteriores, apurar rigorosamente os meios de que consistentemente se vai dispor e depois hierarquizar a sua aplicação em áreas bem definidas, bem discriminadas e ao longo do ano controladas, cada qual de per si. Esta é a filosofia principal e a grande diferença do orçamento de base zero, relativamente aos orçamentos tradicionais.

Obriga à criação de uma equipa de controlo e acompanhamento permanente do desenvolvimento do orçamento, com autoridade para infletir no sentido de corrigir eventuais desvios. A aplicabilidade destes orçamentos às autarquias locais - e chamo a vossa atenção para esta parte da minha intervenção - com as especificidades que encerra a legislação da organização das suas contas e do desenvolvimento da sua gestão, é uma matéria que merece estudo e ponderação, na medida em que esta modalidade de orçamento não tem só vantagens e muito menos se pode encarar como panaceia para todos os males.

Permitam-me, no entanto, que deixe expressa a minha opinião favorável em relação à institucionalização deste tipo de orçamento, e face às dificuldades de o



implementar, aconselhar a hipótese de o ir adotando por fases, ou seja, num dos próximos exercícios, gostaria que fosse elencado - pelo menos um departamento da Câmara - onde experimentalmente se aplicaria o orçamento de base zero.

Dizia eu que a aplicação às autarquias locais merece estudo e na verdade isso já aconteceu no nosso país.

Tive acesso, e provavelmente outros de vós terão tido, a um ensaio sobre essa aplicabilidade, efetuado por um docente de gestão, de um estabelecimento de ensino superior do nosso país e nele me irei suportar para, muito sucintamente sublinhar as principais virtudes, mas também dificuldades – para as autarquias que este método encerra.

Como ponto prévio, dizer que o processo só funciona se houver uma perfeita segregação de funções e identificação de cada responsável de cada área de competências bem definida, capazes de calcular com rigor quanto e como pretendem gastar das verbas disponíveis.

É fundamental a existência de uma contabilidade de custos discriminativa, incluindo os custos das funções, das atividades, projetos e ações.

As vantagens de um orçamento de base zero são:

- Obriga a fixar objetivos realistas e permite decisões corretas de alocação dos recursos disponíveis. Faço aqui um parêntesis, peço desculpa, para aplicar – por exemplo - a este orçamento que temos em mãos, não se pode contar como receita um projeto de que ainda não esteja assinado o respetivo contrato;
- Exige a elaboração de pacotes de despesas para cada atividade, separadas de outros custos da autarquia;
- Avalia o grau de importância de cada unidade orgânica, hierarquiza-a, podendo durante o exercício redistribuir – isto é muito importante - a alocação de fundos entre elas;
- Permite avaliar e auditar o desempenho dos executantes do orçamento;
- Melhora e fomenta a comunicação entre a direção política da autarquia e a direção técnico-administrativa municipal.

E agora passamos aos pontos fracos:

- Não é fácil a adesão da componente política para esta filosofia orçamental, pois frequentemente gera problemas internos entre os eleitos na priorização das atividades;



- O processo de decisão e de controlo envolve muito mais pessoas, ficando a comunicação mais pesada e morosa;
- Para este processo funcionar tem que haver uma estrutura orgânica que permita apurar, a todo o momento, o grau de execução orçamental;
- Exigem-se competências técnicas que só um ambicioso programa de formação pode conferir;
- Por último, mas não menos importante, e para o nosso caso particular, dizer que (e agora passo a citar *"ipsis verbis"* o autor deste estudo) *"o endividamento municipal constitui um verdadeiro obstáculo à aplicação do orçamento base zero às autarquias locais, uma vez que os órgãos executivos municipais teriam, nos termos da lei, de assumir, quer os compromissos assumidos pelo anterior órgão, quer a dívida faturada e não paga"*.

Compreendemos assim melhor a disponibilidade visiense e sugerir alguma moderação no entusiasmo, aos nossos autarcas que sugerem o orçamento de base zero para o município de Leiria.

Em trinta e um de Dezembro de 2010 a dívida de médio e longo prazo, e só para não falar na dívida total porque aí a disparidade ainda é maior, da Câmara Municipal de Viseu era de vinte e oito vírgula sete milhões de euros e a da Câmara Municipal de Leiria superava os sessenta e cinco milhões.

Na mesma data, a capacidade de endividamento bancário de Viseu era positiva, de seis vírgula dois milhões de euros, e a nossa capacidade de endividamento era negativa, cifrando-se a ultrapassagem do limite legal em três vírgula um milhões de euros. Estamos a falar de parâmetros de dez milhões de euros.

A herança também aqui pesa. Mas continuo a dizer que sou um adepto comedido deste tipo de orçamento, que vem a favor de tudo o que tenho defendido em termos de rigor orçamental e de contenção de despesas.

Pedro Passos Coelho também era um adepto do método, quando estava na oposição.

No dia vinte de Junho de 2010, o então secretário-geral do PSD, curiosamente - aqui em Leiria (alguns dos senhores provavelmente estavam lá) e perante centena e meia de militantes, sugeriu ao governo do PS, em exercício na altura, que adotasse um orçamento de estado de base zero para o ano de 2011.



Pelos vistos o secretário-geral do principal partido da oposição era adepto do orçamento base zero, mas o primeiro-ministro de Portugal já nem por isso, pois não o aplicou.

O orçamento do estado que Passos Coelho gerou foi um orçamento de subsídios de férias e natal... zero.

Sendo o ex-secretário geral e o atual primeiro-ministro a mesma pessoa, ficaríamos admirados com a dualidade, se não estivéssemos habituados ao facto de a generalidade dos governantes sofrerem da doença a que os ingleses chamaram síndrome *NIMBY* que é um acrónimo de "*not in my backyard*", cuja tradução é "*no meu quintal não*".

Em relação ao que discutimos há pouco sobre a hora do funcionamento dos restaurantes, dos cafés e das discotecas, também penso que tal se aplica... é muito bom, fazem negócio, é muito importante sob o ponto de vista da animação mas... "*não no meu quintal*".

Certas medidas são ótimas mas só se não forem no meu quintal, se não forem com o meu dinheiro e se não forem no meu mandato.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

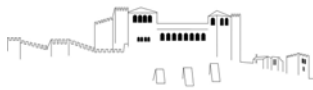
Dou a palavra à senhora deputada Ana Paula Silva, creio que para o exercício do direito de resposta.

DEPUTADA ANA PAULA SILVA (PSD)

Dispensar os cumprimentos.

Permita-me, senhor deputado Sequeira, agradecer-lhe a gentileza das suas palavras e dizer-lhe que aprecio sempre a lisura da atitude das intervenções do senhor deputado.

Temo que, por me ter alongado na minha intervenção, o fio condutor da mesma se tenha desvirtuado um pouco. Quando referi que fui ao passado recente – a 2010 – fui analisar documentos. Fiz o que tinha de fazer e que é o meu trabalho de casa, como todos nós devemos ou deveríamos fazer. O que pretendia era encontrar um rumo condutor que me demonstrasse aquilo que este orçamento não me demonstra. Estou a falar por mim... tentei ir ao passado para tentar encontrar e fazer o "*traceability*" – penso que todos sabemos do que estou a falar – do que é que estava cabimentado, do que não estava, do que é que foi e do que não foi. Foi



um mero exercício meu e que, efetivamente, não me trouxe nada de novo nem me abriu nem alargou os horizontes para ver um fio condutor de progresso e de desenvolvimento sustentado para o concelho.

Penso que estamos entendidos. Não foi um mero exercício político ou de pura demagogia política e acho que está bem subjacente no que agora acabei de dizer. Quanto ao IRS, senhor deputado Sequeira, é uma questão pertinente. Se se recorda, sempre perguntei porque é que essa verba não era afetada a outras situações mais prementes no concelho. Também aqui não há intenção de causar qualquer tipo de incómodo.

Mas quero esclarecimentos... e fico a aguardar que me digam exatamente os esclarecimentos que preciso para entender e ver qual o rumo que querem para o concelho.

Senhor deputado Sequeira, permita-me que acabe exatamente como o senhor começou... com a sua agudeza e com o seu belíssimo espírito de humor. Dizer-lhe que quanto ao subsídio de natal... estamos no mesmo barco! Agora... para onde é que ele foi ou para onde vai... penso que ele vai para tanta despesa que anteriormente foi feita, tantas coisas que fizemos mal no passado. Isto não é culpa só de um ou outro governo ou de uma ou outra pessoa. Todos temos culpas neste cartório e não vale a pena estarmos a dizer que não.

É direito de resposta sim.

Estamos todos no mesmo barco... e espero ter-lhe respondido, senhor deputado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor Presidente da Câmara, para responder.

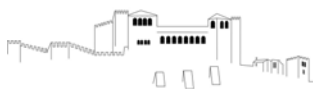
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Vou começar por responder ao senhor deputado Pedro Faria, para dizer-lhe que obviamente que os orçamentos têm sido empolados (uns mais e outros menos), mas temos um fio condutor em que – ano a ano – temos vindo a descer e o que queremos é ajustar a receita previsível em termos de uma estrutura de concretização com a despesa que temos que assumir. Este é o orçamento mais baixo desde 2005. Quero ainda dizer-lhe que não é verdade que em relação ao topo norte tenha que haver alteração. Já foram aprovadas, aqui na Assembleia, as alterações necessárias ao PDM para permitir que aquele espaço possa ser afeto a comércio e serviços. Relativamente às rendas à EDP, é uma situação de receita já



muito antiga (todos os anos está prevista) e que não vai afetar os consumidores de uma forma nova pois que já existe. Está contemplado e temos que o considerar contabilisticamente. As despesas relativamente ao pessoal, consta aí o documento comprovativo de que vamos reduzir o quadro de pessoal e com isso também estamos a demonstrar que com isso diminuámos os encargos com pessoal. Os encargos de cobrança de receitas têm a ver com os encargos que estão estipulados por lei em termos de impostos, em que a cobrança é feita, remetem para nós e, naturalmente, temos que assumir encargos com essa mesma cobrança e está prevista na lei. Sim, a maior parte é de impostos... seguramente. Quanto à despesa com o aluguer de viaturas, é uma deliberação da autarquia há mais de um ano e aprovada por unanimidade. Como é público, o parque automóvel da Câmara tem uma antiguidade que já não lhe permite operacionalidade e responder ao necessário e – face ao valor da despesa com as reparações – optou-se por esta solução pois que a despesa efetuada nos últimos dois anos é equivalente às rendas que vamos pagar. A despesa do PDM – de cento e oitenta mil euros – é bom aqui recordar que quando iniciámos funções e se começou a trabalhar no PDM, verificámos que as cartas sobre as quais se estava a fazer a revisão eram de 1997. Desde 1997 até 2009 muita coisa mudou e tivemos que avançar para novos serviços, nomeadamente a aquisição de cartografia para o efeito, das redes de REN e RAN. Este valor diz respeito a tudo isso e, de qualquer maneira, acrescento uma informação adicional de que a previsão de uma despesa de cento e quarenta mil euros (dos cento e oitenta mil previstos) vai ficar pelos setenta e quatro mil. Portanto, estamos a gerir bem.

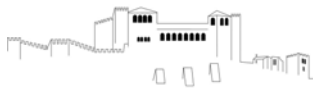
A aquisição de terrenos contemplados deve-se ao facto de estarmos a adquirir terrenos em algumas freguesias, tendo em vista os futuros centros educativos. Estão compromissos assumidos pelo que têm que estar contemplados e registados. Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal, não lhe vou responder nem descer ao nível que usou (ou desceu) na sua intervenção. Diria, contudo, o seguinte: mantemos as verbas de delegação de competências do ano anterior, apesar de ter havido um corte de 6,5%. O valor de três milhões de euros não é sobre zero, uma vez que tendo sido uma iniciativa que tomámos para evitar que os senhores Presidentes de Junta de Freguesia estejam a cair na ilegalidade – como era hábito – da tentação de, através dos protocolos, mandar executar mais e depois alguém que pague. Conhecemos e sabemos quase todos os problemas que



muitas freguesias ainda hoje têm para resolver e o que prevemos é que – mediante indicação dos senhores Presidentes de Junta – no ano passado elencaram a rede da freguesia que pretendem ver requalificada, aplicou-se um fator de distribuição por todas as freguesias - com a indicação de todos os senhores presidentes - e foi assim que foi lançado o concurso. Algumas dessas obras já se encontram a decorrer, penso que a primeira tranche já estará praticamente concluída e a segunda, dos três milhões, está o concurso em preparação para em Janeiro avançar. De qualquer maneira, uma vez que não concorda nem está satisfeito, ficamos à espera da sua comunicação para abdicar do valor que lhe compete.

Quanto a obras contempladas no orçamento, o que aqui está em causa é o estarmos (de certa maneira) a cumprir alguns dos compromissos assumidos em anos anteriores. Houve obras que foram retiradas das propostas de comparticipação comunitária e que nós, havendo esse compromisso que vinha de mandatos anteriores, vamos agora manter e tentar executar, sem prejuízo – se houver abertura para obtermos financiamento – de podermos também ter essa possibilidade.

À senhora deputada Ana Paula Silva tenho a dizer-lhe que é pena que não tenha lido bem o documento. Os jantares do castelo não custaram nada à Câmara... não estão, leu (de certeza) erradamente. Quanto ao IRS de 1%, o que está em causa é o sentido de responsabilidade. Há uma Câmara próxima de nós – por coincidência gerida pelo PSD – que apesar da situação dramática em que se encontra, resolveu atribuir 3% de IRS a favor dos munícipes. Nós entendemos que, face à situação em que se prevê que venha a acontecer em 2013 (e esta é mais uma nota... é que esta alteração só tem efeitos no ano 2013), entendemos não poder manter este compromisso eleitoral – chamemos-lhe assim – atendendo ao citado sentido de responsabilidade. Não é novidade que tenha aqui invocado este assunto porque se não tivéssemos previsto assim, naturalmente que haveria sempre a crítica por mantermos uma situação que, em termos financeiros, é extremamente desagradável. Ao alterar para os 5% a favor da autarquia... também já estávamos à espera que este assunto seria sempre focado. Quero ainda dizer-lhe que algumas cantinas vão estar abertas, por solicitação dos agrupamentos onde há pedidos e situações complicadas. Em relação à animação cultural, entre fazer zero ou fazer algo que tenha tido a comparticipação de 80%, optámos pela segunda. Quero ainda dar-lhe nota de que nos diversos regulamentos estão previstos, para pessoas



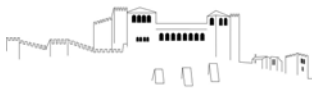
carenciadas, redução de taxas. É uma questão que está enquadrada precisamente para defender as pessoas que têm mais dificuldades e ajudá-las a ultrapassar esta conjuntura.

Obviamente que com o aumento do espaço da autarquia – com a parte que foi recuperada – houve necessidade de adquirir equipamento informático e de mobiliário. E o mobiliário que lá está é todo material de segunda mão porque localizámos na região quem tenha esse material para venda e não duvidámos em dar esse passo porque poupámos dois terços do que seria a despesa que estaria considerada na aquisição de mobiliário.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta da Bajouca, dizer-lhe que efetuámos negociação de aquisição dos terrenos, o que é um sinal de que há-de haver aposta no centro educativo. Agora, não é possível é dizer que é para o ano no que toca a esse e muitos outros do concelho. Se houver abertura – e é por isso que estão contemplados no orçamento – ao nível dos fundos comunitários para podermos candidatar alguns dos centros, então avançaremos. De outra maneira, não vale a pena constar e depois não avançar com a obra. Isso seria estar a enganar as pessoas e eu já disse (mais que uma vez) que vamos tentar ser realistas – sempre que possível – para evitar que existam falsas expetativas.

No que diz respeito à intervenção do senhor deputado Carlos Guerra, não é possível avançar com obras no parque industrial de Monte Redondo se não houver a titularidade dos terrenos. Já expliquei que o que está em causa é que a última tranche que é necessária é muito volumosa e a própria Caixa Geral de Depósitos, com quem foi contratado um empréstimo para as diversas fases do projeto, neste momento não quer abrir mão de reforçar no que diz respeito à aquisição dos terrenos. Assim sendo, haverá que aguardar quais as soluções, até porque o momento está a ser cada vez mais dificultado por parte da banca – como todos sabemos – e estamos a aguardar qual a posição do acionista prioritário (Associação Industrial Portuguesa) para podermos tomar as nossas opções.

Relativamente à intervenção do senhor deputado João Cunha, quando diz que não vê qual é a diferença entre topo norte/Leirisport/Câmara Municipal. É muito simples... qualquer pessoa (penso eu) teria lá chegado. O seu papel de jurista, se calhar, não lhe permitiu vislumbrar que enquanto tem sido a Leirisport - e se for ela a alienar - a receita é dela e se não houver Leirisport a receita é da autarquia. Houve o cuidado de dizer "*após extinção da Leirisport*".



Ao senhor deputado António Sequeira muito obrigado pelas referências, nomeadamente pela avaliação técnica e explanação que nos fez. Diria que também nós gostaríamos de fazer o orçamento de base zero. Penso que a continuar este modelo de ir reduzindo os investimentos e as despesas nos moldes em que estamos a fazer, nos próximos três anos tal não será possível sob pena de criarmos problemas de natureza jurídica.

Senhor Presidente, se faz favor.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Vamos passar à votação do ponto três da ordem de trabalhos, "PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2012, OPÇÕES DO PLANO PARA 2012/2015 E MAPA DE PESSOAL PARA 2012 DO MUNICÍPIO DE LEIRIA".

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99 de 11 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera, por maioria, com trinta e dois votos a favor, catorze votos contra e sete abstenções, aprovar a Proposta de Orçamento para 2012, Opções do Plano para 2012/2015 e Mapa de Pessoal para 2012 do Município de Leiria.

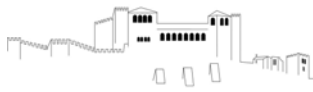
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto quatro da ordem de trabalhos.

4. PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2012, OPÇÕES DO PLANO PARA 2012/2015 E MAPA DE PESSOAL PARA 2012 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA – Apreciação, discussão e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara Municipal, por favor.



PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

O orçamento dos SMAS para 2012 tem subjacente a situação que decorre da candidatura a fundos comunitários apresentada pelas Águas de Portugal, na base de uma parceria que esteve para acontecer e que, entretanto, deixou de existir. O que se tem vindo a fazer junto da tutela – na terça-feira passada estive em reunião com a senhora Ministra do Ambiente – é que autorize a desagregação dos montantes da respetiva candidatura apresentada ao POVT, para serem afetos aos municípios que compoñham a parceria. À partida, a senhora Ministra iria averiguar da situação. As Águas de Portugal deram a conhecer às autarquias a carta que enviaram para a senhora Ministra e que apontava precisamente nesse sentido de ser feita a desagregação dos valores em causa, de modo a serem afetos às autarquias para concretização das obras que constavam daquela candidatura. Por isso, ao analisar-se o orçamento para 2012 dos SMAS, a maior parte dos investimentos respeitam precisamente a essa candidatura. Estamos na expectativa de que dentro de dias seja dado conhecimento deste procedimento, com uma novidade transmitida pela senhora Ministra: a de haver a possibilidade de as obras serem financiadas em 95%. Significa isto que não alterando os valores globais da candidatura, isto é, o valor que está estipulado no caso de Leiria, que são vinte e dois milhões de euros, não vai alterar-se por via da alteração de 85% para 95%. O que vai acontecer é que os vinte e dois milhões corresponderão a 95%, o que significa que poderemos ter que fazer algum corte daquilo que está no plano. Mas se conseguirmos que a desagregação seja aprovada, naturalmente que vamos ter o concelho em obras – com os inerentes problemas de circulação – e vai ser necessário proceder a um esforço adicional da estrutura técnica, de modo a tentar termos sempre alternativas de circulação pois são muitas obras em muitas freguesias. Essa é a primeira fase e a candidatura prevê a segunda fase, que possivelmente só a partir de 2014 poderá avançar. Vamos então esperar que o entendimento seja o que foi abordado naquela reunião, para podermos – em 2012 – avançar com esses procedimentos que constam da proposta de orçamento dos Serviços Municipalizados.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente.

Quem pretende usar da palavra neste ponto da ordem de trabalhos?

Senhor deputado João Cunha, faça favor.



DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Relativamente à questão do orçamento e ao plano plurianual dos SMAS, começava por dizer que nos falta neste documento uma série de informação. Penso que seria oportuno ter sido facultado – anteriormente a este processo – e ser sujeito a deliberação respetiva, o tarifário que se prevê para os SMAS (e relativo a 2012) porque ele próprio irá influenciar o orçamento e era fundamental que esse documento tivesse conhecido a luz do dia antes deste momento exato em que estamos a tratar deste assunto. De qualquer forma, o que fica claramente nítido é que este é um orçamento de uma instituição que fica em *“standby”*. Estando na ordem do dia e em cima da mesa a concessão dos serviços das águas, está esta instituição numa situação transitória, de indefinição. Percebemos que a falta de alguma informação sobre esta matéria tenha (um pouco) a ver com estas opções que foram tomadas. De qualquer maneira, há aqui um traço que é para os investimentos que estão previstos, que estão dependentes de subsídios ou investimentos do QREN. Trata-se de um orçamento que está pensado e estruturado nesse pressuposto e não há nada de mais relevante do que isto. O que queria sublinhar é que se trata de um orçamento para uma instituição em *“standby”* e é essa a preocupação que fica, claramente, deste documento.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

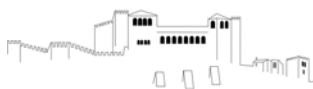
Senhor deputado Luís Pinto, por favor.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Cumprimento todos os presentes.

Permito-me, de uma forma sucinta, discordar do senhor deputado pois que este orçamento, com a ambição deste investimento superior a vinte milhões de euros (com 25% a mais do que o ano anterior), candidatando-se a aproveitar estas vantagens comunitárias e pensando não só ao nível do saneamento mas também com uma verba superior a dois milhões de euros ao nível das águas, tem um grande indicador de quanto o Município se está a preocupar em dar a capacidade de reduzirmos este imenso problema que ainda temos, que é a cobertura do saneamento em todo o concelho. Não me parece que um orçamento que cresce acima dos 25% e tenha esta preocupação de recuperar verbas e poder candidatar-



se a condições muito mais favoráveis das que tínhamos até ao momento, e esse será um ponto a favor da União Europeia relativamente aos países em dificuldade. Isto é evidenciado neste orçamento e permitam-me destacar esse sentido de oportunidade e ainda a prioridade deste executivo em termos do saneamento e da água.

Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

O senhor Presidente da Câmara Municipal pretende responder às questões suscitadas? Não.

Coloco à votação o ponto número quatro da ordem de trabalhos, "PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2012, OPÇÕES DO PLANO PARA 2012/2015 E MAPA DE PESSOAL PARA 2012 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO DE LEIRIA".

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

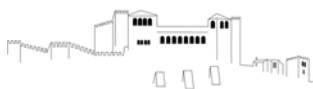
A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera, por maioria, com trinta e cinco votos a favor, dois votos contra e quinze abstencões, aprovar o Orcamento para 2012, o Plano de Atividades para 2012/2015 e Mapa de Pessoal para 2012, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, para uma declaração de voto, por favor.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

A única posição que nos parece compatível com a defesa da água pública, na qual somos totalmente intransigentes, é o voto contra pois apesar da estratégia de privatização da distribuição da água não decorrer diretamente do orçamento, é o que está por detrás dos números e os números não são neutros apesar de, às vezes, o poderem parecer.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Não revelando este documento a verdade que irá incidir sobre a vida dos SMAS durante o ano de 2012 – pelas deliberações anteriormente tomadas e também pela ausência de informação cabal em relação a esta matéria, entendi abster-me. No entanto, saliento a importância dos investimentos que estão pensados e, nomeadamente, o contributo dos fundos comunitários para o seu desenvolvimento. Muito obrigado.



Nesta altura o senhor Presidente da Câmara ausentou-se.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Passamos ao ponto número cinco da ordem de trabalhos.

5. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2012 DO TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA - Apreciação, discussão e votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

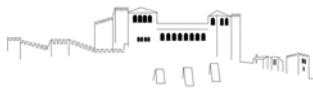
Fará a apresentação do ponto o senhor vice-Presidente da Câmara Municipal, em representação do senhor Presidente.

VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)

Muito boa tarde a todos.

Cumprimento a Mesa, os senhores vereadores, as senhoras e os senhores deputados, os elementos do público e os senhores jornalistas.

Uma intervenção muito rápida sobre o plano proposto – para o próximo ano – para o teatro José Lúcio da Silva. É um plano e um orçamento que visa dar seguimento às orientações do próprio Município, isto é, um plano que programa culturalmente de uma maneira diversificada, com uma lógica de serviço público, dando abertura à participação e envolvimento do associativismo local – não só com as suas atividades culturais mas também com objetivos de solidariedade social. É também um plano com a preocupação na contenção na despesa e um orçamento que reduz



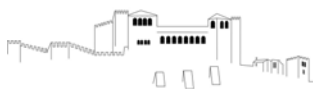
relativamente a anos transatos. É, sobretudo, um plano e um orçamento que demonstra uma maior transparência relativamente ao que era a história do teatro José Lúcio da Silva.

O teatro José Lúcio da Silva trás à Câmara Municipal e à Assembleia os instrumentos previsionais e as respetivas contas, não só para conhecimento como para aprovação (que não acontecia no passado), tem atualmente normas de controlo interno (que também não existia), faz todas as contratações seguindo o código da contratação pública, o que também não acontecia no passado. Por tudo isto, entendo que estamos com uma perspetiva de transparência e de contenção de despesa naquilo que é o serviço público principal, o braço armado – do ponto de vista cultural – do Município. Gostaríamos de reforçar o trabalho que tem sido desenvolvido pela equipa, constituída por vinte elementos, que vive também na expectativa da reforma do *“Livro Verde da Administração Pública Local”*.

Consideramos importante reforçar o papel do teatro José Lúcio da Silva como principal agente cultural, não só do concelho mas de uma região, que – no fundo – representa a principal sala de espetáculos de uma região abrangente como é a região de Leiria.

No que diz respeito à contenção de despesa, gostava de reforçar o esforço feito para diminuição dos fornecimentos de serviços externos – uma redução de cinquenta e três mil euros relativamente ao ano transato – e também nas despesas com recursos humanos, onde se regista uma diminuição de cinquenta e sete mil euros. Como podem observar pelos documentos, o total de despesa prevista é de oitocentos e sessenta e um mil euros, em que se regista também uma diminuição das transferências do Município para o teatro José Lúcio da Silva, desonerando dessa maneira (também) aquilo que são as verbas transferidas da Câmara Municipal para o teatro; reforçando a necessidade de criação de receitas próprias, não só com a programação – que consiga captar públicos – mas também com a recuperação de algumas receitas que durante algum tempo foram perdidas, como foi o exemplo do bar do teatro José Lúcio da Silva. Quando chegámos, não tinha qualquer tipo de receita mas sim uma ocupação por parte de uma entidade privada que não pagava renda. Atualmente é ocupado por uma empresa que honra os seus pagamentos e tal constitui uma receita adicional.

Por outro lado, a programação está assente também em fundos comunitários - como referiu há pouco o senhor Presidente - não só por parte do Município mas



também pelo próprio teatro, que permite programar com taxas de comparticipação na ordem dos 80% e a parte da receita de bilheteira ainda irá compensar os 20% da responsabilidade do Município. Isto faz com que se consiga ter uma oferta diversificada a custos reduzidos.

Estarei disponível para eventuais questões que os senhores deputados queiram colocar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor vice-Presidente.

Senhora deputada Clarisse Louro, se faz favor.

DEPUTADA CLARISSE LOURO (PSD)

Muito boa tarde a todos.

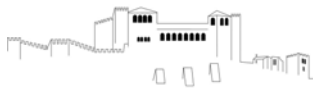
Clarisse Louro, PSD.

Permitam-me que cumprimente o senhor Presidente da Assembleia Municipal, os senhores vereadores, senhoras e senhores deputados, comunicação social e o público em geral.

Gostava de vos desejar um santo e feliz natal e um ano novo cheio de paz, amor e saúde porque são esses os votos que todos nós precisamos.

Em relação ao orçamento do teatro José Lúcio da Silva, permita-me senhor vereador que discorde em alguns pontos que o senhor aqui referiu. Do orçamento municipal em apreciação – e relativamente ao orçamento destinado ao teatro José Lúcio da Silva – entendemos que se levantam algumas questões.

A primeira respeita à não existência de uma programação pensada e refletida para o teatro José Lúcio da Silva. Uma programação que deveria ser parte integrante do orçamento do teatro e que não é compreensível nem aceitável que o não seja porque é – em si mesmo – um instrumento de gestão. Não se entende como se poderão afetar recursos sem que se saiba em quê. Os custos programados são meras dotações orçamentais a que há-de ser dado destino, mas – acima de tudo – porque a falta de uma programação evidencia o vazio estratégico que marca a exploração deste equipamento, fundamental para uma política de cultura do concelho. Um vazio estratégico apenas explicável pela completa e absoluta ausência dessa política. O executivo, pura e simplesmente – a nosso ver – não tem política de cultura.



A segunda questão cruza-se com a primeira. Está intimamente ligada à condição deste equipamento e ao lugar privilegiado que ocupa no centro da cidade e que deveria ocupar no centro da política cultural para o Município. Não nos podemos resignar a que um equipamento deste valor e uma obra arquitetónica desta dimensão se limite a ser um pesado fardo financeiro para a Câmara Municipal de Leiria. Não podemos aceitar que este seja apenas mais um equipamento com o qual o Município não sabe o que fazer. Houve a tentativa – como sabemos – de fundação. Garantia-lhe autonomia administrativa e financeira. Poderia dar-lhe nova vida se a administração da fundação fosse entregue a verdadeiros agentes da dinamização cultural e não a outros, e por outras razões. Mas tudo não passou de uma tentativa sem substância mas com dinheiro gasto, com mais desperdício de dinheiro - desta vez - no parecer para essa transformação.

A terceira e última respeita à estrutura operacional do teatro e, em particular, à estrutura dos recursos humanos. O volume de pessoal afeto à exploração operacional é francamente – a nosso ver – exagerado, ficando a ideia de que funciona como uma reserva de excedentários de outras áreas da Câmara. Um tapete por baixo do qual se esconde alguma coisa que não pode estar à vista.

Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor deputado Pedro Biscaia.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Mais uma vez, agora boa tarde.

Em primeiro lugar, o PSD que se entenda sobre o que quer de cultura para Leiria para sustentar as suas críticas porque já aqui fomos brindados, nesta sessão, com uma intervenção a criticar o gasto excessivo na cultura e agora outra a dizer que se faz pouco. No que se refere ao teatro José Lúcio da Silva, dá ideia de que não se gastou aquilo que se devia ter gasto. Entendam-se primeiro e depois transmitam-nos a vossa visão.

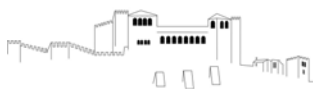
De qualquer forma, parece-me que a estratégia cultural definida para o teatro José Lúcio da Silva tem - nos últimos anos - sido a mais correta, tal como é enunciado no documento que nos foi disponibilizado, do qual leio os pontos fortes "*qualificar o tecido cultural, democratizar o acesso às artes, desenvolver a relação público-*



teatros, estabelecer parcerias culturais com associações locais e nacionais, incentivar a formação cultural do público jovem, fomentar o gosto pela cultura".

Aos municípios não compete "*ser o grande educador do povo*". Aos municípios interessa, deve e compete ser o facilitador de acontecimentos culturais, democratizador dos equipamentos culturais – de que o teatro é exemplo - estabelecer parcerias com os vários agentes culturais existentes no concelho, respeitar a diversidade dos públicos. Não lhe compete o dirigismo, à maneira de António Ferro e do S.N.I., formatando as expressões culturais, com objetivo de manipulação política. A competitividade de uma cidade média - como a nossa - mede-se também pela capacidade de afirmação dos seus valores culturais e patrimoniais. A coesão social reforça-se, também, pela partilha consensualizada da identidade coletiva e na democratização dos serviços públicos, nos quais se enquadram os equipamentos culturais, como os teatros.

Parece-me que tudo isto se tem feito ultimamente no teatro José Lúcio da Silva, em complemento também com o teatro Miguel Franco. Se formos ver aqui - muito rapidamente - os objetivos da estratégia cultural aqui inscritos não são chavões na medida em que aquilo que compete ao município, volto a dizer, é a definição de quais as balizas de atuação. Por exemplo, poder-se-á dizer, numa política cultural geral, todos aqui - ou pelo menos muitos de nós que vivemos em Leiria - quando muito bem e justamente, reclamávamos da falta de aproveitamento do melhor e maior símbolo patrimonial existente em Leiria, que é o castelo da Leiria. Foram promovidas uma série de iniciativas, em conjunto com vários parceiros, e o que ouvíamos aqui há pouco foi criticar a animação no castelo de Leiria. Entendam-se! Porque há aqui uma questão fundamental. A cultura não é um luxo. A cultura não é um desperdício. A cultura - está provado hoje - que é uma indústria rentável. Não tenho agora dados de cabeça mas há relativamente pouco tempo foram divulgados dados a nível nacional, em que a promoção e produção cultural são rentáveis em Portugal. Depois, dizer que a competitividade de uma cidade média, como é o caso de Leiria, também se mede pela capacidade de afirmação dos seus valores culturais e patrimoniais. A coesão social reforça-se, também, pela partilha consensualizada da realidade coletiva, e na democratização dos serviços públicos, nos quais se enquadram os equipamentos culturais, neste caso o teatro José Lúcio da Silva. Se analisarmos o que foi a programação do último ano com certeza que alguns dos senhores deputados (tal como eu) foram a alguns acontecimentos, não terão ido a



outros, gostaram mais de uns e menos de outros, mas aí é que está a riqueza, é na diversidade e no acesso democratizado. Inclusivamente a política de preços é uma política que me parece equilibrada, e tendo em atenção que a programação é muitas vezes, ou quase sempre, apoiada em fundos comunitários, diminuindo despesas num contexto difícil, parece-me - e para terminar - que a animação cultural que tem sido feita merece o nosso aplauso, honra a cidade e corresponde (também) à necessidade de promoção do nosso Concelho.

Disse.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Em primeiro lugar, queria dizer ao meu amigo e ilustre deputado Pedro Biscaia que quando se fala aqui em política cultural teremos que distinguir entre aquilo que é um critério estritamente quantitativo e aquilo que é um critério qualitativo. Não é por se gastar mais ou menos dinheiro que a cultura é melhor ou pior e a ótica que aqui referiu tem que ser lida de forma relativa. As afirmações que fez têm essa ressalva. Eu percebi qual era o alcance do que queria aqui dizer, mas das palavras que foram aqui proferidas pela deputada Ana Paula Silva, não me pareceu que fossem no sentido que o PSD estivesse contrário a uma política cultural no concelho de Leiria - antes pelo contrário - a preocupação que foi aqui manifestada foi que cada cêntimo que é gasto tem que ser naturalmente reprodutivo e tem que ser, ele próprio, claramente favorável a uma política cultural que chegue a todos os cidadãos de uma forma alargada.

Em relação à questão do teatro José Lúcio da Silva, fico com a ideia que de todo o trajeto que no último ano tem sido protagonizado pelo teatro, que dentro do mesmo estão a caber outras coisas que não são necessariamente aquilo que é a lógica do teatro José Lúcio da Silva. É uma perceção minha - talvez não tão fundamentada quanto isso - mas aí penitencio-me. Se calhar não tenho estado tão atento, mas já agora eu queria pedir ao senhor vice-Presidente da Câmara - ao doutor Gonçalo Lopes - que pelos vistos terá um ano de 2012 muito ativo, queria perguntar-lhe se este projeto *Loja dos Teatros* a que se refere e que tem aqui como indicação, que vai ser implementado em *ilhas* em diferentes espaços comerciais, se



isto efetivamente cabe dentro da lógica do teatro ou se não caberia antes numa lógica de ação do próprio departamento da cultura da Câmara, porque me parece que se está aqui a confundir os planos.

Queria também deixar-lhe só uma pergunta, que é saber qual é o peso concreto da receita de bilheteira do teatro para a sustentabilidade do pagamento dos recursos humanos do teatro José Lúcio da Silva.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

A senhora deputada Clarisse Louro pede a palavra para? Não há nenhuma norma regimental que impeça de usar a palavra segunda vez no mesmo ponto da ordem de trabalhos.

DEPUTADA CLARISSE LOURO (PSD)

Clarisse Louro, PSD.

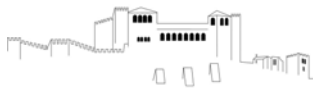
Era só para referir, e o senhor deputado sabe muito bem...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhora deputada, peço desculpa mas as observações que são feitas... o senhor deputado Manuel Antunes diz que não percebeu porque é que fiz a pergunta. Fiz a pergunta porque imaginei que fosse ou o direito de resposta ou algo dessa natureza, que tem um tratamento regimental diferente. Foi por isso que fiz a pergunta.

DEPUTADA CLARISSE LOURO (PSD)

Só para referir que o PSD não está equivocado. O PSD entende que não existe um plano – e todos nós sabemos o que é um planeamento – estruturado, pensado e refletido, em termos culturais, para a cidade de Leiria e para o concelho. Isso não quer dizer que não se tenha feito – e eu já fui convidada para várias situações culturais – atos avulso (em termos culturais, para o concelho). Isso é uma coisa... outra coisa é um plano pensado, com uma estrutura pensada e com objetivos bem delineados, porque aquilo que o senhor deputado aqui referiu foram objetivos no abstrato. Objetivos concretos, que se trabalhem e que nós os quantificamos e depois dizemos que é uma mais-valia para os leirienses. A mim não me parece e agora estou a falar como deputada a título pessoal – não pedi essa opinião à minha ala – que o teatro José Lúcio da Silva continua a ser um fardo pesado, financeiramente, para o concelho. A cultura é extremamente interessante – e isso



foi dito – mas não pode ser um fardo e não me parece que tenha de ser desde que a política do executivo o trabalhe como deve ser e com um plano devidamente organizado, para se trabalhar o teatro José Lúcio da Silva, que é um dos espaço extremamente importante e rico para o concelho.

Foi isto, exclusivamente, que eu quis dizer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Senhor vice-presidente da Câmara Municipal, para responder às perguntas formuladas.

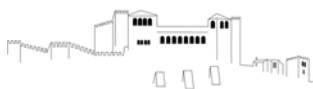
VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (GONÇALO LOPES)

Vou tentar ser sintético.

Falou-se sobre estratégia e programação anual. Convém dizer que - primeiro que tudo - são documentos que são novidade para esta Assembleia.

Efetivamente, é com este executivo que o teatro José Lúcio é discutido na Assembleia porque no passado nunca foi discutido. Se calhar, se tivéssemos discutido no passado o que era a atividade do teatro não tínhamos chegado ao fardo e ao fado que é o teatro José Lúcio da Silva. E só vou dar alguns exemplos para a senhora deputada, porque – naturalmente – não tinha conhecimento do que se passou em 2009, quando chegámos ao executivo:

- Recursos humanos – em 2009, vinte e dois colaboradores; atualmente são vinte colaboradores – menos 10%;
- Custos com recursos humanos – em 2009, trezentos e trinta e sete mil euros; em 2011, trezentos e vinte e cinco mil euros. Reduziu doze mil euros;
- Custos com horas extraordinárias – de dezanove mil euros para dezassete mil euros. Menos dois mil euros;
- Despesas de representação – passou de dez mil euros – em 2009 – para dois mil euros em 2011. Com um dado curioso... em 2009, naquilo que era a grande estratégia cultural da altura, as despesas de representação com a administração foram de quatro mil euros. Em 2011 foi zero;
- Receitas – porque é importante falarmos da sustentabilidade daquilo que é um fardo e de um peso que atualmente o PSD pensa que o teatro é e representa para o Município – nós encaramos como um desafio acrescido a criação de receitas suplementares para aliviar o fardo que a senhora deputada indica como o



investimento que a Câmara Municipal entrega ao teatro José Lúcio da Silva. As receitas de ecrã - que em 2009 era zero – atualmente são seis mil cento e cinquenta euros; receitas de bar (como referi há pouco) – em 2009 era zero – em 2011 são trinta e três mil euros.

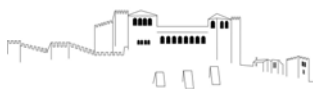
Da parte das receitas provenientes da Câmara Municipal, verificou-se uma redução de setenta e sete mil euros entre estes dois anos.

- Prazos de pagamento – porque a cultura também é gestão e é importante que se enumere o esforço que tem sido feito para regularizar as dívidas que o teatro tinha na altura em que chegámos – em 2009 - era de cento e vinte dias e atualmente o prazo de pagamento é de trinta dias;

- Dívidas a fornecedores – em 2009 era de cinquenta e três mil euros. Em 2011 foi de treze mil euros.

Isto para dizer que o esforço de contenção daquilo que consideram um fardo é, efetivamente, o nosso objetivo. Gerir com rigor, transparência, clareza, trazer as contas aos órgãos próprios, o que nunca se fez no passado. Nós não temos acumulações indevidas de funcionários da Câmara no teatro José Lúcio da Silva, (que existia quando chegámos ao executivo), não compramos quadros a pintores locais, não pagamos viagens ao estrangeiro. Temos, portanto, uma política de coerência e rigor e estamos disponíveis – sempre que cometemos erros e, naturalmente, podemos cometê-los – para os vir cá explicar. Temos a obrigação, quando nos dizem que a cultura representa um fardo, felizmente estamos a apostar com rigor nos projetos culturais em Leiria. Não podemos, talvez, programar tanto como gostaríamos mas estamos a programar aquilo que os fundos comunitários permitem, numa lógica de contenção de despesa, mas também com preocupação social.

A senhora deputada, seguramente, deve acompanhar a programação com atenção porque veio aqui dizer que não existia estratégia. Vou dar-lhe um número que orgulha os funcionários do teatro e o Município, que tem a ver com os espetáculos de angariação de fundos. No momento crítico em que a sociedade vive, temos possibilitado a um conjunto de agentes culturais e IPSS's a realização de espetáculos de angariação de fundos. Vou só enunciar um número para verificar o esforço que tem sido a responsabilidade social do teatro José Lúcio da Silva: em 2009 cifrou-se em receitas para essas instituições no montante de dezassete mil euros; em 2011, os espetáculos de angariação de fundos reverteram para essas



instituições o valor de trinta mil euros. Trata-se de um esforço de responsabilidade social que não podemos descuidar, naquilo que tem a ver com o trabalho do próprio teatro José Lúcio da Silva.

Sobre questões que foram levantadas referentes à questão da fundação, sabemos – e foi aqui apresentado – a nossa inquietação e preocupação sobre o estatuto jurídico do teatro José Lúcio da Silva. O trabalho foi encomendado e dava uma clara orientação de três possibilidades:

- A integração dos quadros do teatro na Câmara;
- A criação de uma empresa municipal;
- A criação de uma fundação.

A criação da fundação era a vertente mais próxima do executivo camarário para iniciar essa constituição. Só não avançou mais depressa porque infelizmente também aí - no passado - não se acutelou questões tão simples como o registo do património do teatro José Lúcio da Silva no que diz respeito ao nosso património, em termos municipais. Isso veio atrasar a constituição da fundação. Para além disso, questões relacionadas com o "*Livro verde*", de que já hoje falámos, veio naturalmente impossibilitar a constituição de uma empresa municipal ou de uma fundação porque as normas e o rigor encomendado por esse livro inviabilizam, atualmente, essa possibilidade.

Sobre a questão dos recursos humanos, já disse que há um esforço de redução que é evidente, as tabelas já foram distribuídas várias vezes aos vereadores da oposição, a deputados que já o solicitaram. Se o PSD pretende reduzir esse fardo com recursos humanos, pergunto se defende o despedimento dessas pessoas, se é essa a vossa política cultural e se é isso que defendem para esses funcionários. Sobre as questões levantadas pelo senhor deputado João Cunha – *Loja do Teatro, Ilhas* - o objectivo é comercial, é tentar criar pequenos quiosques que possam estar disponíveis em algumas zonas comerciais, no Leiria-Shopping, na Praça Rodrigues Lobo ou noutras zonas de maior afluência de pessoas, para possibilitar a venda direta a potenciais interessados em determinado tipo de espetáculos. É a lógica amovível de conseguir um quiosque com um vendedor para venda direta de bilhetes.

Sobre o peso da receita de bilheteira, importa dizer que a receita de bilheteira do teatro José Lúcio da Silva, que resulta da programação comunitária que é financiada e paga pela câmara Municipal, toda essa receita reverte para a Câmara



Municipal, ou seja, o teatro José Lúcio arrecada essa receita dos bilhetes e entrega à Câmara Municipal. Relativamente ao peso da programação na despesa, está patente no nosso programa e orçamento e que são duzentos e oitenta e seis mil euros para o próximo ano; de recursos humanos são duzentos e setenta e sete mil euros, tendo a Câmara previsto transferir para o teatro José Lúcio da Silva - no próximo ano - na ordem dos trezentos e setenta e dois mil euros, o que dá para suportar os encargos com recursos humanos e ainda sobra algum dinheiro para despesa de funcionamento com o teatro José Lúcio da Silva.

Acho que respondi às questões que foram levantadas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor vice-Presidente. Vamos colocar à votação o ponto número cinco da ordem de trabalhos, "PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2012 DO TEATRO JOSÉ LÚCIO DA SILVA"

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

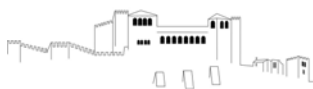
A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera, por maioria, com trinta e cinco votos a favor e dezassete abstenções, aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para 2012 do Teatro José Lúcio da Silva.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, para uma declaração de voto.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

O orçamento de 2012 para o Teatro José Lúcio da Silva nada refere quanto à programação a executar, não indicando propostas de cartaz ou qualquer espetáculo base que possa constituir-se como potenciador de receita/fator de adesão do público, referindo apenas políticas genéricas de programação, pelo que nada assegura ou atesta a possibilidade do alcance do montante das receitas esperadas, além das indemnizações compensatórias da autarquia/fundos de mecenas etc. Sendo certo que o aumento da taxa de IVA terá repercussões ao nível da diminuição da frequência a espetáculos, não está presente no presente orçamento



qualquer previsão sobre o impacto desse aumento, bem como eventuais estratégias de solução face a essa problemática. Os documentos apresentados não incluem informação suficiente para permitir uma análise mais profunda da estratégia de evolução deste equipamento cultural, sendo que propósitos genéricos como a *"aposta na promoção de associações culturais locais"*, não são, na proposta de programação, acompanhados por qualquer elucidação/esclarecimento sobre os moldes em que essas parcerias irão decorrer e com que contrapartidas, o que deixa antever que esta medida - que aliás é bastante meritória por dar voz aos grupos locais - não passe apenas de mais uma declaração de intenções.

Por tais motivos abstivemo-nos na proposta apresentada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Passamos então ao ponto número seis da ordem de trabalhos:

6. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA 2012 - Apreciação, discussão e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara Por favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

A proposta é manter as mesmas taxas que foram utilizadas em 2011 e que constam da proposta de votação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

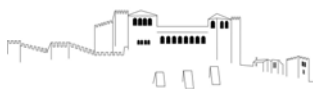
Alguém pretende usar da palavra? Não? Vou colocar a proposta à votação. Ponto número seis "FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA 2012"

Quem vota contra?

Quem se abstém?

Quem vota a favor?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea f) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera, por unanimidade, aprovar a fixação da taxa da derrama para o ano de 2012, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC), nos seguintes valores:



– 1,25% para um volume de negócios até €150.000,00;

– 1,5% para um volume de negócios superior a €150.000,00.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

De acordo com a metodologia que adotámos no início, os pontos sete e oito serão discutidos em conjunto - se houver lugar a discussão - e votados em separado.

7. REVOGAÇÃO SUBSTITUTIVA DA MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO A OUTORGAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DA BARREIRA, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 31 DE MAIO DE 2011, COM EFEITOS RETROATIVOS – Apreciação e votação

8. REVOGAÇÃO SUBSTITUTIVA DA MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO OUTORGADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A FREGUESIA DE CORTES, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 29/09/2009, COM EFEITOS RETROATIVOS – Apreciação e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Trata-se de duas situações de património camarário objeto de comodato com a Junta de Freguesia da Barreira e a Junta de Freguesia das Cortes.

No caso das Cortes é uma situação que tinha sido já objeto de deliberação no anterior mandato, em vinte e nove de Setembro de 2009. A proposta é no sentido de validação das condições em que se processa o mesmo contrato de mandato.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

É a mesma situação dos dois?

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

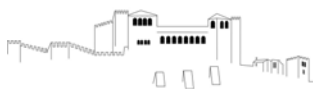
É a mesma.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra?

Ninguém pretende usar da palavra.

Colocarei à votação o ponto número sete. "REVOGAÇÃO SUBSTITUTIVA DA MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO A OUTORGAR COM A JUNTA DE FREGUESIA DA



BARREIRA, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 31 DE MAIO DE 2011, COM EFEITOS RETROATIVOS”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara contida em sua deliberação de 04 de Outubro de 2011 e, em consequência, autorizar a oneração do imóvel objeto da minuta do contrato de comodato a celebrar ente o Município de Leiria e a Freguesia de Barreira, em substituição da minuta inserida na deliberação desta Assembleia Municipal, realizada em 30 de Junho, 05 e 11 de Julho de 2011.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Coloco à votação a proposta constante do ponto número oito, “REVOGAÇÃO SUBSTITUTIVA DA MINUTA DO CONTRATO DE COMODATO OUTORGADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A FREGUESIA DE CORTES, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA DE 29/09/2009, COM EFEITOS RETROATIVOS”

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera, por unanimidade, aprovar a proposta da Câmara Municipal contida na sua deliberação de 29 de Setembro de 2011 e autorizar a oneração do imóvel objeto do contrato de comodato a celebrar entre o Município de Leiria e a Freguesia de Cortes, substituindo-a nos termos ínsitos na citada deliberação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto número nove da ordem de trabalhos.

9. ALIENAÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE DA AMLEI – Apreciação, discussão e votação



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara, por favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

A Associação de Municípios de Leiria adquiriu - ou é detentora desde 2002 - do edifício sede situado na avenida doutor José Jardim. Decidiu a AMLEI propor a alienação dessa mesma sede, tendo feito a avaliação para efeitos de hasta pública do valor daquele edifício, o qual vai ter um preço base de licitação de seiscentos e cinquenta mil euros. Como na aquisição também as Assembleias Municipais tiveram que autorizar, o que se pretende agora é que também esta Assembleia Municipal e a dos outros Municípios autorizem a realização desta hasta pública.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado João Cunha, por favor.

JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

É só para solicitar uma informação e um esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara nesta matéria e em relação a este edifício.

Sendo propriedade da AMLEI, o que se está a suscitar é que em cada uma das Assembleias Municipais se dê o acordo à venda deste imóvel. Sendo a base de licitação de seiscentos e cinquenta mil euros, a minha pergunta é se depois a alocação do produto da venda será feita proporcionalmente a cada um dos Municípios ou como é que isto se vai processar.

É este o esclarecimento que solicito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Há mais alguém que queira intervir neste ponto? Não.

Senhor Presidente da Câmara, para responder.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

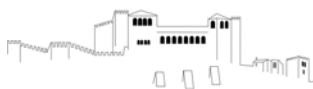
O que está falado - conforme um ponto que vem mais à frente - é que o atual espaço ocupado pela AMLEI venha a ser adquirido à Câmara Municipal de Leiria. Portanto, o espaço diferencial ficará para a AMLEI, como é óbvio.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Vou colocar à votação o ponto número nove, "ALIENAÇÃO DE EDIFÍCIO SEDE DA AMLEI"

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera por maioria, com quatro abstenções, autorizar a abertura do procedimento para alienação do edifício sede da AMLEI, através de hasta pública, pelo preço de licitação base de seiscentos e cinquenta mil euros.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número dez. O senhor Presidente da câmara explicará.

10. CONSTITUIÇÃO ONEROSA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA AMLEI – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LEIRIA (ENTFE. 2011/782) – Apreciação, discussão e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara, para explicar.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Trata-se de pedir autorização para a constituição de direito de superfície de uma parcela de terreno - situada junto ao cemitério de Leiria - de modo a possibilitar à Associação de Municípios da Região de Leiria poder lançar um concurso para construção de um crematório naquele espaço.

Tem a proposta (de um valor por metro quadrado) de doze euros/ano e a parcela tem uma área de mil oitocentos e oitenta metros quadrados. O direito de superfície será por vinte e cinco anos e terá esta renda - a favor do Município de Leiria – o montante de doze euros por metro quadrado/ano.

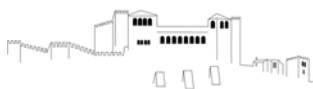
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende intervir? Não.

Vou colocar à votação o ponto número dez, “CONSTITUIÇÃO ONEROSA DE DIREITO DE SUPERFÍCIE A FAVOR DA AMLEI – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LEIRIA (ENTFE. 2011/782)”

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera autorizar, por maioria e com uma abstenção, a constituição onerosa de direito de superfície a favor da AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, para uma declaração de voto.

Deputado Vitorino Vieira Pereira (Bloco de Esquerda)

Abstivemo-nos na votação deste ponto em virtude de entendermos que não deve ser aberta aos privados a possibilidade de deterem um forno crematório, pois, inevitavelmente os interesses dos munícipes - num cenário de privatização - seria ameaçado pelos interesses especulativos que grassam ao nível dos privados, e porque entendemos que se trata de um serviço de interesse público de sentido eminentemente social.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Ponto número onze. Chamo a atenção dos senhores deputados de que ainda estamos a menos de meio da ordem de trabalhos.

<p>11. REDE IBERO-AMERICANA DE CIDADES MÉDIAS – REDE RIACIM. PROPOSTA DE ADESÃO – Apreciação, discussão e votação</p>
--

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara, por favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Trata-se de uma autorização para se aderir a esta rede ibero-americana de cidades médias. Esta rede tem objetivos que constam da proposta, não tem encargos para o Município de forma direta e é essa a proposta que será avaliada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Manuel Antunes.



DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

Manuel Antunes PSD.

Nós não temos nem objeções nem nada a favor - peço perdão - desta adesão. Noutras funções que desempenho como presidente duma sociedade, muitas vezes se põe esta questão de adesão a conjuntos de sociedades internacionais que têm os mesmos objetivos, e apesar do senhor Presidente da câmara dizer que não tem custos diretos, o senhor sabe muito bem que depois tem custos indiretos. As viagens e as representações têm sempre alguns custos. Mas nós não temos nenhuma oposição. A única coisa que eu queria que fosse esclarecido, é o pedido de autorização, porque é isso que vamos fazer - votar para a adesão. Penso que não é uma proposta de adesão e sim um pedido de ratificação a uma adesão que já foi feita, na medida em que consta desta folha que vem anexa, como sendo já um dos sócios fundadores desta rede e, portanto, é uma ratificação.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

É para ser sócio fundador.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Mais alguém quer fazer mais alguma pergunta?

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Eu não teria mais nada a acrescentar.

No caso de ser aprovado é para Leiria ficar também como fundador.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Vou colocar à votação o ponto número onze, "REDE IBERO-AMERICANA DE CIDADES MÉDIAS – REDE RIACIM. PROPOSTA DE ADESÃO"

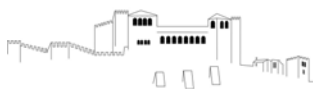
Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea m) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera aprovar, por maioria, com nove abstenções, a adesão à rede Ibero-Americana de Cidades Médias – rede RIACIM. Proposta de adesão.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado João Cunha, para uma declaração de voto.



JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Queria dizer que me abstive nesta votação não porque a adesão a esta rede não fosse importante, até porque penso que tudo o que significa a abertura do concelho de Leiria ao mundo e a possibilidade de trocar experiências é muito positivo. Para mim foi uma questão de princípio. A assinatura que consta da folha de presenças dos sócios fundadores é de vinte e um de Setembro de 2011. Vinte e um de setembro de 2011 quando o senhor engenheiro António Martinho, vereador da Câmara Municipal, assinou a folha de presenças - ou o que seja - da adesão como sócio fundador, e hoje estamos (em Dezembro) a votar se aderimos ou não. Portanto, esta questão que foi aqui levantada pelo deputado Manuel Antunes não é despicienda e a dúvida que fica aqui é se isto não devia ter sido primeiro votado previamente e só depois formularem a respetiva adesão.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

De acordo com a metodologia, que adotámos no início e mereceu o consenso geral, o ponto numero doze e o ponto numero vinte e sete são apreciados em conjunto, discutidos em conjunto e votados em separado, mas de seguida.

12. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM JUNTAS DE FREGUESIA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E PRÉ-ESCOLAR – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012 – Apreciação, discussão e votação

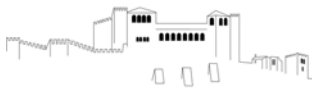
27. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA PARA CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS E ESPAÇOS VERDES – Apreciação, discussão e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Dou a palavra ao senhor Presidente da câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Os valores são os mesmos do ano de 2011, quer num quer noutro caso, e é o que subtemos, a alteração é zero porque se mantém tudo como estava.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Tanto num caso como noutro, senhor Presidente?

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Os valores são iguais.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém quer questionar a Câmara sobre estas duas propostas?

Não vejo nenhuma inscrição.

Vou colocar á votação, o ponto número doze, "PROCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM JUNTAS DE FREGUESIA PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO E PRÉ-ESCOLAR – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2012"

Quem vota contra?

Quem se abstém?

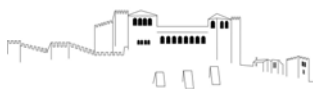
A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea s) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera aprovar, por unanimidade, o protocolo de delegação de competências com Juntas de Freguesia para manutenção e conservação de escolas do 1.º ciclo do ensino básico e pré-escolar – Janeiro a Dezembro de 2012.

Vou colocar à votação, o ponto número vinte e sete, "PROCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE LEIRIA PARA CONSERVAÇÃO, REPARAÇÃO E LIMPEZA DE VIAS PÚBLICAS E ESPAÇOS VERDES".

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea s) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera aprovar, por unanimidade, o protocolo de delegação de competências a celebrar entre o Município de Leiria e as freguesias do concelho de Leiria para conservação, reparação e limpeza de vias públicas e espaços verdes.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

De acordo com a mesma metodologia, que consensualizámos os pontos números treze e catorze são analisados em conjunto e votados em separado.

13. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ORTIGOSA PARA REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DE 2009. ALTERAÇÃO DO OBJETO (ENT. 2010/12982) – Apreciação, discussão e votação

14. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE AMOR – Apreciação, discussão e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente de Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

O ponto treze tem a ver com uma alteração ao protocolo de delegação de competências com a Junta de freguesia da Ortigosa, com o acréscimo de uma rua. O ponto catorze tem a ver com uma situação antiga, em que houve um compromisso da autarquia, de pagar o projeto de requalificação da estrada do Casal que liga a freguesia à Marinha Grande. Portanto, não estava deliberado trazer aqui agora para se poder regularizar a situação.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende usar da palavra ou questionar a Câmara Municipal sobre estes dois pontos?

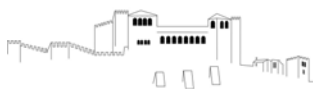
Não vejo nenhuma manifestação de intenção nesse sentido.

Vou colocar à votação, primeiro o ponto número treze: “PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ORTIGOSA PARA REQUALIFICAÇÃO DE ARRUAMENTOS DE 2009. ALTERAÇÃO DO OBJETO”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea s) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera aprovar, por unanimidade, o protocolo de delegação de



competências com a Junta de Freguesia de Ortigosa para requalificação de arruamentos de 2009. Alteração do objeto (Ent. 2010/12982).

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número catorze, "DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE AMOR".

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea s) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera aprovar, por unanimidade, a delegação de competências na Junta de Freguesia de Amor.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Entramos no ponto número quinze da ordem de trabalhos.

15. ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA. REGULAMENTO DE HASTA PÚBLICA – Apreciação, discussão e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Dou a palavra ao senhor Presidente de Câmara para explicar

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Trata-se de quatro imóveis:

- Dois correspondem a um prédio na avenida Adelino Amaro da Costa, que estão concluídos. Naturalmente a autarquia não tem interesse em utilizá-los e por isso os coloca que em hasta pública;
- No mesmo sentido um imóvel situado no Edifício Maringá, que hoje está ocupado pela AMLEI;
- Uma parcela de terreno para construção situada na citada avenida, com mil e oitocentos metros quadrados.

São imóveis que estão em condições de serem alienados, não havendo interesse da Autarquia na sua manutenção.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O que se solicita à Assembleia Municipal não é autorização para esta alienação mas sim o regulamento.



PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

É o regulamento e os valores que obrigam à autorização da Assembleia.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Quem pretende questionar a câmara ou pronunciar-se sobre estas propostas?
Ninguém.

Vou colocar à votação o ponto numero quinze, "ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS DO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE LEIRIA. REGULAMENTO DE HASTA PÚBLICA"

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea i) do n.º 2 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera aprovar, por unanimidade, a alienação de imóveis do domínio privado do município de Leiria. Regulamento de hasta pública.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número dezasseis.

16. PROCESSO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO N.º 80/11 - TUBOFURO - TUBOS DE P.V.C., LDA. – Apreciação e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

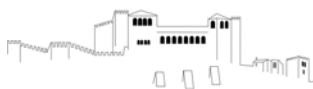
Senhor Presidente da Câmara, para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Trata-se duma situação em que mais de dois terços do prédio inserem-se em espaço industrial e é necessária autorização da Assembleia para ajustamento dos limites de modo a permitir a sua construção. É uma empresa que se pretende instalar e obviamente que vai criar postos de trabalho. Parece-nos que a maior parte do terreno está situado dentro do espaço industrial e portanto o que se pretende é autorização para se fazer o ajustamento da parte não contemplada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Permita-me senhor presidente que pergunte uma coisa só antes de dar a palavra às senhoras deputadas e senhores deputados municipais. O Senhor Presidente disse "*pretende instalar*". Pretende instalar ou alargar as instalações?



PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Peço desculpa. Está instalada. Pretende-se legalizar.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A empresa existe. Perguntei porque conheço a empresa.

Senhor deputado Manuel Antunes, por favor.

MANUEL ANTUNES (PSD)

Senhor Presidente, apenas uma breve intervenção para questionar a metodologia que está a ser seguida. Estes pedidos de autorização já cá vieram. Votámos em várias reuniões - várias vezes - pedidos equivalentes. O próprio senhor Presidente da Assembleia já pediu junto da Câmara que se fizesse um regulamento, que se fizesse qualquer coisa que nos desse a perceber que isto não são apenas casos ocasionais - e um pouco dirigidos ao sabor do vento - mas que têm uma linha condutora comum. Nós não temos nada contra isto. Eu não conheço o processo e não sei exatamente se há ou não uma justificação. Assumo que se a Câmara diz que há uma justificação é porque haverá uma justificação. Somos sensíveis à questão da criação de postos de trabalho... naturalmente que nesta altura ninguém pode ser insensível a isso, mas a verdade é que este ponto - tal como o número dezanove que vem depois e que é idêntico - nos merecem apenas esta questão. Acho que é tempo de dizer em que condições e como é que isto deve ser feito pois estes casos ou vêm todos em bloco - os casos de um ano ou seis meses - que nós percebemos exatamente se podem ser comparados, ou pelo menos há qualquer coisa por trás que nos diz que isto assenta nestes pressupostos que já definimos anteriormente e que aprovámos.

Naturalmente votaremos a favor destes dois, mas gostaríamos que isto - que já foi discutido tantas vezes no passado - fosse posto em prática.

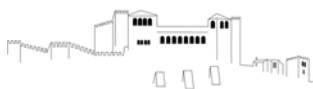
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Obrigado senhor deputado.

Se o senhor deputado me permite secundar a sua posição, na minha qualidade de Presidente da Assembleia, porque de facto esta Assembleia já várias vezes apelou a que se fizesse uma definição de critérios, para que nós não fôssemos confrontados sistematicamente com questões casuísticas.

Alguém mais pretende usar da palavra a este respeito?

Senhor deputado João Cunha.



JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha PSD.

Penso que para salvaguardar o bom nome de todos os intervenientes - seja a Câmara Municipal, seja os próprios proponentes, seja os serviços camarários - e também para todos os deputados municipais poderem votar em consciência, esta lógica que foi aqui sublinhada pelo senhor deputado Manuel Antunes deverá estar presente de uma forma muito clara para que não se pense que a Câmara está aqui a fazer uma gestão casuística destes assuntos, dando a entender que naquelas freguesias onde pode dar mais jeito sob o ponto de vista de agradar mais a este ou aquele freguês, traz-se esta questão e como ninguém quer aqui entrar por esses caminhos é importante...

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado dê-me licença.

Senhores deputados, peço o vosso silêncio. Sei que a sessão vai sendo cansativa e já estamos aqui há muito tempo. Já não falta muito, também porque este ritmo agora é razoavelmente rápido e qualquer deputado ou deputada que esteja no uso da palavra merece o nosso respeito.

JOÃO CUNHA (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Só para concluir, dizendo que para evitar que haja aqui visualização casuística destes assuntos era importante que nós tivéssemos um critério presente, como foi muito bem dito pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Muito Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhora deputada Odete João.

DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Obrigado senhor Presidente.

Apenas para referir o seguinte. Reiterando aquilo que já foi uma decisão desta Assembleia Municipal, que a Câmara Municipal apresente a esta Assembleia um conjunto de critérios sobre esta matéria, refiro apenas que nesta situação em concreto estamos a falar de uma construção que foi feita e se foi de uma forma casuística foi porque noutras décadas ninguém viu aparecer uma empresa que não será assim tão pequena, sem licença de construção, sem possibilidade de ser



construída no local onde foi. Portanto, estamos a falar não de aquilo que existe neste momento mas daquilo que foi construído noutros tempos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhora deputada.

Senhor deputado Carlos Guerra.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Boa tarde.

Acho que estamos aqui a confundir este ponto dezasseis com o ponto dezanove. É que no ponto dezasseis, o que está aqui a ser invocado não se coloca porque a própria lei prevê que desde que haja mais de dois terços do prédio objeto da pretensão em espaço industrial - havendo mais de dois terços - automaticamente a lei prevê e não há casuisticamente nada. O ponto dezanove é que se coloca aquela questão que já discutimos aqui varias vezes e que deveria vir.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Ficam as recomendações.

Senhor deputado Manuel Antunes, posso dar por adquirida que a recomendação que fez transita para o ponto dezanove para não estarmos outra vez a repetir o mesmo tipo de intervenções.

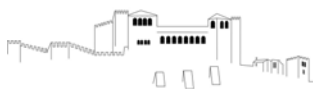
Senhor deputado João Cunha, posso dar por adquirida a mesma coisa.

Senhor Presidente da Câmara, nesse caso a resposta que irá dar será em relação ao ponto dezanove.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Há aqui duas situações que estão em estudo para ver se conseguimos - no início do ano - termos esse modelo de definição de critérios. Um deles são as construções existentes que, obviamente, estão há muitos anos e naturalmente que se for possível criar aqui soluções, é para isso que estamos cá todos.

A outra tem a ver, como também já aqui aconteceu na Assembleia, de pedidos para construção em zonas que não permitem - à partida - essa situação e temos de perceber porque isto depois releva para o interesse Municipal. É isso que temos, no âmbito deste modelo de critérios, que ter muito claro para abranger os dois tipos de situações com que nos confrontamos. Quer hoje aqui, pela necessidade de enquadramento no artigo noventa e seis do PDM, quer depois a outra situação que



vem no ponto dezanove, de situações que já existem e que urgem - no âmbito das disposições que a lei permite - tentar solucionar. Ficam de fora - como também já aqui passaram - e esse modelo também vai contemplar isso, situações em que o pedido é para construir em zonas que, à partida, não o podiam fazer. Tivemos já aqui casos desses também.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor Presidente. De qualquer forma fica o apelo, e a esperança de que entretanto, a Câmara - junto dos seus serviços - trabalhe essa definição de critérios que já foi aqui solicitada e, se a memória me não falha, neste mandato é a terceira vez que falamos neste assunto.

O ponto número dezasseis "PROCESSO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO N.º 80/11 - TUBOFURO - TUBOS DE P.V.C., LDA. "

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera aprovar, por maioria, com quatro abstenções o processo de pedido de informação n.º 80/11 - Tubofuro - Tubos de P.V.C, Lda.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Mas eu faço uma pergunta. Não é meu normal fazê-lo mas estivemos a discutir - afinal de contas - quase os dois pontos em conjunto. Acham bem esperar até chegar ao ponto dezanove ou resolveríamos a questão do ponto dezanove?

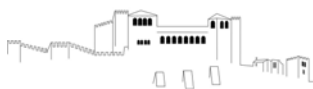
O senhor Presidente já o apresentou, já falámos no assunto.

Não sei se alguém pretende usar da palavra ainda em relação a ele?

Faça favor senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

Estamos - para que fique bem sublinhado em ata - no ponto dezanove, que antecipámos. A sua declaração de voto é em relação ao ponto dezasseis ou ao ponto dezanove? Dezanove? Ainda não votámos! É uma intervenção?

Faça favor senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, para uma intervenção.



DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Penso que é importante e tomassem atenção porque não é a primeira vez que vamos falar sobre isso e penso que as posições da Assembleia têm sido extremamente negativas.

Já por diversas vezes - uma delas ainda este ano - chamamos a atenção desta assembleia para a quase sistemática utilização da *"declaração de interesse municipal"* para resolver problemas que o PDM devia regular e não o faz, em favor deste ou daquele munícipe, mas sem um mínimo de fundamento legal, em manifesta *"batota"*. Nós, a quem compete a defesa da legalidade democrática e que devemos *"observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos atos por nós praticados ou pela Assembleia"* ou pelos seus membros. A proposta apresentada pela Câmara acerca da declaração de interesse municipal - uma vez mais - não cumpre minimamente as normas legais em vigor. Frisamos, uma vez mais, que só podem ser consideradas de interesse municipal - numero seis do artigo 15.º da lei 107/2001, *"os bens cuja proteção e valorização representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município..."* aplicável face ao artigo 57.º da Lei 309/2009, que legisla sobre o procedimento da classificação de bens culturais imóveis. Não foram cumpridas quaisquer das formalidades previstas no capítulo segundo do decreto, e tidas como essenciais para a iniciação do processo. Não foram cumpridos o artigo 5.º na generalidade e em especial a alínea c), *"Fundamento do pedido em função do interesse cultural do bem imóvel"*, friso *"interesse cultural do bem imóvel"*.

A Câmara, não cumpriu com o artigo 7.º do mencionado decreto nem com o artigo 18.º e muito menos com o artigo 21.º do mesmo, e cito, *"A relevância do interesse cultural dos imóveis, nos domínios Histórico, Paleontológicos, arqueológico etc..."* Por tudo isto o Bloco de Esquerda votará, sistematicamente, contra a aprovação de considerar de interesse municipal, seja que imóvel for, enquanto a Câmara e, infelizmente, esta assembleia não alterarem a sua política de sistemática ilegalidade e de não cumprimento com o estatuído na lei. Banaliza-se, incorretamente, a figura jurídica de declaração de interesse municipal com as consequências que são fáceis de imaginar. Daqui a nada até uma casa de alterne pede declaração de interesse municipal!



Por que motivo não se desenvolve um novo PDM, correto e realista que permita solucionar, se for caso disso, situações como a que temos entre mãos? Obviamente que iremos votar contra a proposta, ilegal, que nos é apresentada.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor Presidente da Câmara pretende responder?

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Só pretendia esclarecer, com todo o respeito, que não é essa a lei aplicável. E ficava-me por aqui.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Vou colocar à votação o ponto dezanove, "LEGALIZAÇÃO DE OFICINA PARA MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO AUTOMÓVEL. DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL PARA EFEITOS DE OCUPAÇÃO DE ÁREAS DA RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL E RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL"

Quem vota contra?

Quem se abstém?

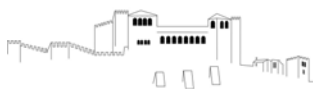
A Assembleia Municipal de Leiria, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea b) do n.º 3 do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, delibera aprovar, por maioria, com onze abstenções e um voto contra, a legalização de oficina para manutenção e reparação automóvel. Declaração de interesse municipal para efeitos de ocupação de áreas da Reserva Ecológica Nacional e Reserva Agrícola Nacional.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Carlos Guerra, para uma declaração de voto.

DEPUTADO CARLOS GUERRA (PCP)

Abstive-me por todos os motivos já aqui invocados. Aqui é requerido a declaração de interesse público municipal para efeitos de legalizar uma "oficina para manutenção e reparação automóvel." Está correto. A deliberação limita-se a descrever os factos, a fazer referência à lei mas sem concretizar onde está o interesse público municipal. Podia vir aqui até concretizado qual era o interesse, não é só dizer, abstratamente, que há emprego. É concretizar! Isto é que falta nesta deliberação e por isso me abstive.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

E vamos passar ao ponto dezassete da ordem de trabalhos. Eu sublinho que é o ponto dezassete porque fizemos um salto de dois pontos na ordem de trabalhos, com o consentimento da Assembleia.

<p>17. ENERGIA ELÉTRICA – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO – Apreciação e votação</p>

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Antes de dar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, sublinho o facto de que este assunto só vem à Assembleia não porque nos tenhamos que pronunciar em relação à abertura do procedimento ou em relação à decisão em si mesma. Vem à assembleia por causa da repartição por mais do que um ano económico. É o que está em causa e é em relação a isso que se pede o voto da Assembleia Municipal.

Senhor Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Só vem para esse efeito.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A Assembleia pode não concordar com a questão em si, mas só tem que se pronunciar em relação à repartição por mais de um ano económico.

Alguém pretende usar da palavra? Não.

Vou colocar à votação. Ponto número dezassete “ENERGIA ELÉTRICA – CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DO ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA. ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por unanimidade, a repartição de encargos por mais do que ano económico, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O mesmo se passa com o ponto dezoito.

18. CONVITE COM VISTA À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS, EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS E A GRANEL, AO ABRIGO DO ACORDO QUADRO ANCP N.º 2.1., PELO PERÍODO DE 24 MESES. ABERTURA DE PROCEDIMENTO E APROVAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS POR MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO – Apreciação e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

A questão é exatamente a mesma. O que está em causa, perante esta Assembleia, é a repartição por mais do que um ano económico.

Senhor Presidente, para se pronunciar.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

É idêntico.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende questionar? Não.

Vou colocar à votação. Dispensar-me-ão de ler novamente o ponto.

Quem vota contra?

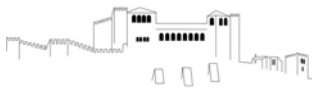
Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por unanimidade, a repartição de encargos por mais do que ano económico, nos termos do n.º 1 e n.º 6 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Pontos número vinte, ponto número vinte e um e ponto número vinte e dois.

20. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E O GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL “UNIDOS” DE CASAL DOS CLAROS E COUCINHEIRA – Apreciação, discussão e votação



**21. CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E O GRUPO DESPORTIVO DE MONTE REAL –
Apreciação, discussão e votação**

**22. REVISÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE MACEIRINHA EM 01.07.2009 –
Apreciação, discussão e votação**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Acordámos que seriam os três discutidos em conjunto e votados em separado. O ponto número vinte e três ficou separado porque é uma rescisão.

Senhor presidente da Câmara, por favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Trata-se de contratos programa estabelecidos entre o município e algumas coletividades do concelho, tendo em vista a beneficiação do seu património, nomeadamente com o apoio à instalação de sintéticos nos respetivos campos de futebol. Seja no caso de Casal dos Claros, seja no caso de Monte Real, seja também no caso da Maceirinha, de que este contrato programa é de Julho de 2009, em que houve alguns hiatos com o cumprimento de alguns prazos e encontram-se agora em condições de serem também abrangidos por estas propostas. Assim, no que respeita a estes três contratos, o que está em causa é o apoio à beneficiação dos respetivos campos de futebol, com a instalação de sintéticos. Durante três anos faremos pagamentos mensais – só assim é que será possível garantir este apoio – e atingem, todos eles, este valor dos cem mil euros. É nessa base que solicitamos autorização à Assembleia Municipal para serem estas propostas concretizadas.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende intervir?

Senhor deputado João Cunha, por favor.

JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha PSD.

À semelhança do que aconteceu anteriormente com a União desportiva de Leiria e com outras coletividades que apresentaram – em devido tempo – para o PAAD Infraestruturas o pedido de coparticipação para este, naturalmente que também somos favoráveis à aprovação destes apoios. Entendemos, no entanto, que era



importante conhecer – de uma forma mais cabal – qual é a política desportiva do Município para o concelho. Continuamos a apoiar estas candidaturas mas era importante ir um pouco mais além e perceber exatamente, e para o futuro, qual é o enquadramento que esta política desportiva vai ter. Sendo certo, por exemplo e no caso de Monte Real, apesar de não ter futebol de onze em seniores – penso eu – tem camadas jovens muito intensas e é importante incentivar os jovens a praticar desporto em condições.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não.

O senhor Presidente da Câmara pretende responder? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Só para dar nota que fala-se muito da política desportiva do concelho mas com os meios disponíveis pouca diferença haverá daquela que vinha sendo prosseguida no mandato anterior. Estamos também a apoiar, como se fazia antigamente, estas coletividades, desde que provem – e nós constatamos isso – que têm a atividade normal e regular, nomeadamente em futebol de onze e também com os escalões jovens, isto é, têm que ter no mínimo cinco escalões jovens para merecerem esse apoio.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

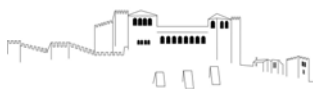
Não havendo mais intervenções, vou colocar à votação – como acordámos – em separado.

Ponto número vinte, "CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E O GRUPO DESPORTIVO RECREATIVO E CULTURAL "UNIDOS" DE CASAL DOS CLAROS E COUCINHEIRA".

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por maioria, com uma abstenção, o contrato-programa de desenvolvimento desportivo entre o Município de Leiria e o Grupo Desportivo Recreativo e Cultural "Unidos" de Casal dos Claros e Coucinheira.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número vinte e um, “CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E O GRUPO DESPORTIVO DE MONTE REAL”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por maioria, com uma abstenção, o contrato-programa de desenvolvimento desportivo entre o Município de Leiria e o Grupo Desportivo de Monte Real.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número vinte e dois, “REVISÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE MACEIRINHA EM 01.07.2009”.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por maioria, com uma abstenção, o contrato-programa de desenvolvimento desportivo entre o Município de Leiria e a Associação Cultural e recreativa de Maceirinha.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto número vinte e três, autónomo em relação a estes.

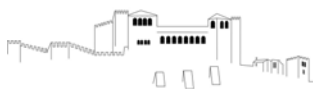
**23. RESOLUÇÃO DO CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE LEIRIA E CENTRO POPULAR E RECREATIVO DA POCARIÇA, APROVADO POR DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 2009.06.09, CONSEQUENTE DEVOLUÇÃO DE VERBAS JÁ PAGAS E RETENÇÃO DE CRÉDITOS. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO –
Apreciação, discussão e votação**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara, para apresentar.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Trata-se também de uma situação de um contrato programa que havia sido estabelecido em 09 de Junho de 2009 e que padece de algumas *nuances* que levam à sua resolução.



Primeiro, é uma situação em que não há prática de futebol de onze e – parece-nos – contraria o modelo de apoio relativamente aos que o fazem;

Segundo, os prazos que constavam do respetivo contrato programa não foram cumpridos, tendo sido largamente ultrapassados;

Terceiro, houve – indevidamente – um adiantamento de treze mil, oitocentos e dois euros e quarenta cêntimos que – com a resolução do contrato – pediremos à entidade para proceder à sua devolução.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Quem pretende questionar a Câmara em relação a este assunto?

Não há nenhuma intervenção.

Vou colocar à votação o ponto número vinte e três, que me dispenso de reler pois é muito longo, a não ser que alguém me solicite.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por maioria, com cinco abstenções, a resolução do contrato-programa de desenvolvimento desportivo celebrado entre o Município de Leiria e Centro Popular e Recreativo da Pocariça, aprovado por deliberação camarária de 2009.06.09, conseqüente devolução de verbas já pagas e retenção de créditos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Ponto número vinte e quatro.

24. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA INCUBADORA D. DINIS. AUMENTO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO – Apreciação, discussão e votação

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor Presidente da Câmara.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Trata-se de uma situação decorrente da situação financeira da Incubadora D. Dinis, em que – perante as dificuldades – e teria sido acordado anteriormente, propõe-se à Assembleia Municipal que aprove a subscrição de mais unidades de participação, no montante de dez mil euros. Está a ser proposta à Câmara de Leiria e aos parceiros mais relevantes, como seja o IPL e o NERLEI.



PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Alguém pretende intervir?

Senhor deputado Carlos Poço, por favor.



Nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia ausentou-se momentaneamente.



DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Já me compete dar as boas noites a esta Assembleia. Começamos de manhã, mas já é noite.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, restante Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas deputados, público e comunicação social.

Aproveito para desejar boas festas e um bom ano de 2012. Desejo sinceramente um bom ano de 2012, sem qualquer reserva... porque todos sabemos o que é que vai ser o ano de 2012... vai ser um pouco pior que 2011. Temos que fazer um pequeno reajustamento que é resultado daquilo que fomos vivendo nos últimos anos, de estarmos acima das nossas possibilidades. Iremos fazer um pequeno reajustamento, para entrarmos (depois) numa fase de crescimento e assim todos o desejamos.

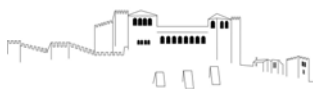
E a propósito de crescimento e deste ponto da participação da Câmara Municipal na Incubadora D. Dinis, o PSD vem manifestar o seu total acordo e total apoio a este tipo de participação e incentivar a Câmara a que crie condições para que se melhore ainda mais – dentro do que for possível – a criação de iniciativas de empreendedorismo. Segundo sabemos, a Incubadora D. Dinis tem vindo a ter um papel importante ao empreendedorismo, ao ninho das empresas. Pouco conhecemos da atividade, e permitam que faça uma sugestão ou uma proposta, que numa das próximas Assembleias – se possível – se dediquem dez ou quinze minutos para que essa Incubadora faça aqui a apresentação dessa atividade em que o Município tem uma participação. Penso que será um motivo de orgulho o trabalho que está a ser feito naquela Incubadora.

É tudo, senhor Presidente.

PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA (JOSÉ ALVES)

Muito obrigado.

Senhora deputada Odete João.



DEPUTADA ODETE JOÃO (PS)

Odete João, Partido Socialista.

Vou ser breve sobre a questão da Incubadora D. Dinis. É evidente que o nosso futuro passará necessariamente por aquilo que for a nossa capacidade de criar novas empresas, novos postos de trabalho. E é evidente que – e hoje falámos de orçamento – a Câmara Municipal de Leiria deve estar, também, neste alinhamento para ajudar à criação de empresas. O contexto é necessariamente difícil mas entendemos que deve ser concedido este apoio à Incubadora D. Dinis. Entendemos também que esta Assembleia Municipal deve estar munida de um conjunto de informação. Desde logo, qual é a taxa de ocupação da Incubadora D. Dinis, quais são os projetos que estão em curso, qual a viabilidade das empresas que aí surgem - um pouco na senda daquilo que o senhor deputado Carlos Poço disse – porque também sabemos que neste momento, e face à conjuntura atual, os preços praticados pelo aluguer de salas na Incubadora D. Dinis já não são tão competitivos como os que inicialmente eram, ou seja, muitos jovens conseguem (cá fora) aluguer de espaços mais económicos do que os que conseguem na Incubadora. Também sabemos que dentro da Incubadora têm outras condições que, cá fora, acresceriam àquilo que era a renda da sala ou do imóvel alugado. Por isso entendemos que esta Assembleia Municipal deve estar em posse de toda essa informação.

Também sabemos que na região existem outras incubadoras e importava, num aspeto mais amplo de gestão conjunta - nomeadamente no que é a representação da Câmara Municipal na CIMPL - gerir o que é a vocação das incubadoras existentes na região para, em vez de existir competição entre elas, haver sim uma especialização naquilo que é a vocação de cada uma das incubadoras atualmente existentes.

Muito Obrigado.

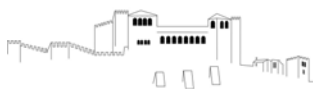
PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

O senhor Presidente da Câmara pretende responder? Não.

Vou colocar à votação o ponto número vinte e quatro, “ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA INCUBADORA D. DINIS. AUMENTO DAS UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO”

Quem vota contra?

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por maioria, com três abstenções, o aumento das unidades de participação na Incubadora D. Dinis.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Passamos ao ponto número vinte e cinco.

**25. CONVERSÃO DA ÁREA CRÍTICA DE RECUPERAÇÃO E RECONVERSÃO URBANÍSTICA DA CIDADE DE LEIRIA EM ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA – PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA –
Apreciação, discussão e votação**

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Recordo que em relação a este ponto, no início da sessão, o senhor deputado Manuel Antunes – em nome do PSD – suscitou a questão da antecedência com que o documento foi disponibilizado. Neste momento não tenho a certeza porque o que tenho é a informação que me foi veiculada pelos serviços, de que a comunicação foi feita aos membros da Assembleia Municipal no dia catorze de Dezembro, às quinze horas e vinte e nove minutos, o que dá mais do que as quarenta e oito horas que eu considerava previstas na lei ou algures. Foi sempre o que me constou e que me transmitiram dos serviços. Em todo o caso, vou confirmar em que diploma legal é que se funda esta perceção para depois poder informar, embora saiba também que o PSD diz que não faz questão em relação a este ponto. De qualquer forma, é preferível termos uma informação concreta em relação ao assunto.

Senhor Presidente da Câmara, para apresentar o ponto.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL (RAUL CASTRO)

Trata-se uma proposta de transformar o programa da área crítica de recuperação e reconversão urbanística da cidade de Leiria em área de reabilitação urbana. Este programa teve discussão pública, houve uma única exposição e não alterou – em nada – os documentos que inicialmente sustentavam o próprio programa estratégico. Decorrido o prazo de discussão pública e avaliada a reclamação apresentada, submete-se então para aprovação pela Assembleia Municipal.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Senhor deputado Manuel Antunes.



DEPUTADO MANUEL ANTUNES (PSD)

A minha intervenção não tem nada que ver com o ponto em si e propriamente dito e com o qual estamos de acordo, mas sim com esta questão da antecipação da entrega dos documentos. Não temos nenhuma objeção.

No intervalo, à hora do almoço, andámos à procura de legislação que confirmasse as quarenta e oito horas e a única coisa que encontramos é que o regulamento das reuniões do executivo da Câmara prevê a entrega da documentação quarenta e oito horas antes, aos vereadores. Trata-se de uma coisa completamente diferente, os vereadores e a Assembleia. Acho que devíamos alterar o nosso regimento para incluir e, nesse caso, iremos propor um período maior tendo em conta que alguns pontos podem requerer. Se fosse o orçamento ou o relatório do Presidente da Câmara, certamente que quarenta e oito horas não seria suficiente para nós. De maneira que este é um pedido que faço: que consideremos uma pequena alteração ao regimento e que, numa próxima reunião, discutamos qual deverá ser o prazo mínimo a considerar aceitável para todos e para a maioria.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Muito obrigado senhor deputado.

Como lhe digo, a Mesa vai – antes de mais – tentar saber em que se funda esta questão das quarenta e oito horas pois não há-de ter saído do nada. Se eventualmente constar do Código do Procedimento Administrativo, não há que alterar nada pois não podemos contrariá-lo. Se não houver disposição legal, então consideraremos a hipótese de alteração regimental.

Mais alguma questão?

Não havendo nenhuma questão.

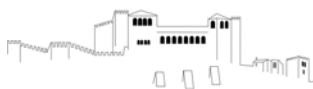
Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por unanimidade, a conversão da área crítica de recuperação e reconversão urbanística da cidade de Leiria em área de reabilitação urbana – programa estratégico de reabilitação urbana.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Atenção que a sessão da Assembleia ainda não acabou. Embora tenhamos suprimido o ponto número vinte e seis e votado já o ponto vinte e sete, temos duas pequenas questões:



Primeira, a Câmara fez-me chegar um pedido formal – através do senhor Presidente da Câmara – e consta de alguns dos próprios verbetes que nos foram enviados e alguns foi o senhor Presidente da Câmara que me fez presente este desejo, de que a ata seja aprovada em minuta – para efeitos imediatos – no que respeita a diversos pontos votados. São muitos pontos. Este é o pedido da Câmara Municipal e respeitá-lo-emos.

Os senhores deputados preferem aprovar todos, em minuta?

Vou colocar a aprovação da ata, em minuta - nesta parte - para efeitos imediatos, em relação a todos os pontos que são suscetíveis de concretização? Obviamente que naqueles onde se tratou apenas de apreciação não houve votações.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar, por unanimidade, a ata em minuta, para efeitos imediatos.

PRESIDENTE DA MESA (CARLOS ANDRÉ)

Peço licença apenas para apresentar duas questões simples. Chegou-me uma proposta, apresentada pelo senhor deputado João Cunha que, a bom rigor, só a poderia aceitar se apresentada no período de antes da ordem do dia.

Trata-se de uma moção ou de um voto de pesar. As oportunidades são o que são e surgem quando é oportuno. Suponho que esta Assembleia não levará a mal que abra uma exceção para aceitar este voto de pesar:

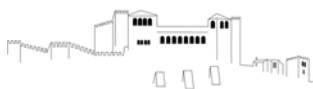
"Tendo falecido hoje a cantora cabo-verdiana Cesária Évora, verdadeira embaixatriz da alma e canção de Cabo Verde e lídima representante dos povos da CPLP, a Assembleia Municipal de Leiria exprime o seu voto de pesar e homenagem à figura desta lutadora/mulher dos países de expressão oficial portuguesa".

Compreendem porque aceitei este voto e me parece não dever criar objeções de carácter formal. Creio eu que me dispensarão de o votar, isto é, só o farei se a Assembleia me pedir que o vote. Caso contrário, considero que esta Assembleia se associa a este voto de pesar.

Algum membro da Assembleia suscita a questão da votação?

Penso que neste aspeto estamos todos de acordo. Será remetido à embaixada de Cabo Verde em Portugal.

Senhoras deputadas e senhores deputados, foi uma maratona, uma sessão comprida. Uma vez mais peço desculpa pelo facto de a ter convocado para um



sábado mas este resultado permite-me concluir que a minha opção não foi errada, que tomei – e repito uma vez mais – ouvindo os dirigentes das bancadas. Nem faria sentido de outra forma.

A todas e todos desejo um feliz Natal e um bom Ano Novo!

Cá nos encontraremos outra vez para a sessão de Fevereiro.

ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.00 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse para a presente ata, que eu, Maria Manuela Baptista Vieira, Coordenadora Técnica, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal, na sessão ordinária de 24 de Fevereiro de 2012, delibera, por maioria, com três abstenções, aprovar a ata.-----

O Presidente da Assembleia

Carlos Manuel Bernardo Ascenso André

A Coordenadora Técnica

Manuela Vieira